

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

Bruno de Assis Monteiro

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RECONHECIMENTO:
A Prática do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura
Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica - Pernambuco**

Recife
2013

Bruno de Assis Monteiro

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RECONHECIMENTO:
A Prática do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura
Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica - Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial necessário à obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Professora Dra. Hulda Stadler.

Recife
2013

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RECONHECIMENTO:
A Prática do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura
Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica - Pernambuco**

Dissertação elaborada por

Bruno de Assis Monteiro

Aprovada em 23 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Hulda Helena Coraciara Stadtler
Orientadora - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Ângelo Brás Fernandes Callou
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. José Nunes da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Maria de Fátima Paz Alves
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Às trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica, em Pernambuco; mulheres que fazem brotar o doce da terra, mas provam o gosto amargo do assalariamento sazonal e do conservadorismo político.

Toda gratidão...

A Nahinã, meu filho, sempre compreensivo, mesmo quando eu não achava as palavras certas para explicar o absurdo de ter que ficar na frente do computador ao invés de levá-lo à praia ou à praça.

A Sofia, minha companheira, que fez as agruras da caminhada parecerem insignificantes diante do seu amor.

A Jenecy e Socorro, meus pais, fontes de ânimo tão abundantes que não seria surpresa acharem que sou o maior sociólogo do país, talvez do mundo.

A Hian e Xande, meus irmãos, que tornam nossas conquistas mais gratificantes, transmutando-as de individuais para coletivas.

A Mufula e Margareth, meus sogros, que me proporcionaram muitos dos poucos momentos de descontração, nos quais até esquecia que era um mestrando.

A Professora Hulda, minha orientadora, que sempre tratou de me lembrar e, mais que isso, fornecer as bases necessárias para que o trabalho científico fosse não apenas metódico e sistemático, mas criativo e prazeroso.

Sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização.

Pierre Bourdieu

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a prática política do Projeto Chapéu de Palha Mulher, executado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco no âmbito do Programa Chapéu de Palha da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica, verificando sua possível coerência com o desafio que o próprio Projeto coloca: favorecer o desenvolvimento sustentável da região, objetivando o empoderamento social e político das mulheres, como vetor de valorização de sua capacidade produtiva. Para a consecução desse objetivo, empreende-se uma reflexão que, de acordo com a metodologia da *hermenêutica de profundidade*, busca contemplar as seguintes dimensões: *a análise sócio-histórica*, *a análise formal ou discursiva* e *a reinterpretação*. Na primeira, são problematizados elementos sociopolíticos envolvidos no assalariamento sazonal das trabalhadoras rurais, como também os elementos históricos relacionados ao Projeto, dentre os quais o “distanciamento” de uma efetiva proposta de reforma agrária e a “aproximação” ao paradigma do *fundamentalismo mercantil*. A segunda correlaciona os sentidos dos discursos e práticas e sua estrutura interna, ou seja, avalia a coerência entre as atividades do Projeto e o discurso que o legitima. Na terceira, a partir da construção reflexiva feita na análise formal e na teorização sobre *reconhecimento* (em sua relação com a *redistribuição*) e *desenvolvimento territorial*, intenta-se não desvelar verdades sobre o Projeto, mas propor desdobramentos críticos, plausíveis, de acordo com a lógica argumentativa desenvolvida neste trabalho.

Palavras-chave: Política. Assalariamento Sazonal. Desenvolvimento Territorial. Reconhecimento.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to analyze the political practice of the *Chapéu de Palha Mulher* Project, run by the Pernambuco Women Department under the *Chapéu de Palha* Program of the irrigated fruiticulture of the São Francisco and Itaparica Valley, verifying its possible coherence with the challenge that the Project itself represents: to encourage sustainable development of the region, "aiming the social and political women's empowerment, as an appreciation vector of their productive capacity". To achieve this goal, it is undertaken a reflection that, according to the methodology of *Depth Hermeneutics*, it seeks to contemplate the following dimensions: the *socio-historical analysis*, the *formal or discursive analysis* and the *reinterpretation*. In the first, sociopolitical elements are problematized arising from women rural workers with seasonal wage, as also the historical elements related to the Project, among which "distancing" of an effective proposal of agrarian reform and the "approach" to the paradigm of *market fundamentalism*. The second co-relates the meanings of speeches and practices and its internal structure, in other words, evaluate the coherence between the activities of the Project and the speech which legitimates it. In the third, from the reflexive construction done on formal analysis and on theorizing about recognition (in its relation with redistribution) and territorial development, this dissertation does not intend to reveal truths about the Project, but propose critics developments, plausible, according to logical argument developed in this work.

Keywords: Policy. Seasonal Wage. Territorial Development. Recognition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
2 O PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA: DA ZONA DA MATA AO SERTÃO DE PERNAMBUCO	18
3 O ASSALARIAMENTO SAZONAL COMO CONFLITO	28
IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DO ASSALARIAMENTO SAZONAL DAS TRABALHADORAS RURAIS.....	31
4 POLÍTICAS DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	38
OS ATORES DE UM NOVO RURAL: UMA DESCOBERTA POR FAZER	41
5 RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO	49
A TEORIA DO RECONHECIMENTO E A DISCUSSÃO SOBRE ASSISTENCIALISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	55
6 REINTERPRETAÇÃO DA PRÁTICA DO PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER.....	57
ANÁLISE DOS RESULTADOS ELENCADOS PELA SECRETARIA DA MULHER	62
a. Sobre os cursos profissionalizantes	63
b. Sobre os cursos de políticas públicas.....	79
7 CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	99
APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	101
ANEXO A – PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER: BENEFÍCIOS GERADOS.....	106
ANEXO B – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER.....	111

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro foi marcante nas duas últimas décadas, e tem se dado na esteira das reflexões que objetivam reorientar as práxis do Estado e das políticas públicas. Nas esferas políticas institucionais e organizacionais surgem questões pertinentes às mudanças nos papéis do Estado, entre as quais assumem grande importância as relações que passam a ser estabelecidas com os territórios e com os atores locais.

No que diz respeito ao desenvolvimento rural, ganham proeminência os enfoques local e territorial como perspectivas analíticas atribuídas da responsabilidade de contemplar essa complexidade emergente e oferecer respostas às questões recentemente incorporadas ao debate público e à reflexão científica: a sustentabilidade e as novas ruralidades (SCHNEIDER, 2004).

Trata-se do soerguimento de preocupações que objetivam apreender as novas dinâmicas das áreas rurais, que resultam da nova arquitetura política, social e cultural engendrada por transformações decorrentes dos processos de globalização e da reforma do Estado. Essas são transformações que se inscrevem nas formas contemporâneas de desenvolvimento capitalista, que se expressam, sobretudo, na urbanização do país, na modernização do campo. Assim, o rural – interpretado como depositário passivo ou como sujeito coletivo capaz de responder criativamente a essa realidade – assume uma importância central enquanto categoria de pensamento para análise das sociedades modernas (WANDERLEY, 2000).

Uma vez consideradas essas transformações no mundo rural e nas representações sociais sobre o mesmo, faz-se necessário, em análises de políticas públicas, entender as lógicas que passam a predominar no ambiente no qual se dá, muitas vezes implícito, o embate de interesses opostos e das forças desiguais entre os atores sociais (CARNEIRO, 1998).

Dessa premissa – de que é imperativo compreender as relações de poder entre os atores do “novo rural” para que a própria realidade possa ser apreendida – decorre a afirmação central deste trabalho: é improvável que políticas possam promover um efetivo *desenvolvimento territorial* quando não reconhecem os conflitos e as disparidades sociais em sua condição de elementos constitutivos do território, pois, nesse caso, o “dito” que informa às políticas se aliena do verdadeiro “lugar de onde se diz”.

A noção de territorialidade tem relevante potencial analítico para que a Sociologia Rural se aproprie de aportes teóricos e metodológicos para o estudo dos processos de desenvolvimento a partir da ênfase na relação entre os diversos atores. Essa perspectiva se opõe às produções teóricas que escamoteiam a dimensão do conflito, pois concebem o desenvolvimento como fruto do consenso, da predisposição idealizada à participação, à cooperação. Tais abordagens desprezam a necessidade de uma teoria da interação social e estão limitadas a apresentar os caminhos sobre como executar o desenvolvimento, optando por uma tendência marcadamente normativa (ABRAMOVAY, 2007a; BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2001).

Uma perspectiva sustentável do *desenvolvimento territorial* tende a lançar um olhar conectivo sobre os diferentes aspectos que o impulsionam ou dificultam, sobretudo, devido à importância central dada à mobilização das capacidades endógenas a partir de uma abordagem conjuntural, assim como por não desprezar a problematização sobre os condicionantes concretos da ação política dos homens e mulheres locais (JARA, 2001). É nesse espaço que a política de gênero ganha uma inquestionável relevância nas ações para o *desenvolvimento territorial*.

Necessita-se, porém, refletir sobre a reciprocidade dessa associação, ou seja, se políticas públicas de *gênero* consideram, para além do discurso, as relações estabelecidas entre os grupos sociais e as posições ocupadas por estes no tecido sociocultural do território. Sendo *gênero* uma categoria que atribui significado às relações de poder entre os sexos (SCOTT, 1995), parece ser uma pressuposição razoável afirmar que tal reciprocidade seria uma obviedade irrefutável. Contudo, essa conclusão, ao invés de desmotivar a análise, a torna mais oportuna e justificável: políticas de *gênero* sem consistente consciência relacional contradizem a base sobre a qual se ergueu o próprio conceito de *gênero*.

O objetivo desta dissertação é analisar a prática política do Projeto Chapéu de Palha Mulher, executado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco no âmbito do Programa Chapéu de Palha da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica, verificando sua possível coerência com o desafio que o próprio Projeto coloca: favorecer o desenvolvimento sustentável da região, “objetivando o empoderamento social e político das mulheres [trabalhadoras rurais assalariadas do agronegócio], como vetor de valorização de sua capacidade produtiva” (PERNAMBUCO, 2012a, p. 01).

Parte-se da hipótese de que, além de imbricadas nas limitações do Estado reprodutor de estruturas capitalistas e comprometido com interesses de elites, políticas públicas para mulheres rurais na perspectiva de *gênero* – à medida que estão vinculadas às demandas históricas do Movimento Feminista – podem ter seu direcionamento operativo direcionado por dois elementos: (1) o histórico caráter urbano das organizações feministas e (2) o tratamento marcadamente essencialista e universalista que as questões das mulheres recebiam até a década de 1980. Tais fatores podem ser decisivos para a capacidade de “leitura” da realidade de um território rural e, conseqüentemente, para o potencial de gerar transformações positivas (SARTI, 2004).

Trata-se, assim, de uma análise da “postura política” assumida no processo de Extensão/Comunicação Rural (CALLOU, 2007; FREIRE, 1980), pois a consecução desse objetivo é possibilitada pela reflexão sobre o caráter transformador ou conservador/assistencialista da ação política. Mais especificamente, busca-se responder se a política atua positivamente sobre conflitos da dinâmica territorial, favorecendo que os atores sociais participem da vida social em condições de paridade.

Como forma de submeter a análise à perspectiva do conflito, considera-se relevante a assertiva de que a dimensão territorial do desenvolvimento demanda a compreensão de como elites territoriais capitalistas representam forças que se opõem a processos de justiça e sustentabilidade social (BRANDÃO, 2007). Nesse sentido, embora esta dissertação não se detenha sobre como os agronegociantes, objetivamente, representam tais “forças”, ela concebe que as condições do assalariamento sazonal e, portanto, a condição de classe trabalhadora, tem uma importância central para compreensão da realidade social das trabalhadoras rurais.

A respeito do “itinerário reflexivo”, a problematização sobre o assalariamento e, mais especificamente, o assalariamento temporário das trabalhadoras rurais – e não o trabalho rural em si – é apresentado como o aspecto social fundamental para a compreensão do caráter da intervenção do Projeto na dinâmica territorial. Tal importância está baseada na mesma incompatibilidade que motiva o questionamento: *Inclusão social pelo trabalho sazonal: é possível?*, feito por Granja (2006), no título de sua dissertação de mestrado. Assim, as relações, diretas ou indiretas, que a práxis do Projeto mantém com o trabalho sazonal – que obviamente

não representa um tipo ideal de “valorização da capacidade produtiva” – são importantes para o objetivo aqui almejado.

Tal reflexão é indispensável na identificação de um aspecto social objetivo capaz de ser representativo quantitativamente: dar certa homogeneidade ao segmento para o qual o Projeto se volta, ou seja, representar um ponto de ligação comum entre as vivências das trabalhadoras; assim como qualitativamente: pressupor determinadas implicações sociais negativas relevantes, as quais não poderiam ser ignoradas ou secundarizadas por uma política pública que se define como promotora do desenvolvimento sustentável do território.

A articulação entre os conceitos de *gênero* e *desenvolvimento territorial*, cujo objetivo é apreender elementos estruturantes dos limites e possibilidades da “leitura” da dinâmica territorial local pelo Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada, é motivada pela consideração de que os atores do “novo rural” – e suas demandas – ainda precisam ser desvelados pelas reflexões científicas (ABRAMOVAY, 2007b; WANDERLEY, 2000).

As discussões que se dão em torno do embate entre a teoria do *reconhecimento* e as reflexões sobre *redistribuição* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007) são utilizadas como balizadoras da reflexão sobre esse potencial de efetivamente corresponder às demandas dos atores rurais em questão, as trabalhadoras rurais. Essa opção parte da pressuposição de que as *privações de liberdade* – para usar a expressão de Sen (2000) – poderiam ser apreendidas no contexto de uma maior clarificação sobre as situações de injustiça invisibilizadas ou mesmo perpetuadas pelo poder público (questão de não *reconhecimento*) (FRASER, 2007).

A perspectiva analítica que permeia essa reflexão, como dito anteriormente, está baseada no paradigma do conflito, que, em oposição ao do consenso, concebe os fenômenos sociais em um constante “processo dissociativo que altera as relações entre os indivíduos e grupos, no seio da sociedade ou entre sociedades, onde uns estabelecem a dominação sobre os outros, enfatizando as tensões e oposições” (TEBCHERANI, 2001, p.49). Nesse sentido, a subalternidade das trabalhadoras rurais, enquanto segmento com inserção econômica precária, abriga um conflito de classe, sendo um elemento cuja invisibilidade afeta negativamente a sustentabilidade social de qualquer proposta de desenvolvimento.

Como demonstrado nesse “itinerário reflexivo”, a “sensibilidade etnográfica” (MARTINS, 2002) da política pública e sua proposta de transformação da realidade das trabalhadoras rurais, é avaliada sob a compreensão de que o *desenvolvimento territorial* não deve se alienar das especificidades da dinâmica local, assim como dos conflitos, que, velados ou não, mediam o “estar no mundo” dos atores sociais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Buscou-se, no âmbito da etapa mais exploratória da pesquisa, analisar textos (documentos oficiais, livros, informativos, etc.) relacionados ao Programa Chapéu de Palha criado pelo governo de Pernambuco em 1988 e à sua “retomada” em 2007, identificando premissas de cada uma das propostas, de forma a possibilitar uma apropriação comparativa e contextualizada.

Simultaneamente, fez-se leituras sobre *gênero* e *desenvolvimento territorial*, com o intuito de refletir sobre os desafios e possibilidades desses conceitos serem relacionados: primeiro, por serem categorias analíticas; segundo, pelo fato de se constituírem em espécies de *ethos* orientadores do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica. Tal articulação de conceitos – com a dupla função de fundamentar a análise e possibilitar a apreensão da implicação prática ideal das orientações teóricas do Projeto – apontou, como dito anteriormente, para as reflexões sobre *reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007).

Presumiu-se, por conta das grandes proporções do Projeto e do consequente “peso” que o mesmo possui nas propagandas de governo, que sua “leitura” da dinâmica territorial e os seus resultados não poderiam ser apreendidos de forma imediata a partir dos discursos da Secretaria da Mulher e das organizações civis envolvidas. Considerou-se, também, que os significados do assalariamento sazonal – e do próprio Projeto – na vida das trabalhadoras rurais não seriam fielmente retratados pelas suas percepções, pois, nestas, a inclusão econômica, mesmo que precária, tende a ser supervalorizada e se sobrepõe a outras dimensões da vida social (GRANJA, 2006).

Por esses motivos, a análise das informações de campo está fundamentada na metodologia da *hermenêutica de profundidade* (HP), sistematizada por

Thompson (1998), que “imagina a necessidade de uma ‘ruptura metodológica com a hermenêutica da vida cotidiana’, para que seja possível também ver para além dos contextos culturais” (DEMO, 2006, p.38). Para tanto, a HP se utiliza da “razão argumentativa” para propor sentidos – não para desvelá-los como em abordagens tradicionais – e fazer uma leitura qualificada e provisória da realidade (VERONESE; GUARESCHI, 2006).

Thompson (1998 apud VERONESE; GUARESCHI, 2006, p. 87)

trabalha com a ideia de que o mundo sócio-histórico é um campo-sujeito construído pelas pessoas no curso rotineiro de suas vidas, através de *formas simbólicas*, as quais define como um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos. Estão constantemente interpretando essas ações, falas, imagens e acontecimentos ao seu redor e refletindo sobre eles; por isto, a pesquisa social realiza uma reinterpretação.

Busca-se, nesse sentido, contemplar as fases propostas por Thompson (1998 apud VERONESE, GUARESCHI, 2006): *interpretação da doxa*; *análise sócio-histórica*; *análise formal ou discursiva*; e a *reinterpretação*. Nessas dimensões, Veronese e Guareschi (2006, p. 87), identificam as várias possibilidades de direcionamento das análises:

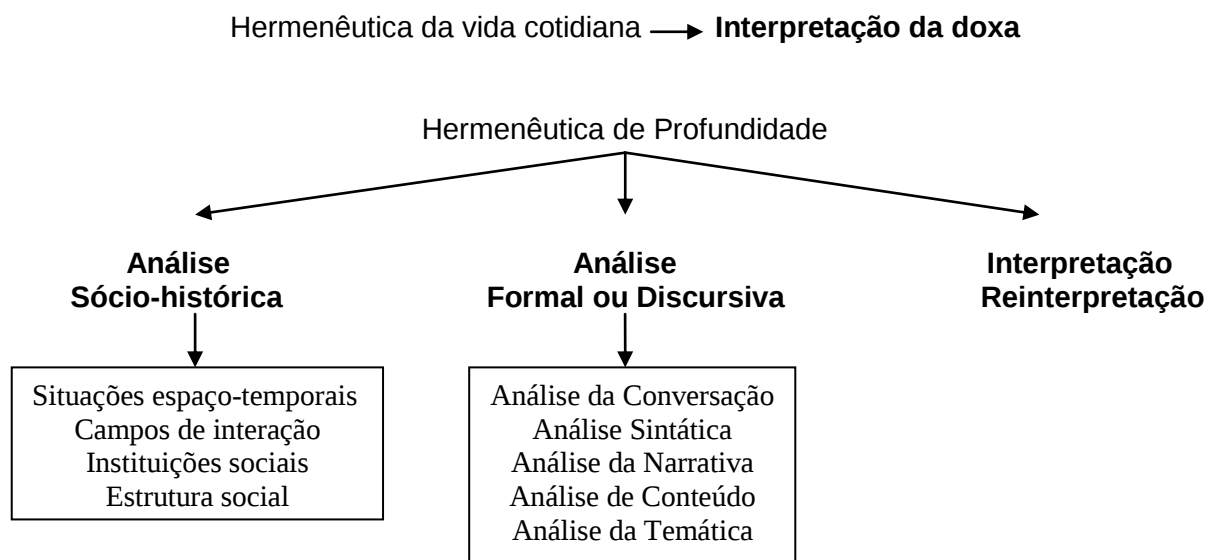


Figura: Sistematização da *hermenêutica de profundidade*.

Os conteúdos e desafios de cada uma dessas fases estão baseados nas seguintes definições: *interpretação da doxa*, momento mais etnográfico e basal, no qual se busca reconstruir as formas como os atores envolvidos percebem os fatos sociais; *análise sócio-histórica*, que constitui a evidenciação das condições estruturais/sociais de (re)produção e ressignificação das relações de poder; a *análise formal ou discursiva*, que correlaciona os sentidos dos discursos e práticas e sua estrutura interna; e, por fim, a *reinterpretação*, esforço – ancorado teoricamente – de síntese, de associar o conteúdo das formas simbólicas ao contexto social em que o Projeto se desenvolve.

Empreende-se, na *análise sócio-histórica*, na seção 2, uma reflexão sobre os elementos históricos relacionados ao Projeto, dentre os quais se sobressai o “distanciamento” de uma efetiva proposta de reforma agrária e o paradigma que orienta a análise social do atual momento histórico: o do *fundamentalismo mercantil* (SACHS, 2008), que tem relevante influência na falta de (auto) análises sobre o Projeto e na sua ampla aceitação social. Na seção 3 são identificados os elementos sociopolíticos envolvidos no assalariamento sazonal das trabalhadoras rurais, que, como mencionado anteriormente, foi problematizado e compreendido como o aspecto social fundamental para a compreensão do caráter da intervenção do Projeto Chapéu de Palha na dinâmica territorial.

Nas seções 4 e 5 são abordados, respectivamente, o *desenvolvimento territorial* e a teoria do *reconhecimento*, considerando suas relações com a perspectiva de *gênero* e com o paradigma do conflito (TEBCHERANI, 2001). Essas reflexões teóricas fundamentam, na seção 6, a *reinterpretação* das perspectivas dos atores, as quais são discutidas na *análise formal*.

A análise contempla essas “fases”, que, embora tratadas assim, não são consideradas como etapas sequenciais, cronológicas, mas dimensões analíticas. Dentre as possibilidades de direcionamento apresentadas na figura acima, especificamente na *análise formal ou discursiva*, opta-se pela “análise de conteúdo”, que significa problematizar e confrontar as perspectivas dos atores diretamente envolvidos com o Projeto Chapéu de Palha Mulher, de modo que a aparente fragmentação possa ser convertida em uma visão integrada do todo.

Entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para se apreender essas perspectivas. Dentre os municípios que poderiam ser escolhidos para realização das entrevistas, Petrolina foi selecionada por concentrar dez do total de doze

organizações civis contratadas para execução de atividades de formação/capacitação, assim como o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, responsáveis pela oferta dos cursos profissionalizantes. Além disso, é o município no qual, obviamente, reside a imensa maioria das trabalhadoras rurais e no qual está sediada tanto coordenação regional do Programa Chapéu de Palha quanto à coordenação local do Projeto Chapéu de Palha Mulher.

Das catorze instituições contratadas para execução das atividades, estas sete tiveram representantes entrevistadas: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Associação Mulheres Rendeiras do Bairro José e Maria; Associação de Promoção Social e Familiar – APROSFAM; Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Mandacaru – AAFAM; Associação de Artesãos do Vale do São Francisco – ARTEVALE; Associação Cultural Josefa Isabel dos Santos do Samba de Véio da Ilha de Massangano; e Centro Maria Auxiliadora Pró-Menor Carente – CEMAM.

A coordenadora e dois ex-coordenadores locais do Projeto e nove trabalhadoras beneficiárias também foram entrevistados/as, assim como o coordenador da Câmara de Fruticultura de Petrolina, uma das entidades representativas dos agronegociantes, cujo objetivo é organizar e defender interesses econômicos e políticos do segmento.

Com exceção do roteiro utilizado na entrevista com o SENAI, que enfatizou a questão da eficiência das atividades de formação profissional oferecidas pelo Projeto, os demais roteiros tiveram, de modo geral, o interesse de abordar temas similares, não para que as diferentes percepções fossem comparadas, mas para que possibilitassem uma análise crítica integradora a partir das referências teóricas adiante abordadas.

Importa salientar que as perspectivas dos atores não são consideradas mais aceitáveis pelo fato de serem mais recorrentes, pois, se assim fosse, o senso comum seria, *a priori*, a descrição mais fiel dos fatos. Assim, a perspectiva desta análise se preocupa com a intensidade (qualidade) dos fatos e não com a sua extensão (quantidade). Concorde-se com Demo (2006, p. 10), que embora não oponha qualidade e quantidade, justifica o uso de metodologias qualitativas:

Em vez da informação pretensamente “objetiva”, da qual não se poderia duvidar, vou privilegiar aqui a informação interpretativa, da qual é necessário sempre duvidar e que precisa ser refeita. Esse tipo de dado é sobretudo “construído”, não apenas “colhido”.

Pode-se falar em “proposição” de desdobramentos pelo fato da *hermenêutica de profundidade* estar ocupada não em revelar verdades sobre os fatos, mas simplesmente em relacioná-los a sentidos plausíveis em uma determinada lógica argumentativa (VERONESE; GUARESCHI, 2006). Assim, pretende-se, aqui, *reinterpretar* a ação do Projeto Chapéu de Palha Mulher, levando em consideração, sobretudo, que o *desenvolvimento territorial* não deve “esquivar-se” dos conflitos locais (ABRAMOVAY, 2007a; BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2001), pois estes abrigam formas de desrespeito e “subordinação de status” de grupos subalternos (FRASER, 2007, p. 108).

Nesse sentido, têm-se, no debate sobre *reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007), importantes elementos para compreensão de como os atores, em suas interações sociais conflituosas constroem formas de dominação e subalternidades. É justamente sobre esse processo de produção de relações de poder que, segundo a perspectiva da teoria do *reconhecimento*, as políticas públicas devem intervir positivamente para efetivação da justiça social, ou seja, para que os grupos possam participar de forma paritária da vida social (FRASER, 2007).

2 O PROGRAMA CHAPÉU DE PALHA: DA ZONA DA MATA AO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Criado em 1988, durante a segunda gestão (1987-1990) do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o Programa Chapéu de Palha possuía o objetivo de amenizar a vulnerabilidade a qual estavam submetidos/as os/as trabalhadores/as da produção e beneficiamento de cana-de-açúcar na Zona da Mata do Estado de Pernambuco durante os períodos de entressafra (maio a agosto). Assim se refere Santos (2007):

O Programa Chapéu de Palha foi criado para preencher esse período de esfriamento da microeconomia e de desajuste social, quando muitas pessoas precisam se deslocar para áreas urbanas para encontrar trabalho.

Como política pública, o Programa se inscreve em um cenário de interesses conflitantes: de um lado, os/as trabalhadores/as necessitados/as de condições objetivas para uma existência digna; do outro, seus empregadores, proprietários das usinas de cana-de-açúcar, beneficiados pela manutenção das condições sociais favoráveis à disponibilidade de mão de obra barata, sujeita às condições precárias de trabalho.

Depreende-se, então, que para atuar no cerne das problemáticas de “desajuste social”, o Chapéu de Palha deveria atentar para o conflito, promover outro desenvolvimento, com elementos diametralmente opostos aos estruturantes do orquestrado pelas oligarquias do sistema de produção sucroalcooleira. Do contrário, estaria apenas remediando problemas sem atingir sua fonte geradora, pois

O modelo dominante de desenvolvimento da Zona da Mata de Pernambuco é insustentável. O modelo mostra quatrocentos anos de concentração fundiária, monocultura da cana-de-açúcar, exclusão social, desemprego, analfabetismo e mortalidade infantil, além do desmatamento desordenado e da poluição hídrica. A persistência desse modelo, já esgotado, implica um grave risco social e político, traduzido num maior empobrecimento e exclusão de uma parte considerável da população, violência social e ingovernabilidade, definida como crescente incapacidade de os governos estaduais e locais darem respostas aos problemas prioritários e reivindicações populares (JARA, 1998, p.237).

Sobre o fazer político incidem críticas que denunciavam que o governo Arraes “deu muita atenção e, até mesmo, prioridade àqueles projetos de pequeno alcance que não levam a modificações estruturais profundas, mas que atingem um grande número de pessoas” (ROCHA, 1991, p.35). Contudo, é necessário reconhecer o mérito de ter enfrentado a oposição do então presidente da república, José Sarney, que dificultava a liberação de recursos para investimentos, e, ainda assim, não ter sacrificado as políticas sociais. Dessa forma, o Programa Chapéu de Palha garantia emprego (mão de obra para pequenos serviços) para aproximadamente 60 mil trabalhadores/as, com remuneração mensal de um salário mínimo e duas cestas básicas (ROZOWYKWIAT, 2006).

O processo de redemocratização favoreceu o “reordenamento dos laços sociais entre os trabalhadores”, pois até a década de 1970, “os trabalhadores foram submetidos a coações pelos patrões para negociarem individualmente em detrimento da coletividade” (SIGAUD, 1986 apud SANTOS, 2007, p.30). Embora o soerguimento das organizações civis e a proximidade de Arraes com estas – sobretudo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) – fossem favoráveis a mudanças mais profundas, como as relacionadas à reforma agrária, a postura assumida foi a de “mediar os conflitos de classe e manter, dentro de um princípio de paz social, a dinâmica socioeconômica fluindo sem grandes rupturas funcionais” (SANTOS, 2007, p.3).

Todavia, o cunho popular do governo Arraes não pode ser menosprezado, havia uma constante preocupação com o proletariado rural, tanto que o abandono dos programas sociais voltados para os/as trabalhadores/as do setor sucroalcooleiro foi um dos principais motivadores da crítica ao governo de Joaquim Francisco (1991-1993). Assim, paradoxalmente, a direita estigmatizou o governo Arraes como comunista e a extrema esquerda o considerava lento e ineficiente. Martinelle (2006, p.201), ao falar da “revolução do povo”, no capítulo ironicamente intitulado “Arraes: fundando o reino de Deus em Pernambuco”, afirma: “o grande mérito de Arraes é que ele estava conseguindo sustentar uma democracia liberal de cunho social mobilizando o trabalho de forças antagônicas”.

O tom conciliador e a conseqüente falta de transformações estruturais também foram marcantes, o que pode ser explicado pela observação de que as

práticas políticas dos governos de Pernambuco, Bahia e Ceará demonstram que “a legitimidade dos governadores esteve, nos últimos anos, relacionada aos resultados alcançados pelas economias dos seus estados” (CARVALHO, 2005, p.177)¹. A centralidade do crescimento econômico nesses estados está relacionada ao “baixo nível de acumulação daquelas sociedades, o que tornou este objetivo obrigatório nos debates, nas expectativas sociais e nas iniciativas governamentais” (CARVALHO, 2005, p.183).

Em 2007 o Programa Chapéu de Palha foi retomado pelo governador Eduardo Campos (Partido Socialista Brasileiro - PSB), neto de Miguel Arraes, que o considerava seu herdeiro e sucessor político. Esse prestígio do jovem Eduardo foi conquistado a partir do seu desempenho, em dois momentos importantes, durante a segunda gestão do seu avô, para sua formação política: a militância na juventude do PMDB e a chefia do gabinete do governador (LYRA, 2007).

De acordo com um discurso amplamente aceito pela sociedade e difundido pelas instâncias governamentais e não governamentais diretamente envolvidas com a execução do “novo Chapéu de Palha”,

Em 2007, o programa passou por um avanço na forma de fazer política pública. Ele **deixou de ser apenas um repassador de recursos** e passou a cobrar a contrapartida do beneficiário, exigindo a participação do mesmo, ou de alguém da sua família, nas diversas oficinas e capacitações realizadas pelas secretarias de estado envolvidas (PERNAMBUCO, [ca. 2010], grifo nosso).

No momento da retomada, a Secretaria Especial da Mulher (atualmente denominada Secretaria da Mulher – SecMulher), havia sido recentemente criada e passou, juntamente com as demais secretarias do governo de Pernambuco, a compor a Comissão Gestora do Programa Chapéu de Palha, que, a exemplo do Programa de 1988, atuava na Zona da Mata do estado. Essas secretarias teriam, segundo material informativo (PERNAMBUCO, 2007) disponibilizado pela Comissão Executiva, as seguintes atribuições:

¹ Para se dimensionar a importância da agroindústria sucroalcooleira na economia e, consequentemente, na política pernambucana, basta saber da sua participação nas exportações do estado, que, até em 2005, se manteve sempre em torno de 60% (CAVALCANTI et al., 2002).

Quadro 1: Atribuições das Secretarias do Governo de Pernambuco no Programa Chapéu de Palha da Zona Canavieira de 2007.

Secretarias	Atribuições
Sec. de Educação	Realização de cursos de alfabetização para adultos e reforço escolar.
Sec. de Des. Social e Cidadania	Emissão de documentos básicos.
Sec. de Juventude e Emprego	Realização de cursos de capacitação profissionalizante.
Sec. de Agricultura e Reforma Agrária	Distribuição de 1 litro de leite para famílias cadastradas que tenham crianças com até seis anos de idade.
Sec. de Ciência, Tec. e Meio Ambiente	Realização de capacitações nas áreas de meio ambiente e reflorestamento e revitalização de praças e canteiros.
Sec. de Saúde	Desenvolvimento de ações de prevenção e tratamento de doenças.
Sec. Especial da Mulher	Realização de atividades de conscientização dos direitos das mulheres, mobilizando estas e seus grupos organizados, oferecendo cursos, seminários e atividades de fortalecimento sociopolítico e econômico, com distribuição de livros e capacitações para que as mulheres conheçam e acessem as políticas públicas.

Fonte: Informativo da Comissão Executiva do Programa (PERNAMBUCO, 2007).

A partir dessas incumbências, cabe uma reflexão sobre o propugnado “avanço”, que tem sido a forma de situar o Programa fora do alcance das críticas que denunciaram o assistencialismo de sua versão anterior. O viés assistencialista não pode ser negado simplesmente pelo fato do “novo” Programa exigir a contrapartida (participação em cursos de formação política e profissional) dos/as trabalhadores/as, pois essa sempre foi uma condição para o recebimento do auxílio financeiro: no governo Arraes, os/as trabalhadores/as não recebiam “bolsas”, mas remuneração de um salário mínimo pela jornada de trabalho de oito horas diárias em diversas obras públicas (ARRAES, 2006).

O fato das Secretarias de Agricultura e Reforma Agrária e de Desenvolvimento Social terem, nessa retomada do Chapéu de Palha, as atribuições principais de distribuir leite e emitir documentos pessoais é um indício de que o avanço político não foi tão profundo, pois tais objetivos são superficiais diante das responsabilidades institucionais dessas secretarias, que têm, respectivamente, as missões de “formular, implementar e monitorar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária do estado de

Pernambuco” (PERNAMBUCO, [ca. 2007a]) e “formular, executar, monitorar e avaliar [...] políticas públicas integradas na área de desenvolvimento social e direitos humanos que permitam transformar [...] a realidade social dos pernambucanos em situação de vulnerabilidade e riscos” (PERNAMBUCO, [ca. 2007b]).

Essa discrepância entre práticas políticas e missões institucionais no âmbito do Programa, por representar indício de um “alcance social” limitado, reforça a proficuidade de se avaliar o Projeto Chapéu de Palha Mulher, pois, embora as atribuições da Secretaria da Mulher no Programa sejam compatíveis com seus objetivos institucionais, a sua prática carece de uma avaliação que questione sua efetividade. Assim, trata-se da necessidade de uma reflexão que, para além da verificação da adequação do elenco de ações aos objetivos do Programa, se detenha sobre a capacidade dessas ações, em suas dinâmicas concretas de execução, produzirem efeitos desejáveis.

Falar de efeitos se torna ainda mais oportuno pelo fato do “avanço” acima referido estar relacionado ao discurso de que as atividades formativas da atual versão resultam em melhorias nas condições de vida das trabalhadoras rurais. Essa é uma perspectiva difusamente aceita, embora parta da idealização de que transformações sociais são espontâneas e harmônicas, consequências certas. Tal afirmação pode ser feita porque, embora o Programa Chapéu de Palha seja considerado uma das ações prioritárias do governo, inexistem iniciativas para avaliação dos impactos/resultados dessa política pública².

Como referido anteriormente, tais limitações da política estão relacionadas à comum “necessidade” dos governos atenderem interesses de grupos díspares, ou seja, de viabilizar sua governabilidade, que diz respeito “à legitimidade e sustentação política dos governos para levar a cabo seu programa, [...] ou ainda à capacidade [...] de articular coalizões entre partidos políticos e grupos sociais que apoiem o plano de governo” (BENTO, 2003, p.86).

Essa necessidade de articular interesses opostos implica uma política de viés assistencialista que se aproxima do paradigma tradicional de desenvolvimento de comunidade³, sobre o qual discorre Jara (1998, p. 301):

² Informação da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

³ Originalmente dizia respeito às formas de governabilidades conservadoras, assistencialistas e despolitizadas que, segundo uma concepção evolucionista, buscaram fazer com que sociedades subdesenvolvidas alcancem patamares de desenvolvimento ditados pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. A base ideológica

A história nordestina das últimas décadas é testemunha dos efeitos contraditórios da estratégia tradicional de desenvolvimento de comunidade. Por um lado, sem dúvida, melhoraram as condições materiais de vida em milhares de comunidades rurais. Por outro, conservaram-se os relacionamentos que produzem e reproduzem as dependências e subalternidades, porque o desenvolvimento comunitário tradicional deixa quase intactas as estruturas da pobreza rural. O desenvolvimento comunitário é incapaz de desafiar as relações básicas de poder local, condicionando uma patética incapacidade de autogestão e liberdade.

Nessa perspectiva, a pobreza das comunidades rurais é vista exclusivamente como resultado dos baixos níveis de renda. Para Sen (2005), esse critério tradicional de identificação da pobreza inviabiliza uma ação pública consistente de redução de desigualdades, pois a pobreza reflete – para além da precariedade das condições materiais para uma vida digna – a privação de liberdades básicas, caracterizada pela multidimensionalidade (se dá no campo econômico, social e político) e pela interdependência entre essas dimensões.

A lei estadual nº 13.766, de 07 de maio de 2009 ampliou o Programa para o Sertão do São Francisco, especificamente para os municípios de Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Cabrobó; e para o Sertão de Itaparica, municípios de Belém de São Francisco e Petrolândia. Assim, empregados/as nos agronegócios da fruticultura irrigada passaram a ser atendidos por essa política.

Como aconteceu na Zona Canavieira de Pernambuco, a importância econômica adquirida pelo Vale do São Francisco demandou a intervenção da ação governamental, de modo a mediar os interesses do agronegócio e dos/as trabalhadores/as rurais. Essa relevância pode ser apreendida na constatação de que

Petrolina, desde a implantação do primeiro perímetro irrigado, em 1968, vem apresentando taxas anuais de crescimento econômico acima de 10%. A participação do Produto Interno Bruto (PIB) do município tem crescido também, em relação ao estado de Pernambuco: em 1970, era de 1,89%; dez anos depois, havia passado para 2,98%; em 1991 o índice já era de 3,41% e seis anos após, em 1997, saltava para 9,63% (CORREIA et al., 2001, p.5).

Diferente da Zona Canavieira, a maioria dos postos de trabalho na fruticultura é ocupada por mulheres, pois o raleamento, colheita e embalagem das frutas são

repousava sobre a compreensão de que países pobres eram mais receptivos aos ideais comunistas (JARA, 1998).

consideradas “atividades de mulher” e absorvem a maior parte da mão de obra. Por outro lado, esses são os postos de trabalho com menores salários, mais desprovidos de garantias trabalhistas e mais vulneráveis à sazonalidade das culturas.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STR e da Secretaria de Agricultura de Petrolina, há, nesse município, aproximadamente 70.000 pessoas empregadas no período da colheita de frutas, das quais cerca de 45.000 são mulheres. Durante a entressafra, que ocorre durante os seis primeiros meses do ano, 25% dessas mulheres ficam desempregadas (PERNAMBUCO, 2012a).

Diante desse quadro e do número de trabalhadoras rurais contempladas⁴, o trabalho da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, por meio do Projeto Chapéu de Palha Mulher, adquire grande relevância, pois contribui para amenização da fragilidade econômica à qual ficam submetidas as mulheres, que recebem “bolsas” mensais de até R\$ 232,50, disponibilizadas de março a junho. Esse é o valor mensal que deve ser atingido pelo benefício quando somado ao que, porventura, seja recebido por meio do Programa Bolsa Família.

Abaixo, o quantitativo de trabalhadoras participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada entre os anos 2009 e 2013.

Tabela: Participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura (Evolução 2009 – 2013)

Ano	Número de Trabalhadoras
2009	5.400
2010	7.585
2011	12.000
2012	7.740
2013 (previsão)	7.500
Total	40.225

Fonte: Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco (2012).

São disponibilizados cursos de políticas públicas (com 60 horas/aula e turmas de até 30 mulheres) – os quais possuem material didático idêntico ao utilizado na

⁴ O número de mulheres, em média, corresponde a 70% do total de pessoas cadastradas no Programa. As participantes precisam comprovar que estavam formalmente empregadas durante a safra nas propriedades rurais do agronegócio.

Zona da Mata, o que se configura em um indício de inadequação às demandas locais – e cursos profissionalizantes⁵ (para turmas de 25 mulheres) que são precedidos por um módulo sobre política, pois, segundo discurso institucionalizado, uma “inserção digna no mercado” se dá a partir do empoderamento, pelo qual as mulheres tomam consciência das relações de gênero e de como se configuram as desigualdades sociais.

Outra problemática, que também pode ser investigada sob o prisma de sua correlação com o viés assistencialista⁶ ou transformador do Projeto, é a forma como são identificadas as trabalhadoras rurais, preponderantemente tratadas como “mulheres rurais”. Essa concepção é outro indício de inadequação do Programa Chapéu de Palha da Fruticultura à realidade do polo fruticultor do Vale do São Francisco e de Itaparica, onde as mulheres não podem ser consideradas estritamente – ou tão obviamente – rurais, pois a grande maioria é de migrantes, que “abandonaram” áreas rurais de sequeiro, vive em áreas urbanas e enfrenta problemas relacionados ao subemprego rural⁷ e à precariedade da vida nas periferias das cidades (BRANCO; VAINSENER, 2001, 2002).

Em uma perspectiva sustentável,

É errôneo formular estratégias e políticas homogêneas de desenvolvimento em face da heterogeneidade das comunidades e dos territórios. Uma intervenção vista como adequada, por exemplo, para um grupo de assentamento rurais na Zona da Mata de Pernambuco é improvável que seja oportuna para comunidades rurais localizadas no sertão (JARA, 2001, p. 29).

Ainda sobre a questão da qualificação “mulheres rurais” e o possível equívoco que ela encerra, é importante salientar que embora a tendência das trabalhadoras da fruticultura viverem em áreas urbanas seja confirmada por pesquisadoras como Cavalcanti (1997), pode-se argumentar que, segundo a perspectiva de Veiga (2003), a classificação em urbano e rural deve ir além do critério administrativo instituído pelo Decreto-Lei 311/1938, o qual convencionou chamar de urbanas, independente

⁵ Os cursos profissionalizantes foram iniciados em 2011.

⁶ Segundo Pedro Demo (1994, p. 31), o assistencialismo humilha o beneficiário “porque lhe reserva apenas sobras, esmolas; porque provoca a dependência diante do doador; porque desmobiliza o potencial de cidadania no assistido; porque escamoteia o contexto duro da desigualdade social, inventando a farsa da ajuda; porque vende soluções sob a capa de meras compensações”.

⁷ A maior parte das mulheres atendidas pelo Projeto Chapéu de Palha da Zona Canavieira de Pernambuco não são assalariadas do agronegócio, são indicadas pelos seus maridos ou outros familiares.

dos costumes e das dinâmicas territoriais, as sedes municipais (as cidades) e as sedes distritais (as vilas).

A abordagem analítica de classificação sugerida por Veiga (2003) afirma que ideal seria delimitar o urbano e o rural por meio da conjunção de critérios não meramente políticos administrativos: o tamanho, a densidade populacional e a localização. Esses seriam elementos para determinar o nível de modificação antrópica no ambiente, que é posto como elemento central, determinante da diferenciação entre territórios rurais e urbanos.

Após criticar a obsolescência do método para o cálculo da urbanização no Brasil, Veiga (2003, p.65) afirma que toda a problematização acerca dos critérios utilizados não seria importante ou oportuna “[...] se fossem poucos os casos de sedes municipais que exercem irrisória pressão antrópica sobre ecossistemas pouco artificializados, às vezes quase intocados”.

Nesse sentido, Petrolina, que em 2012 concentrou 6.285 das 7.740⁸ trabalhadoras participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher, não parece se enquadrar no perfil de um município rural segundo o ponto de vista da abordagem analítica. Esse município é caracterizado por uma urbanização complexa, de forma que em 1995 já apresentava taxas de urbanização superiores ao da capital do estado de Pernambuco, apresentando problemáticas típicas de grandes centros urbanos brasileiros, como a favelização, por exemplo (VELOSO, 1995).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Wanderley (2007, p. 21) afirma que, além dos espaços rurais assim tradicionalmente reconhecidos, “as pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento”.

Essas reflexões suscitaram os primeiros questionamentos sobre a capacidade do Projeto Chapéu de Palha Mulher promover o desenvolvimento territorial, posto que este depende da intervenção positiva sobre os conflitos locais e esta, por sua vez, depende da “sensibilidade etnográfica” (MARTINS, 2002). Entretanto, tais reflexões são incipientes, demandam o aprofundamento da reflexão e a observação mais detida de elementos objetivos que contribuam para descortinar a relação

⁸ Informação da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

estabelecida entre o Projeto e as trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica.

3 O ASSALARIAMENTO SAZONAL COMO CONFLITO

A discussão sobre o assalariamento é importante para o escopo deste trabalho pelo fato do Projeto Chapéu de Palha Mulher associar as condições de trabalho na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica à vulnerabilidade social das trabalhadoras rurais (PERNAMBUCO, 2012a).

Se o Projeto está voltado para as trabalhadoras e se o trabalho é alvo de críticas por parte da Secretaria da Mulher, seria lógico supor que o Projeto atua no sentido de melhorar as condições de trabalho ou de oferecer alternativas de inserção no mundo do trabalho. Portanto, o assalariamento – e, mais especificamente, o assalariamento temporário – é problematizado para que a ação do Projeto possa ser avaliada com a devida compreensão dos significados sociais da conservação ou da superação desse tipo de inserção econômica.

O conflito velado em uma relação de assalariamento se reflete na integração social precária dos/as trabalhadores/as assalariados/as assim como no bloqueio do seu potencial revolucionário e está fundado na distinção elaborada no discurso marxista, segundo o qual “[...] não ter propriedade cria as condições para a submissão do proletariado às outras classes, que usam sua capacidade produtiva para atingir fins estranhos ao próprio proletariado. Por isso, o trabalho assalariado não representa o interesse do proletariado, mas sim os do patrão” (SILVA, 2008, p.40).

Ainda assim, e embora se vivencie o “esgotamento do padrão capitalista de desenvolvimento” (LEITE, 2007, p.19), que se inicia no Brasil por volta dos anos 1980, quando o modelo econômico se revela excludente, concentrador de renda e oposto às demandas de proteção dos trabalhadores, o emprego/assalariamento ainda figura, ao menos ao nível do discurso dos agentes de mercado e do próprio Estado, como o caminho mais curto para a inserção cidadã depois da crise do Estado de Bem-Estar Social (LEITE, 2007).

Sobre a relação entre essa crise e o fortalecimento do emprego como principal forma de proteção social, Silva (2006) argumenta que o colapso de elementos constitutivos do Estado de Bem-Estar, sem o fim da racionalidade técnica capitalista e do produtivismo, resultou em uma importante mudança na concepção de responsabilidade social do Estado:

Até meados dos anos 90, o diagnóstico da crise do Estado do Bem-Estar social ancorava-se em dois elementos: a crise financeira e a decadente eficiência econômica e social. A partir da segunda metade da década de 1990, surgiu, com força suficiente para introduzir profundas mudanças no Estado de Bem-Estar Social, um novo argumento o qual está assentado sobre um questionamento moral: é justo que as pessoas recebam sem trabalhar? É a resposta negativa a essa questão que demarca a transição do Estado de Bem-Estar Social passivo para um Estado de Bem-Estar Social ativo (SILVA, 2006, p. 96).

Assim, o incentivo ao emprego passa a ser a grande preocupação do Estado contemporâneo, pois as contribuições dos ativos já não poderiam corresponder às demandas dos inativos. Em outras palavras, “as políticas sociais apontam cada vez mais no sentido de substituir as velhas políticas destinadas a evitar o colapso econômico dos desempregados por novas políticas que visam manter os trabalhadores em atividade” (SILVA, 2006, p. 97). O problema dessa busca não está na opção pelo emprego si, ela é coerente com a conjuntura econômica, o aspecto a ser questionado é que a “ativação”⁹ passa a ser “vista como a cura para todos os males sociais” (SILVA, 2006, p.99).

Importa ressaltar que esse é o cenário de fortalecimento do neoliberalismo, cuja constituição teórica remonta ao período de consolidação do Estado de bem-estar no pós II Guerra. O intervencionismo econômico e a oferta de serviços públicos abrangentes foram o alvo central da crítica neoliberal, de modo que a livre iniciativa privada e a regulação do mercado sobre a sociedade passam a ser amplamente compreendidos como via indissociável do exercício da cidadania (LEITE, 2007).

No Brasil, segundo Pochmann (2012), essa centralidade da economia ou, utilizando o termo de Sachs (2008), o *fundamentalismo mercantil*¹⁰ tem determinado as práxis das políticas públicas, que estão ancoradas na “propaganda” do surgimento de uma nova classe média, cuja maior evidência é a constatação de transformações positivas nos padrões de consumo e na condição de pobreza. Para Pochmann (2012),

⁹ Ativação é o termo utilizado pelos cientistas sociais para, em alusão ao binômio ativo/inativo, fazer referência às políticas relacionadas ao emprego e à empregabilidade no contexto da passagem do Estado Providência ativo para o passivo.

¹⁰ O *fundamentalismo mercantil* diz respeito à característica marcante das atuais políticas públicas de desenvolvimento na América Latina, as quais são orientadas por uma crença romântica de uma globalização simétrica e que o subemprego e as desigualdades são simples inconvenientes “mais do que compensados pela eficiência da economia capitalista de mercado” (SACHS, 2008, p. 84).

Causa constrangimento maior, contudo, o viés político difundido pelos monopólios sociais constituídos pelos meios de comunicação e seus “oráculos” midiáticos que terminantemente manipulam o consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo o consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade. Também se agrega nesse mesmo contexto a opção política rasteira que certos intelectuais engajados à lógica mercantil se associam com uma retórica de classe de rendimento desprovida de qualquer sentido estrutural, o que nada mais é do que a tradução meramente propagandista dos imperativos de mercado (POCHMANN, 2012, p. 7).

Desse modo, o aumento do potencial consumidor na base da pirâmide traz, implícito, o discurso de que o acesso ao mercado “é o caminho, a verdade e a vida”. Fala-se em “nova” classe média e se desconsidera que a classe é constituída em relação conflituosa com outra classe e que a classe trabalhadora continua sendo, além de trabalhadora, subalterna. Diante desse cenário, alguns questionamentos poderiam ser feitos: será que as condições de trabalho mudaram? Como se processa a divisão social do trabalho? A exploração diminuiu? Salários e condições de trabalho são justos?

Ainda segundo essa perspectiva, a privatização de serviços, como educação, saúde e previdência, é consequência da nova orientação das políticas públicas baseadas no conceito de “nova classe média”. O resultado prático dessa conjuntura é a “diminuição” do Estado, posto que, teoricamente, a população pode “comprar” os serviços dos quais necessita. Essa é uma perspectiva que carece de uma análise profunda sobre disparidades, exclusão e o acesso contingente. Para Pochmann (2012, p.8), há “uma orientação alienante sem fim, orquestrada pelo sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social”.

Com base nessas críticas, pode-se analisar o assalariamento das trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica não somente sob a perspectiva estrita do acesso à renda, mas também por meio da problematização dos elementos conflituosos que têm sido invisibilizados ou compreendidos como secundários diante da importância da manutenção do emprego.

Mesmo durante a vigência do emprego pleno e estável no pós-Segunda Guerra, “a questão social [...] consistia na contradição entre a acumulação e a redistribuição social” (HESPANHA; MATOS, 1999, p.4 apud SILVA, 2006, p.95). Se essa pôde ser considerada a “questão social” antes do acirramento da precarização do emprego, convém concluir que, atualmente, o emprego e o assalariamento não solucionam a “questão social” e que, portanto, não podem ser o foco central ou exclusivo de políticas públicas sociais.

As abordagens do *desenvolvimento territorial* e do *reconhecimento* são oportunas por evitar generalizações e o escamoteamento do território, pois possibilitam estabelecer as fronteiras e as conexões entre o trabalho e o ambiente sociocultural do indivíduo, ou seja, permite verificar os limites da experiência profissional diante do desafio da resolução/amenização do conjunto de problemas vivenciados em cada localidade. Nessa perspectiva, Silva (2008, p.17) afirma que “a experiência cotidiana de injustiça vivenciada pelas camadas sociais oprimidas” deve inspirar as reflexões científicas e as ações políticas.

IMPLICAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DO ASSALARIAMENTO SAZONAL DAS TRABALHADORAS RURAIS

É escassa a produção científica sobre o assalariamento de mulheres no meio rural, de modo que não existe uma consistente reflexão que supere o enaltecimento da “entrada no mercado” defendido tanto pela propaganda política acima referida quanto pela crítica feminista, que combate o histórico atrelamento das mulheres ao espaço privado.

Fischer (2000), no livro *A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna*, oferece uma contribuição pioneira e importante nesse campo, embora esteja marcada por uma predisposição – de caráter feminista militante – a considerar o acesso aos espaços públicos como uma forma automática de superação de desigualdades de gênero. É justamente isso que se apreende no seguinte trecho:

É no contexto da modernização agrícola que as mulheres rurais na relação de trabalho assalariado, através da convivência com outras trabalhadoras, aprendem a superar valores culturais originados no patriarcalismo que, segundo Duran, citado por Bruschini (1990), as

manteve na solidão política, no isolamento do lar, na posição desvantajosa de participação e no negar-se como trabalhadoras. Através da comunicação grupal na produção social, a assalariada pratica solidariedade e aprende a resistir. Adquirido tal aprendizado, a trabalhadora passa a praticá-lo no plano individual e no coletivo (FISCHER, 2000, p. 15).

Não se trata de afirmar que essa abordagem é ingênua, mas é imperativo assinalar que essa autora opta por uma discussão que – embora reconheça as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no próprio ambiente de trabalho, como administrações autoritárias – privilegia aspectos psicológicos. Nesse sentido, afirma que “mesmo sob tal autoritarismo, é no centro desses comandos que as trabalhadoras desenvolvem a consciência crítica” (FISCHER, 2000, p.176).

Sob uma perspectiva sociológica, ou mesmo para que se possa falar em contribuição do assalariamento ao desenvolvimento de determinado território, é indispensável pesquisar não apenas a constituição da consciência crítica, mas também as evidências dos processos alienantes e de exploração da mão de obra no interior dessas empresas agrícolas modernas, assim como as repercussões das experiências do trabalho na vida social e privada das mulheres.

Antes de tudo, a monetarização do trabalho feminino como efeito da modernização agrícola (FISCHER, 1996) deve ser concebida como recente estratégia de reprodução social no contexto de uma crescente dificuldade do acesso a terra e de desvalorização do trabalho de agricultores descapitalizados. De acordo com Granja (2006), a concentração de posse das terras, decorrente da necessidade de altos investimentos para produção e da inexistência de política de crédito para pequenos produtores, fez com que, segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF¹¹, já em 1999, em “40 mil hectares estavam instalados 2.163 colonos e 219 empresas. Porém, as empresas já detinham 61,7% da área total, evidenciando que, além do desenvolvimento, os investimentos realizados na região produziram também assimetrias econômicas e sociais” (GRANJA, 2006, p.25)

A partir da análise desse “pano de fundo”, do aumento da demanda da mão de obra feminina, pode-se situar o assalariamento não como um bem em si, mas

¹¹ Empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, criada para promover o “desenvolvimento rural integrado”, tendo como metas prioritárias o incentivo à irrigação privada e o fortalecimento da pública (BLOCH, 1996 apud GRANJA, 2006)

como fenômeno histórico, como se observa em Renk (2000 apud ABRAMOVAY et al., 2004, p. 257):

Havia um “olhar de piedade”, pela sujeição que representava o trabalho assalariado, “ir ao mando dos outros”. Significava, no passado, um rebaixamento social. Atualmente, a autora considera que há uma reavaliação do assalariamento, considerado pelos agricultores como uma condição privilegiada: trabalhar na sombra; ter segurança (rendimento mensal); ter férias anuais e folga mensal.

Portanto, se o assalariamento pode ser alvo de questionamentos, sobretudo os relacionados à sua pretensa exclusividade como vetor de desenvolvimento e inclusão social, o “assalariamento sazonal”, tal como ocorre principalmente com a mão de obra feminina na região do Submédio São Francisco¹², pode ser submetido a uma análise que não se limite à percepção das assalariadas, posto que, de modo geral, a inclusão econômica, ainda que precária, é “festejada pelas mulheres” (GRANJA, 2006, p.118).

Schröder (2004, p.105), ao caracterizar o comportamento financeiro dos/as agricultores/as do Sertão do Pajeú pernambucano, afirma que os/as agricultores/as de “renda menos baixa” “difícilmente recorrem ao assalariamento temporário”. Já o “grupo de baixa renda”, os sem posses de terras ou que detêm apenas pequenas extensões – os empobrecidos – são os que usualmente recorrem ao “assalariamento temporário para fazer frente às condições restritivas que enfrentam, inclusive para a manutenção básica de suas famílias”. Conclusões como essa reafirmam a tese de que a família camponesa “só vende a força de trabalho quando sua própria manutenção está ameaçada” (CHAYANOV, 1974; WOLF, 1970 apud FRAXE, 2000, p. 101).

O “resultado” do assalariamento temporário e de suas problemáticas invisibilizadas é que se institui, no Submédio São Francisco, um tipo de inclusão instável, pois é precária e também sazonal. A sazonalidade da entrada da mulher no mercado configura um quadro de instabilidade social e emocional. A precariedade dessa inclusão diz respeito à informalidade contratual, aos baixos salários, às condições insalubres de trabalho, à falta de garantias trabalhistas e, também, à frágil

¹² O Vale do Submédio São Francisco – especificamente o polo Petrolina-Juazeiro, composto pelos municípios de Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Orocó, em Pernambuco, e Juazeiro, Curaçá, Casa Nova e Sobradinho, na Bahia – é o principal centro produtor e exportador de frutas tropicais do país (FONSECA et al., [ca. 2012]).

representatividade do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (FISCHER, 2006). Esses são alguns dos motivos para que se conclua que “o alto nível de desenvolvimento alcançado em termos tecnológicos e econômicos na região não redundou em modernização das relações de trabalho e nem na distribuição mais equitativa das riquezas e dos benefícios sociais” (GRANJA, 2006, p. 123).

Não exige tanto esforço intelectual considerar como socialmente problemático o fato de determinado grupo ou segmento estar “preso” ao assalariamento temporário como único meio de inserção econômica – ou mesmo cidadã –, entretanto, o Programa Chapéu de Palha, única política pública cuja práxis se relaciona com essa questão e que abarca o Projeto Chapéu de Palha da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica, trata essa problemática de uma forma que limita uma ação estrutural, pois “[...] tem por finalidade adotar medidas de **combate aos efeitos** do desemprego em massa decorrentes da entressafra da fruticultura irrigada [...]” (PERNAMBUCO, 2009a, p. 1, grifo nosso).

Tal perspectiva se mostra mais contraditória devido ao fato da Secretaria da Mulher – em um dos livros utilizados nos cursos de políticas públicas – reconhecer que

os agricultores, que não são donos da terra, trabalham como assalariados do campo, vivendo uma realidade de exploração do seu trabalho e de baixos salários. Tais relações, muitas vezes, se aproximam do trabalho escravo existente no período colonial (PERNAMBUCO, 2011c, p.70).

Desconsiderando essa perspectiva e combatendo tão somente os efeitos do assalariamento sazonal, acaba-se por tratar como emergencial uma realidade que está sempre anunciada, ou seja, salienta-se consequências ao mesmo tempo em que causas são secundarizadas, o que equivale a dizer que o Programa Chapéu de Palha engendra mecanismos que, sob o manto de uma política para o desenvolvimento, promovem o assistencialismo, a dependência e a manutenção de desigualdades.

No fundo, o assistencialismo grassa em todos os cantos das assistências, porque o tratamento é tipicamente emergencial de uma realidade encardidamente estrutural; não há propriamente assistências, mas balcão de doações, magras, arduamente motivadas, por vezes motivadoras de certa “indústria” das esmolas públicas, quando sempre os mesmos são atendidos, várias vezes, em vários lugares, sempre de novo (DEMO, 1994, p. 75).

Para compreender essa dinâmica e, conforme recomenda Demo (1994, p. 54), para compreender “[...] o confronto dialético entre Estado e sociedade civil [...] é preciso – criticamente – reconhecer a tendência histórica típica do Estado de representar as forças dominantes”.

Nessa mesma compreensão, Fischer (2006, p.24) afirma que

A política de irrigação, como as demais políticas públicas, é concebida a partir de uma aliança que expressa consensos entre classes sociais. Quando implementada, os benefícios por ela gerados favorecem, em sua distribuição, principalmente, a classe hegemônica.

Portanto, a manutenção do assalariamento temporário e precário das trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica pode ser entendida à luz de uma maior clareza a respeito dos interesses e privilégios da elite dominante de inúmeros territórios rurais, os grandes agronegociantes. Menezes Neto (2009, p. 25), em uma reflexão sobre os conflitos que perpassam o estabelecimento da Educação do Campo, oferece uma importante contribuição nesse sentido, um panorama sintético do projeto do agronegócio:

No projeto político, social e econômico do agronegócio encontram-se as grandes monoculturas, as grandes extensões de terra, o uso intensivo da tecnologia e do agrotóxico, os transgênicos, as culturas para exportação, a concentração de terra, o trabalho assalariado e o desemprego e o desrespeito ao meio ambiente. Porém, conta com o apoio da grande mídia, de muitos intelectuais, de políticos e governos conservadores e são, muitas vezes, apresentados como sinônimos de eficiência e produtividade.

O incentivo ao agronegócio, enquanto face do processo de modernização do campo, que está inserido na dinâmica mais ampla de construção de um Brasil moderno, se deu segundo as orientações de uma “ideologia urbano-industrial”, a qual defendia que o campo deixasse de ser estorvo à fase de grande acumulação de capital e, para tanto, propunha que fazendeiros latifundiários se transformassem em empresários e agricultores passassem a ser uma espécie de operariado do campo (MENEZES NETO, 2009; GUANZIROLI et al., 2001).

Nesse sentido, a realização de uma reforma agrária ampla e o redirecionamento da estrutura de incentivos e apoio em benefício da produção familiar equivaleria a proteger o “atrasado” e promover a ineficiência tecnológica, o que poderia comprometer a continuidade do vigoroso processo de acumulação que se iniciara nos anos 50 (GUANZIROLI et al. 2001, p. 28)

Foi essa concepção que possibilitou que políticas de modernização agrícola se dessem “em benefício das elites rurais e contra a grande massa de produtores familiares, servindo para estigmatizar como românticas ou utópicas quaisquer proposições de um projeto de desenvolvimento rural baseado na produção familiar e na democratização do acesso a terra” (GUANZIROLI et al., 2001, p. 28).

A partir dessas considerações, pode-se depreender que políticas de viés educativo direcionadas aos trabalhadores do campo no intuito de também lhes “modernizar”, estavam eivadas do projeto do agronegócio, ou seja, objetivavam fornecer novos conhecimentos e técnicas, assim como inculcar perspectivas ideológicas para aceitação acrítica do novo mundo do trabalho. A elite agrícola defende, assim, que processos de repasse de conteúdos seriam suficientes para que o homem do campo “acompanhe” os “novos tempos”. Essa defesa se dá a despeito da constatação de que “as relações sociais de produção do campo são frutos de relações que servem à reprodução do capitalismo [...] e, só a educação, não teria o poder de transformar essa realidade para o trabalhador” (MENEZES NETO, 2009, p. 28).

Resta, então, verificar as interfaces do Chapéu de Palha Mulher, enquanto Projeto de viés educativo, com a idealização da dinâmica social envolvida no assalariamento temporário e, sobretudo, com a possibilidade de coexistência desta com um efetivo processo de *desenvolvimento territorial*.

Na busca de respostas a esse desafio, interessa considerar Sachs (2008. p. 19), para quem a

ênfase deve ser colocada na mudança da distribuição primária de renda, em vez de se persistir com o padrão excludente de crescimento, a ser corrigido *ex post* por meio de políticas sociais compensatórias financiadas com a redistribuição de uma parcela do PIB.

Sachs (2004, pp. 31-32) elenca algumas prioridades que políticas públicas deveriam ter para promoção do emprego e do *autoemprego*¹³ como forma de viabilizar o desenvolvimento rural com equilíbrio entre a sustentabilidade social e o crescimento econômico:

avaliação dos empregos rurais não agrícolas que possam dar lugar a planos locais (municipais) de desenvolvimento; [...] análise sistemática das relações entre os pequenos produtores rurais e as grandes agroindústrias, com vistas à transformação de situações adversárias em sinergias positivas mediante reformulação de contratos; organização dos pequenos produtores em cooperativas e promoção de pequenas agroindústrias; avaliação do potencial de empregos e de auto empregos ligados à valorização dos resíduos agrícolas; avaliação do potencial de empregos e de auto empregos voltados à gestão do meio ambiente, dos solos, águas e florestas; por último, identificação de novas oportunidades de geração de empregos e de auto-empregos através da valorização das biomassas [...].

Obviamente, essas “prioridades” não serão objeto de reflexão nesta análise do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura do Vale do São Francisco e de Itaparica – e nem poderiam, pois apenas uma articulação de políticas multissetoriais poderia contemplá-las –, entretanto, a perspectiva ideológica que elas encerram, ou seja, a defesa da necessidade de ações que incidam positivamente sobre as causas das disparidades, contribui, nas páginas que seguem, para tal análise.

¹³ Conceito que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, refere-se a empregos realizados boas condições e adequadamente remunerados. Trata-se de um conceito relacionado à inserção no sistema produtivo como alternativa de inclusão social politicamente oposta à “assistência crônica” (SACHS, 2004, p. 26).

4 POLÍTICAS DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Nos contextos europeu e americano, os estudos sobre *gênero*, grupos minoritários, comportamentos, enfim, sobre aspectos sociais mais específicos, preconizados pela Nova História Cultural, na década de 1970, representaram uma contraposição à hegemonia dos esquemas teóricos generalizantes que prevaleciam nas ciências humanas, sobretudo na História e Sociologia, cujos temas centrais eram o povo, as classes, a nação, o Estado, etc. A Micro-História, que nasce nesse bojo da “desilusão” para com as tendências generalizantes, tem uma importância fundamental na elevação das “especificidades do local” ao patamar de objeto de análise (BURKE, 1995).

No que diz respeito à relação entre a dimensão territorial, o feminismo e *gênero*, pode-se afirmar que o fortalecimento do feminismo brasileiro como movimento organizado se dá concomitantemente à consolidação dos Estudos de Gênero a partir de 1970. Estes abrem as primeiras frestas para a acomodação de uma preocupação com o “território” em oposição às teorias – e mesmo ao próprio Movimento Feminista – que apresentavam explicações essencialistas e universais para as relações de poder entre homens e mulheres (PINSK, 2009). Isso é confirmado por Sarti (2004, p.43), ao relacionar a consolidação do Feminismo brasileiro com a contraposição à ditadura militar:

A conjuntura política apenas agravou, de forma marcante, o que constitui um impasse estrutural do feminismo [...]: o já mencionado fato de que o feminismo, embora diga respeito à mulher em geral, não existe abstratamente, mas se refere a mulheres em contextos políticos, sociais e culturais específicos, o que implica recortes e clivagens que dividem estruturalmente o mundo que se identifica como feminino.

De forma a contribuir com a superação desse “impasse”, em 1990 foram ampliadas reflexões sobre os processos de globalização, lançando luz sobre as dinâmicas territoriais e formatando, no contexto acadêmico e nos fóruns de discussão coletiva, uma realidade contextual oportuna para a superação definitiva do caráter generalizante de duas perspectivas amplamente aceitas da crítica feminista: uma que se remetia estritamente ao patriarcado como necessidade masculina geral de dominar a sexualidade feminina; outra, de viés marxista, que se apoia na

afirmação de que a opressão das mulheres está atrelada à necessidade de reprodução do sistema capitalista por meio da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher é submetida ao papel reprodutivo e “educativo”. A consolidação de novos discursos resulta na compreensão de que “a questão central a ser respondida pelos pesquisadores parte do “como”: como, em situações concretas e específicas, as diferenças sexuais são invocadas e perpassam a construção das relações sociais?” (PINSK, 2009, p. 164).

Essas considerações fazem concluir que a invisibilidade do “território” não é algo inerente às questões de gênero, pelo contrário, é parte de seus questionamentos mais relevantes. Contudo, há de se compreender que a apropriação do conceito (e da consciência) de *gênero* – entendido como referencial analítico direcionado para “construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos” (FARAH, 2004, p.48) – pelas políticas públicas de *gênero* em contextos rurais, dentro da orientação da sustentabilidade local, se realiza de forma complexa, passível de ressalvas. Por exemplo, o termo *gênero* pode ser utilizado simplesmente para “sugerir uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres”, “dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo ‘*gênero*’ não implica uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível)” (SCOTT, 1995, p. 75).

O problema da desigualdade intocada também fundamenta a crítica feita por Farah (2004, p.63) aos programas políticos meramente assistencialistas, a qual afirma que estes se distanciam

das reivindicações dos movimentos e entidades ligadas à questão de gênero, por não se orientar para a emancipação das mulheres da tutela estatal ou da tutela masculina, ou seja, para a sua autonomia e *empowerment*, a partir do conhecimento de desigualdades de gênero.

Uma ação com o alcance do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada necessita, então, problematizar o seu posicionamento político a partir dessa “provocação”, ou seja, de que existe uma distância ideológica e operacional entre políticas de *gênero* e políticas para mulheres. Dessa diferenciação depende a desconstrução das condições concretas relacionadas às assimetrias territoriais entre

homens e mulheres, por meio de uma ação sustentável, vinculada à concepção de transversalidade, a qual propõe:

as ações políticas com especificidade de *gênero* devem vincular-se e relacionar-se com todas as áreas das ações governamentais e devem questionar a ideia de que existem áreas nas políticas públicas as quais estariam desvinculadas – ou se consideram neutras – em relação à condição de gênero (BANDEIRA, 2005, p.10).

No que diz respeito aos limites de uma política pública para mulheres em contextos rurais, uma possível invisibilidade das assimetrias pode estar relacionada a dois fatores: às limitações do Estado, que, segundo Offe (1984), está comprometido com a reprodução das relações capitalistas em seu conjunto; e à reverberação das demandas do Movimento Feminista, que se consolidou nas áreas urbanas, organizado em torno da problematização da política nacional e da reivindicação de infraestrutura urbana básica (SARTI, 2004).

Essas possibilidades limitantes se vinculam à dificuldade do Projeto Chapéu de Palha Mulher, tal como está instituído, contribuir com processos efetivos de desenvolvimento sustentável, como previsto no objetivo geral de seus “termos de referência” (PERNAMBUCO, 2011a, p.6, grifo nosso):

Apoiar a superação das desigualdades históricas de gênero, gerando oportunidades de participação ativa, continua e democrática das mulheres nos processos decisórios, com base na construção de estratégias integradas de promoção de igualdade, bem como, apoiar o **desenvolvimento sustentável da região** mediante oferta de Cursos Profissionalizantes e de Cidadania e Políticas Públicas.

As correlações entre a categoria “território” e práticas governamentais que objetivem o desenvolvimento na perspectiva de *gênero* são fundamentais para análise sobre como as proposições políticas abstraem ou fortalecem o papel das relações socioterritoriais, pois “a um território correspondem políticas públicas específicas, segundo condições objetivas - econômicas, sociais e institucionais - de cada microrregião” (TENÓRIO, 2007, p. 86). Assim como o conceito de *desenvolvimento territorial* supõe uma ampla análise das relações entre diversas dimensões de cada localidade, o de *gênero* também é relacional, tanto como categoria analítica, quanto como processo social. Portanto, em abordagens de

gênero, a negação das interações territoriais específicas do local se expressa no esvaziamento de sentido do próprio conceito de *gênero*.

OS ATORES DE UM NOVO RURAL: UMA DESCOBERTA POR FAZER

Os efeitos da “expansão da ‘racionalidade urbana’ sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização” (CARNEIRO, 1998, p.54), contribuiu para a consolidação do consenso de que as mudanças em curso na sociedade brasileira acabariam por desconstruir as formas de socialização¹⁴ específicas da cultura camponesa¹⁵.

Importa refletir sobre características da cultura camponesa importantes para o escopo desta reflexão, como as identificadas na seguinte definição de Mendras (1974, p.15 apud ABRAMOVAY, 2007b, p. 119): “o camponês vive toda a sua vida e todos os aspectos desta em uma coletividade local pouco numerosa que é uma sociedade de inter-reconhecimento”. Além da localização da vida social, outra característica merece ser destacada: a de que esse inter-reconhecimento se aplica a todo o universo social do camponês, pois todos os atores/setores sociais partilham de um código de conduta comum, determinado pela reciprocidade e pela solidariedade (ABRAMOVAY, 2007b).

Cabe salientar que Mendras (1974 apud ABRAMOVAY, 2007b) se refere ao campesinato tradicional. Assim, houve uma “desconstrução” da cultura tradicional camponesa, o que, considerando a produção e reprodução dinâmica da cultura como um todo, não permite dizer que a cultura camponesa e a cultura rural sucumbiram diante da urbanização. Wanderley (2000, p. 4) reflete sobre como a má compreensão a respeito dessa dinâmica de “desconstrução” da cultura camponesa tradicional resultou em uma concepção deturpada:

¹⁴ Concebida aqui como “uma noção definidora de um conjunto de práticas de cultura que tecem e mantêm os laços sociais, [...] uma área de investigação que explora as relações indissociáveis entre indivíduo e sociedade” (SETTON, 2008, p.1).

¹⁵ Para Carneiro (1998), a distinção/oposição simplista entre as categorias “camponês” – fazer cultural relacionado a organizações sociais não capitalistas – e “agricultura familiar” – forma particular de inserção produtiva no mercado capitalista – reflete a desconsideração da complexidade dialética pela qual elementos tradicionais são reproduzidos ou convertidos historicamente.

as relações entre o meio urbano e o meio rural foram vistas, como de isolamento ou de oposição: o meio rural é identificado ao “meio natural”, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada um meio técnico (WANDERLEY, 2000, p.4).

Nas Ciências Sociais, predominou essa perspectiva. Tanto os clássicos opuseram o mundo rural e o urbano (WANDERLEY, 2000), quanto importantes pensadores contemporâneos, a exemplo de Ianni (1960, p.60 apud CARNEIRO, 1998, p.1), que afirmou: “o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo”. No mesmo tom apocalíptico, Santos (2008, p.9) descreve a urbanização brasileira:

Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macro urbanização e metropolização. O turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). No primeiro, os nexos essenciais devem-se, sobretudo, a atividades de relações complexas e, no segundo, a atividades mais diretamente produtivas.

Trata-se das reverberações do paradigma que, por um lado, associou a cultura camponesa ao estático, passivo e atrasado, e de outro, identificou a “racionalidade urbana” como a antítese dessa cultura. Contudo, essas assertivas, “mais consensuais nas décadas de 60 e 70, quando a pujança do desenvolvimento capitalista apontava para esse caminho de forma exclusiva e inexorável” (CARNEIRO, 1998, p.54), serão questionadas a partir do acirramento dos processos de transformações socioeconômicas estruturais capitalistas, iniciados na década de 1970 nos ditos países desenvolvidos e globalizados em meados dos anos 1990. Trata-se de mudanças que têm sido abordadas por sociólogos por meio do conceito

de reestruturação capitalista¹⁶, que se debruça, sobretudo, sobre as novas configurações desenhadas pelos fenômenos da globalização e pelas mudanças nos papéis do Estado (SCHNEIDER, 2004).

Sinteticamente, os processos de globalização podem ser caracterizados pela intensificação das interações econômicas, sociais, políticas e culturais que se manifestam em diversas áreas da vida social. Santos (2005) identifica algumas dessas áreas – a globalização dos sistemas produtivos e financeiros; a revolução tecnológica, informacional e comunicacional; a diminuição do Estado nacional e a evidência da sociedade civil; o aprofundamento das disparidades sociais; a maior mobilidade de pessoas entre as fronteiras nacionais; as novas práticas culturais e identitárias; e estilos de consumo globalizado – e evidencia que, embora fundada em uma intencionalidade neoliberal, a globalização tem se dado de forma que contradiz o padrão ocidental (que a associou à homogeneização e uniformização), pois “parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo de outro” (SANTOS, 2005, p.26).

O abandono da visão que entendia que a globalização atuaria no sentido de criar uma modernidade com uma ordem econômica integrada e incluyente, com ênfase exclusiva nas dinâmicas do mercado, levaram à constatação de que a eficiência institucionalizada dos governos era de fundamental importância.

Assim, a reforma do Estado passou a ser um tema central na agenda pública nos anos 1990, surgindo como uma possível resposta a questões para as quais o paradigma da tecnocracia – concebido dentro dos limites do pensamento neoliberal e baseado na concepção de que a eficiência governamental dependeria da centralização do processo decisório – não apresentou respostas convincentes. Até os anos 1980, a incapacidade dos governos solucionarem problemas econômicos, como a inflação e o endividamento externo, era atribuída ao fato das demandas sociais repercutirem nas agendas públicas e limitarem o poder de decisão das elites tecnocráticas (DINIZ, 2001).

A “resposta” da reforma do Estado preconiza que a ineficiência não residia na esfera decisória: em decorrência das crises fiscal e política e das reformas liberais (cortes de gastos e de pessoal), intensificou-se a incapacidade do Estado penetrar

¹⁶ Sobre o tema dos efeitos das reestruturações socioeconômicas globais e suas manifestações nos territórios rurais, a abordagem de Schneider (2004) se baseia nos estudos de Marsden (1990, 1992, 1993).

no conjunto do território nacional e garantir que populações historicamente desfavorecidas acessassem serviços essenciais:

nas novas democracias, regiões inteiras permanecem na margem do sistema legal sancionado pelo Estado, não apenas nas áreas rurais, mas também nas periferias dos centros urbanos. Além disso, no caso de certos setores discriminados, em todas as regiões, mesmo nas mais desenvolvidas, a legalidade estatal é também pouco efetiva (DINIZ, 2001, pp.16-17).

Para Bresser (1998a), a descentralização do Estado, também condicionada pelo contexto de consolidação democrática, significa mais do que estratégias administrativas para a reforma gerencial, para solucionar a incapacidade das políticas e serviços públicos em todo o território nacional. Ela corresponde a um direcionamento político que redescobre a importância da sociedade civil e dos governos municipais e estaduais. Assim, descentralização, “ou aumento do poder local” (PEREIRA, 1998a, p.107), permite que temas como participação, controle social, responsabilização, desburocratização e controle de resultados passem a fazer parte dos elementos direcionadores das ações governamentais.

Essas transformações levadas a cabo pela reestruturação capitalista são postas como os fatores essenciais para se repensar o desenvolvimento rural, “sobretudo quando esta reflexão deve ser informada pelo papel que exercem e o modo como se dão as articulações entre este contexto mais geral e as dinâmicas locais dos processos produtivos e a **ação dos atores sociais**” (SCHNEIDER, 2004, p. 93, grifo nosso).

No campo, a reestruturação capitalista se manifesta no paradigma produtivista e em sua materialização: a Revolução Verde implementada no Brasil a partir da década de 60. Essa revolução nos países em desenvolvimento passou a ser questionada na década de 80, pois sua ênfase no aumento de produtividade com base no latifúndio, na ampla utilização de agroquímicos, na dependência de insumos industriais, nas culturas de exportação e na mecanização, contribuiu para o aprofundamento das disparidades no campo, pois rebaixou os preços agrícolas e se direcionou somente aos empreendimentos mais capitalizados, obviamente pelo fato destes possuírem condições de “comprar” os “pacotes tecnológicos”.

Mas, para a maioria dos camponeses do mundo, os preços internacionais dos gêneros alimentícios de base são excessivamente baixos para permitir-lhes viver de seu trabalho e renovar seus meios de produção e, portanto, ainda menos para permitir-lhes investir e progredir. Porém, devido à baixa dos custos de transporte e à liberalização crescente das trocas agrícolas internacionais, camadas sempre novas do campesinato subequipado, instalado em regiões desfavorecidas, com pouca disponibilidade de terras e pouco produtivo, são confrontadas com a concorrência de gêneros alimentícios a preços muito baixos provenientes dos mercados internacionais. Essa concorrência desencadeia o bloqueio do desenvolvimento e o empobrecimento deles, chegando a levá-los à pobreza extrema e à fome (MAZOYER, 2010, p.31).

Dessa forma, o desenvolvimento rural passa a estar ligado à superação das heranças da Revolução Verde, e introjeta a conclusão de que os espaços rurais, antes de tudo, são lugares de diversidade:

Ler o rural corresponde assim a analisar, em função de um determinado objetivo ou perspectiva, estes povoados, onde, de um local a outro, predominam atividades econômicas e sociais diversas, prevalecem vertentes culturais e relações sociais diferenciadas e a propriedade fundiária ocupa lugares distintos na vida social e política (BAPTISTA, 2001, p. 56 apud KAGEYAMA, 2004, p.381).

O desenvolvimento dessa percepção faz com que a perspectiva do *desenvolvimento territorial* passe a ser amplamente utilizada como unidade analítica e normativa nas mais variadas abordagens. Essa relevância pode ser explicada por dois motivos: tanto pelo esgotamento do desenvolvimento regional em decorrência da incapacidade do Estado intervir macroeconômica e macrossocialmente, quanto pela observação de que determinados sistemas produtivos articulam as novas formas de produção consolidadas na economia globalizada com os modos de vida específicos dos ambientes socioeconômicos locais (SCHNEIDER, 2004).

Frisa-se que “o território não é apenas a expressão do espaço social construído em que ocorre a produção e interação humana, mas é também um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação” (SOUZA, 2003; HAESBAERT, 1997, 2002 apud SCHNEIDER, 2004, p. 108).

À medida que a noção de desenvolvimento territorial se foi fortalecendo, as discussões sobre o papel da agricultura e do espaço rural também se modificaram. Na verdade, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades

econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou o campo versus cidade. Na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica (SCHNEIDER, 2004, pp. 104-105).

Nesse sentido, os contextos rurais passam a ser estudados segundo a solidificação de um consenso que afirma as novas ruralidades e inaugura um momento que, de forma consistente, se opõe à invisibilidade histórica imposta a esses contextos. Em termos gerais, compreende-se que

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (KAGEYAMA, 2004, p.382).

Ao falar sobre a importância do artigo *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo* (WANDERLEY, 2000) para os estudos dos anos 2000, Abramovay (2007b, p.17) destaca duas contribuições: constatar que o rural não se diluiu no processo de modernização e identificar que ainda restava uma dúvida: “diante dessas novas significações e de seu caráter marcadamente desigual entre os países, quem são os atores, ou o ator, da nova ruralidade?”.

Uma vez considerada a emergência de concepções que afirmam a complexidade do meio rural, um imperativo elementar é evitar reverberar a histórica perspectiva que definia as sociedades camponesas/rurais como formas menos desenvolvidas de sociabilidade. Essa, obviamente, é uma condição para que as análises sobre os atores rurais se apropriem das situações reais vivenciadas pelos indivíduos e grupos e, além disso, para que possam reconhecer as relações de poder entre os mesmos.

Olhar para o campo de aplicação de estudos e para os seus atores de forma que as preconcepções não se sobreponham ao que poderia ser apreendido a partir da observação parece uma recomendação óbvia, entretanto não o é quando se trata dos fenômenos sociais rurais. Segundo Martins (2002), os sociólogos rurais foram

os mais distanciados das populações, estiveram comprometidos com o produtivismo, com a difusão de inovações, o que faz a Sociologia Rural possuir uma dívida gerada pelo arruinamento cultural e social de sociedades rurais. A Sociologia Rural foi “mais uma sociologia das perturbações do agrícola pelo rural do que uma sociologia de um modo de ser e de um modo de viver mediados por uma maneira singular de inserção nos processos sociais e no processo histórico” (MARTINS, 2002, p. 220).

Faz-se, assim, necessário atentar para o que Jollivet (1998, p.7) denominou de “profissão de fé” dos Sociólogos Rurais: articular, de forma holística e transversal, conhecimentos de outras disciplinas para que, assim, as dimensões do social também sejam integradas, de modo que se possa avançar nos estudos empíricos sobre atores sociais, o que tem sido posto como “absolutamente crucial para compreender situações localizadas” (ABRAMOVAY, 2007a, p.2).

Essa crucialidade dialoga com as discussões sobre *capital social*, embora estas possuam divergências¹⁷. Para Bourdieu (1979, p.128 apud ABRAMOVAY, 2000, p.6), *capital social* diz respeito ao conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis”. Essa conceituação está relacionada às formas como os grupos e indivíduos se apropriam (ou são desapropriados) do poder de ação inerente à posse de *capital*. Nesse sentido, “as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de *capital* de que os indivíduos podem dispor” (ABRAMOVAY, 2000, p.5).

Uma questão se coloca: como compreender os interesses e as relações de poder quando os atores, e suas posições, são desconhecidos? Essa questão revela um problema importante das políticas públicas, elas muitas vezes carecem do que Martins (2002, p.56) denominou de “sensibilidade etnográfica”, pois desprezam a necessidade de conhecer as comunidades, “uma atitude própria do voluntarismo político que acabaria se alastrando pelas pastorais sociais e pelo que se poderia definir de esquerda popular”.

A teoria do *reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007), por ser, basicamente, uma teoria que se debruça sobre as dinâmicas de interação, oferece os aportes para a evidenciação dos atores na perspectiva aqui utilizada, a do conflito:

¹⁷ Vide: (BOURDIEU, 2001; COLEMAN, 2001; PUTNAM, 2001).

O que está em jogo nos conflitos entre os grupos humanos não é a sua superação por meio de formas racionais homogêneas que nivelam as diferenças entre os grupos humanos, mas sim o reconhecimento de suas identidades culturais como formas distintas de viver no mundo (ARAÚJO, 2004, p.11).

Reconhecimento se trata, assim, de uma teoria que estimula um fecundo diálogo com a abordagem territorial do desenvolvimento, posto que percebe o espaço sociocultural como o campo possível da ação, opondo-se às análises que defendem a autodeterminação dos sujeitos.

5 RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Para elaborar sua revisão da Teoria Crítica a partir da abordagem do *reconhecimento*, Honneth “usou as suposições fundamentais da teoria da ação de Habermas”¹⁸ e três do materialismo histórico: “(1) todas as relações sociais têm o potencial de se tornarem relações de poder; (2) o motor da história é a luta social (3) o estímulo que leva os seres humanos à revolta social está ancorado na sua estrutura antropológica” (SAAVEDRA, 2007, p.97).

Assim, a identidade estaria atrelada à experiência prática do *reconhecimento intersubjetivo*, este possibilita que os sujeitos tomem consciência de sua subjetividade e concretizem a autorrealização, a reinterpretação dos fatos (MATTOS, 2006). Autorrealização significa “a busca espontânea e livre dos objetivos livremente escolhidos. ‘Espontânea’ e ‘livre’ nesse contexto não podem apenas significar a mera ausência de pressão ou influência externa, mas também têm que implicar na ausência de obstáculos internos [...]” (HONNETH, 2007, p. 88).

Honneth (2007) explica que, até o final dos anos 1980, a influência do marxismo na Europa, e de Rawls¹⁹ nos Estados Unidos, sustentou a perspectiva da redistribuição como a fundamento normativo da ordem política. A “passagem” para uma cultura política orientada pela necessidade de reconhecimento é explicada a partir de duas possibilidades. A primeira afirma que o desmantelamento do “Estado do bem-estar” e a conseqüente desilusão política trouxeram consigo a descrença na igualdade social e a crença de que o reconhecimento e o respeito seriam o que restava de alcançável dentro da nova conjuntura política. A segunda rebate a ideia de que a desilusão política está na origem da mudança, atribuindo esse mérito ao “aumento da sensibilidade moral” engendrada pelos novos movimentos sociais que identificaram o significado político do *reconhecimento* e passaram a lutar por bens não distribuíveis.

¹⁸ Para Habermas, o “mundo vivido” – ou seja, os fatos sociais, as vivências e as normas de ação – é o pano de fundo das possibilidades comunicativas. “O mundo vivido emerge, então, como condição de possibilidade do processo comunicativo: ele é um reservatório de evidências e convicções inabaladas, que constitui o sentido intersubjetivamente partilhado a partir do qual as pessoas podem comunicar-se” (OLIVEIRA, 1996, p.334). A sociedade é pensada como estrutura de comunicação e não de produção.

¹⁹ Como um dos principais pensadores da democracia liberal, Rawls busca integrar a perspectiva de liberdade do liberalismo clássico com um princípio de justiça que contrapõe o princípio da utilidade, pois rejeita a ideia de que uma sociedade bem ordenada é aquela que tem um bom saldo de satisfação, posto que tal concepção desconsidera minorias desfavorecidas (NEDEL, 2000).

Quer nas discussões sobre multiculturalismo, quer no autoesclarecimento teórico do feminismo, rapidamente surgiu como um ideal compartilhado a visão normativa de que os indivíduos ou grupos sociais têm de ser aceitos e respeitados em suas diferenças. A partir daqui, foi um pequeno passo para a compreensão generalizada de que as relações sociais não podem ser mensuradas exclusivamente em termos de uma distribuição justa ou equitativa dos bens materiais.

Além disso, nossa ideia de justiça está essencialmente conectada à concepção em relação a como e de que maneira os indivíduos se **reconhecem reciprocamente** (HONNETH, 2007, p.81, grifo nosso).

Recaem severas críticas sobre à perspectiva do *reconhecimento* recíproco, pois esta “trataria dos níveis em que os sujeitos podem se ver certificados da validade de suas demandas por *reconhecimento* diante de outros confrontantes” (HOLMES, 2009a, p. 140). Assim, Honneth acabava por desconsiderar a incompatibilidade de interesses (ou de *hábitus*²⁰) inerente aos grupos dentro de uma estrutura social de classes: ele “coloca um peso enorme na luta por reconhecimento, relegando, a segundo plano, a luta de classes pela detenção do capital simbólico existente na sociedade” (MATTOS, 2006).

A invisibilidade da luta de classes ou da disparidade de “interesses” pode ser explicada pelo foco de Honneth: a subjetividade/identidade (SILVA, 2008). Fraser (2007, p. 106) pondera que esse foco “ênfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social”. Partindo dessa afirmação, ela propõe um rompimento com o “modelo da identidade” e sua substituição pelo “modelo de *status*”, que sugere que sejam avaliados os padrões de valoração cultural institucionalizados e o modo como estes operam no que diz respeito às posições dos atores sociais.

Quando esses padrões contribuem para que os atores participem da vida social em condições paritárias existe o *reconhecimento* e a “igualdade de status”, caso contrário, quando “os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como [...] menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de **não reconhecimento e subordinação de status**” (FRASER, 2007, p. 108, grifo nosso).

²⁰ O *hábitus* de grupo ou classe é conjunto de matrizes de percepção, apreciação e ação que são internalizadas pelos indivíduos ao longo de sua trajetória social, de sua socialização e atua, dialeticamente, no sentido de adequar o comportamento à posição do ator social (BOURDIEU, 1996).

A associação entre *reconhecimento* segundo o “modelo da identidade” e *redistribuição* seria uma tarefa inviável, posto que significaria uma esquizofrenia filosófica, uma vez que sujeitos injustiçados teriam que renunciar sua identidade em favor da igualdade distributiva e, ao mesmo tempo, afirmar a identidade em favor do reconhecimento de suas peculiaridades (FRASER, 1997 apud MENDONÇA, 2007).

A partir desse ponto de vista, e de uma análise sobre a polarização entre *reconhecimento* e *redistribuição*, Fraser (2007) propõe a “separação” e um entrelaçamento entre essas categorias, situando o *reconhecimento* no campo da justiça e não mais da ética. Ela defende que, assim, o falso reconhecimento deverá ser criticado não por estar vinculado ao prejuízo do desenvolvimento pessoal e da “autorrelação prática”, mas “porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação da justiça” (FRASER, 2007, p.112).

A defesa da irredutibilidade e complementaridade entre os dois conceitos é construída a partir de uma tipologia das demandas dos movimentos sociais da atualidade: o movimento operário possui pleitos de ordem socioeconômica, portanto, uma política de redistribuição seria coerente; o movimento de gays e lésbicas possui reivindicações que remetem à luta por *reconhecimento*; e os movimentos negro e feminista possuem demandas de ambas as tendências (SILVA, 2008). Para Fraser (apud MENDONÇA, 2007, p.173), “essas lutas têm lógicas muito diferentes, ainda que surjam quase sempre imbricadas”. Honneth (2007, p. 92) se opõe a essa visão e sugere que a luta por distribuição seria, em última análise, uma luta por *reconhecimento*:

os conflitos sobre distribuição, contanto que eles não estejam meramente preocupados apenas com a aplicação das regras institucionalizadas, são sempre lutas simbólicas pela legitimidade do dispositivo sociocultural que determina o valor das atividades, atributos e contribuições.

Tem-se, assim, nesse aspecto, uma discordância fundamental entre Fraser e Honneth. Há de se convir que ambos os autores não desprezam a relevância de nenhuma das dimensões para a efetividade da justiça social, o que existe é uma diferença analítica. Para Honneth (apud MATTOS, 2006), o entendimento da articulação entre cultura e economia no capitalismo contemporâneo é inviabilizado

pela análise que separa demandas por *reconhecimento* e demandas por *redistribuição*.

Ele afirma ainda que na sociedade moderna há duas fontes concorrentes de *reconhecimento*: a legal (democrática, baseada na igualdade formal entre os indivíduos) e a de *status* (resultante da contribuição individual do cidadão trabalhador) e defende que o desrespeito à legalidade formal estaria na origem de toda luta por *reconhecimento*. Assim, nas sociedades capitalistas, o desrespeito à legalidade formal, aos direitos sociais, pode ser explicado pela prevalência da estima social baseada no desempenho como fundamentação para distribuição dos recursos sociais. A partir dessa concepção, Fraser é criticada por desconhecer as dinâmicas de reprodução capitalista e situar as lutas por *redistribuição* em uma esfera estritamente material.

Como colocado acima, as diferenças entre Fraser e Honneth podem ser resumidas em duas questões: (1) a relevância que este dá ao *reconhecimento* intersubjetivo para a autorrealização, e aquela, às condições estruturantes para uma participação paritária; e (2) a concepção de *reconhecimento* e sua articulação com a *redistribuição*. Diante dessas “discordâncias” centrais, torna-se imperativo, para o escopo desta reflexão, a construção de uma crítica que aglutine os aspectos positivos de cada abordagem.

O *reconhecimento* intersubjetivo e recíproco proposto por Honneth pode ser questionado com o argumento de que os indivíduos e grupos não compartilham de uma concepção universal de justiça social ou de moral, portanto o desrespeito a determinado arquétipo moral subjetivo, por si só, não pode ser um critério de identificação de injustiças. Por essa razão, por não haver o propugnado consenso moral, é contraditório falar em *reconhecimento* recíproco entre “confrontantes” (HOLMES, 2009b), posto que reconhecer é o “ato expressivo mediante o qual é conferido um significado positivo de afirmação do outro como socialmente relevante” (HONNETH, 2001, p.115 apud HOLMES, 2009b, p.136). Assim, a análise pautada na verificação das condições concretas para a participação paritária tem maior potencial de apreender a realidade social de um sistema de classes.

Sobre a articulação entre *reconhecimento* e *redistribuição*, importa apontar dois equívocos na proposta de Fraser: primeiro, a ideia de que as demandas por justiça – por via da *redistribuição* e/ou do *reconhecimento* – podem ser apreendidas exclusivamente pelos tipos de reivindicações dos movimentos sociais modernos

acaba por invisibilizar formas de desrespeito que não são objeto de indignação popular e, conseqüentemente, não estão organizadas na forma de manifestações públicas. Para Honneth (2003b, p.117 apud MENDONÇA, 2007, p.176), “ela desconsideraria que formas de sofrimento e desrespeito profundamente enraizadas ‘também incluem aquelas que existem antes, e independentemente, da articulação política de movimentos sociais’”.

Segundo, a separação, pelo menos analítica entre *reconhecimento* e *redistribuição* ignora que “é preciso superar a proposição de uma infra e uma superestrutura, em especial no tocante à ideia da separação entre o econômico e o cultural, e em especial da ação que aquele exerce sobre esse” (WILLIAMS, 1979 apud DALMONTE, 2002, p.71).

Essa indissociabilidade entre a reprodução material da sociedade e aspectos relacionados à cultura também é colocada por Gramsci (1989, 1991 apud COSTA, 2008). Para ele, reformas contra-hegemônicas se dão a partir de processos de uma reforma moral ampla que concebe as estruturas econômica, política e ideológica como uma totalidade. Nesse sentido, mesmo as lutas por novas condições econômicas seriam a expressão concreta de uma reforma intelectual e de consciência que se daria no seio das camadas subalternas, em outras palavras, seriam a “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1991, p.53 apud COSTA, 2008, p.40).

Posto isso, percebe-se que o conceito de *luta por reconhecimento*, de Honneth, parte do mesmo princípio que norteou a perspectiva gramsciana de “luta”: “deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e ver a realidade...” (GRAMSCI, 1968, p.8 apud COSTA, 2008, p.40).

Ademais, essas abordagens se aproximam ainda mais pelo fato de Gramsci (apud DALMONTE, 2002) admitir que a dominação não se dá apenas sob a coerção pelo uso da força, mas por meio de formas sutis pelas quais conquistas originalmente alcançadas pela imposição da força são perpetuadas com base no consenso. Assim, a existência do consenso entre grupos e classes conflitantes mascara formas de desrespeito que não estão organizadas em formas de lutas públicas, não veladas.

Percebe-se que a concepção gramsciana do consenso é substancialmente oposta ao fundamento do paradigma do consenso. Este comporta uma proposta de preservação social, pois admite que a sociedade é compreendida como um organismo com partes integradas, cujo funcionamento global é equilibrado, harmônico. Assim o papel da Sociologia seria o de registrar, analisar e comprovar a realidade empírica, “restaurando a ‘normalidade social’ e se convertendo desta forma numa técnica de controle social e manutenção do poder vigente” (MARTINS, 1988, p. 50 apud TEBCHERANI, 2001, p. 53).

Sobre o fundamento histórico do paradigma do consenso, assim discorre Tebcherani (2001, p. 69):

Os pioneiros da Sociologia – Comte, Saint Simon e Durkheim –, foram influenciados pelas ideias dos pensadores conservadores Burke, Maistre e Bonald, que se posicionaram abertamente contra as crenças iluministas. Esse fato constituiu um ponto de referência para os defensores do consenso desenvolverem a ciência social, uma vez que estavam interessados na preservação da ordem econômica e política implantada no século XIX nas sociedades europeias.

Além do fato de, evidentemente, possuir uma “proposta” que se opõe a essa, esta pesquisa dá relevância ao conflito por atentar para a crítica de importantes sociólogos, críticos do desenvolvimento, que denunciam o escamoteamento da dimensão do conflito tanto nas políticas públicas quanto na produção científica sobre o desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2007a; BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2001).

Ademais, resta salientar que a perspectiva do conflito remonta à crítica marxista sobre o trabalho na sociedade capitalista:

Marx discordava dos postulados da Sociologia Positivista, que via na sociedade moderna a fonte de solidariedade entre os homens mediante a divisão social do trabalho, argumentando que, na verdade, ela constituía uma das formas pelas quais se realizavam as relações de exploração, antagonismo e alienação (TEBCHERANI, 2001, p.61).

Embora esse paradigma priorize a interação ao invés da integração, ele não nega esta, mas salienta que o consenso é imposto pelas elites dominantes em uma sociedade em permanente equilíbrio precário e em contínua transformação (TEBCHERANI, 2001).

A TEORIA DO RECONHECIMENTO E A DISCUSSÃO SOBRE ASSISTENCIALISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A reflexão sobre *reconhecimento* até aqui empreendida aponta para um desafio de políticas públicas para o *desenvolvimento territorial* na perspectiva de *gênero*: ampliar sua “sensibilidade etnográfica” (MARTINS, 2002) de modo que se possa apreender os fundamentos da interação social, a dinâmica de inserção territorial dos atores sociais.

Como discutido acima, esse desafio está atrelado à compreensão do caráter relacional e conflitivo da questão. De um lado, a “dimensão territorial do desenvolvimento passa necessariamente pelo entendimento da natureza da hegemonia das diversas frações capitalistas, discutindo como as elites territoriais-mercantis têm conduta que trava a cidadania” e de que a promoção de políticas de desenvolvimento devem se concentrar em “distorcer a correlação de forças políticas em benefício da maioria” (BRANDÃO, 2007, p.216). Por outro lado, o *desenvolvimento territorial* na perspectiva de *gênero* reconhece, para além da superação dos limites impostos pelas elites econômicas, a necessidade de superação dos padrões de desrespeito inerentes à cultura patriarcal e machista (LISBOA; GARIBOTTI LUSA, 2010). Assim, tem-se o imperativo do reconhecimento dos atores e de seus conflitos tanto sob o ponto de vista geral quanto do específico.

Nesse sentido, Abramovay (2007a, p.6) denuncia que grande parte da literatura sobre o desenvolvimento, por sua ênfase em aspectos predominantemente normativos, “escamoteia a análise dos conflitos e dos interesses contraditórios que estão em sua base”. Ele propõe que os territórios sejam pensados a partir da noção de campos²¹, de Bourdieu, nos quais determinados atores sociais buscam a cooperação de outros e implementam seus projetos de dominação social.

Em uma crítica similar, Oliveira (2001, p.13) afirma que predomina

um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um “emplastro” [...] capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades.

²¹ Ver BOURDIEU (2009).

No que diz respeito à *práxis* de políticas para o desenvolvimento, a herança de uma cultura política que se ancorava na centralização dos processos de tomada de decisão e no clientelismo tem bloqueado processos efetivos de *desenvolvimento territorial*, assim, “privilegiam-se os segmentos mais favorecidos, criando-se distorções nos objetivos da política” (COUTO; ROCHA, 2006 apud DELGADO et al., 2008, p.30):

Em parte considerável dos processos de ampliação da participação em políticas públicas, o conflito é subestimado ou “evitado” como forma de se preservar a harmonia entre os diferentes grupos que compõe a arena decisória e, portanto, a sua estabilidade política [...]. Entretanto, é importante ter em mente que os conflitos são constituintes e inerentes a processos de ampliação dos canais de participação na elaboração e operacionalização das políticas públicas (DELGADO et al., 2008, p. 131).

A partir dessas observações, pode-se concluir que: evitar ou subestimar os conflitos significa manter inalterada a base relacional sobre a qual se reproduz formas de dominação, o que significa esvaziar de sentido a assertiva de que a perspectiva territorial do desenvolvimento preza pela construção de propostas que têm as pessoas como “centro gravitacional” (IICA, 2003 apud MIRANDA; COSTA, 2005); a não atuação no cerne das questões estruturantes das posições subalternas é condicionada pelo desconhecimento dos padrões de desrespeito instituídos entre grupos conflitantes ou pelos mecanismos pelos quais as políticas públicas reproduzem formas de valoração negativa de determinados grupos sociais; e por fim, se o assistencialismo significa a manutenção de certa estabilidade política em detrimento da participação e da superação de quadros de desigualdade social (JARA, 1998), a reflexão sobre o caráter assistencialista de políticas públicas deve, necessariamente, buscar compreender como se dá a construção de consensos (DALMONTE, 2002).

6 REINTERPRETAÇÃO DA PRÁTICA DO PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER

Pode-se, depois da *análise sócio-histórica* e da fundamentação teórica, *reinterpretar* a prática do Projeto Chapéu de Palha Mulher com a devida consciência dos elementos sociais e históricos que o constituem e que, assim, repercutem sobre sua ação. Para tanto, as perspectivas dos atores são aqui analisadas tendo como foco a coerência que mantêm ou não com as proposições do Projeto e, posteriormente, são ressignificadas com base nas reflexões sobre *reconhecimento* e *desenvolvimento territorial*.

Nesse sentido, problematiza-se as perspectivas dos atores diretamente envolvidos com o Projeto Chapéu de Palha Mulher – trabalhadoras rurais; coordenadoras das organizações contratadas; a coordenadora e dois ex-coordenadores locais; e o coordenador da Câmara da Fruticultura, representante dos empregadores. Ademais, uma vez que o objetivo desta dissertação é analisar a prática política do Projeto Chapéu de Palha Mulher, verificando sua possível coerência com o desafio que o próprio Projeto coloca, serão analisados os benefícios que, segundo a Secretaria da Mulher, foram gerados pelo Projeto Chapéu de Palha entre os anos de 2007 e 2011.

Como forma de “construir” os primeiros “desdobramentos”, é necessário, mesmo antes de tratar mais detidamente da problematização das perspectivas dos atores sobre a prática do Projeto Chapéu de Mulher, refletir sobre o termo “mulheres rurais”, utilizado pela Secretaria da Mulher, em documentos aqui analisados, para definir as trabalhadoras “beneficiárias” (PERNAMBUCO, 2012a; 2012c).

O objetivo dessa reflexão não é etnografar as mulheres participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher, mas identificar se a forma como a Secretaria da Mulher as concebe é coerente com a realidade das mesmas. Essa reflexão é bastante oportuna para esta análise, pois, como dito anteriormente, a intervenção positiva sobre os conflitos e o *desenvolvimento territorial* dependem da “sensibilidade etnográfica” (MARTINS, 2002). Em outras palavras, é improvável que uma política gere resultados positivos para determinado público se não está informada sobre suas demandas e suas dinâmicas territoriais de interação, estas compreendidas como “espaços” de possibilidades para tais resultados.

Políticas públicas e reflexões científicas usualmente diferenciam “trabalhadoras rurais” e “mulheres rurais” – estas são compreendidas como as habitantes do campo e que, como tal, vivenciam a integridade do *mundo rural como espaço de vida* (WANDERLEY, 2009) e não apenas como ambiente de trabalho. Endossando essa assertiva, há, ainda, o uso do termo “mulher trabalhadora rural”, que, além de resguardar uma conotação política, refere-se às mulheres que, simultaneamente, habitam e trabalham em áreas rurais (CORDEIRO, 2004).

Embora essas distinções conceituais sejam amplamente aceitas, a Secretaria da Mulher se utiliza do termo “mulheres rurais” para designar os milhares de trabalhadoras que participam das ações do Projeto Chapéu de Palha Mulher anualmente, embora a grande maioria dessas mulheres viva nas periferias urbanas (BRANCO; VAINSENER, 2001, 2002).

Assim, a opção pelo uso do termo “trabalhadoras rurais”, aqui, está baseada na definição que as trabalhadoras elaboram sobre si mesmas, a qual possui o mesmo valor semântico do termo “agrícola não rural”, que diz respeito a quem “já foi expropriado dos meios de produção, que mora na cidade, mas trabalha no campo” (SANTOS, 2005 apud ELIAS, 2006, p.41). O fragmento “não rural” é interessante por fazer referência à moradia e conceber que o rural é espaço de vida, não apenas de trabalho (WANDERLEY, 2009); entretanto, a expressão “agrícola” abriga um sentido que a torna inadequada: diz respeito ao trabalho rural, como se a agricultura fosse a única possibilidade de atividade produtiva no campo.

A atual legislação trabalhista rural considera, segundo Fischer (2006, p.26), que “trabalhador rural é toda pessoa física que vende sua força de trabalho no setor agrícola, mediante pagamento consensual”. Nota-se que o uso comum do termo “trabalho rural” também toma o rural como sinônimo de agrícola, ignorando as novas ruralidades (CARNEIRO, 1998). Ainda assim, “trabalhadoras rurais” parece ser mais apropriado tanto por ser mais claro na ênfase que dá à dimensão do trabalho, quanto por não reduzir o rural a uma atividade produtiva.

Não é necessário embasamento teórico ou esforço investigativo para identificar diferenças básicas entre “mulheres rurais” e “trabalhadoras rurais”. É comum que as próprias trabalhadoras reconheçam diferenças baseadas no binômio viver/trabalhar, como na seguinte fala:

Eu sou uma trabalhadora rural, porque, além de morar no interior, eu sou da roça, eu sou da firma [...]. Também sou uma mulher rural. A mulher urbana não sabe pegar no pesado, ela não sabe tomar sol quente, ela não sabe pisar dentro de carrapicho, dentro de tudo... A gente sabe, a mulher rural sabe. Ela não sabe como se proteger dessas coisas e a mulher rural sabe: bota uma calça, umas meias, uma bota, um chapéu, uma camisa e bota uma enxada nas costas, uma garrafa de água fria embaixo do braço, um pedaço de rapadura, uma bolacha e enfrenta o dia. A mulher urbana sabe botar um salto alto, uma roupa muito boa de marca, se maquiar, botar a bolsa de lado e gastar o dinheiro. Jogue ela aqui que ela não sabe fazer nada... (Trabalhadora 1²²).

Embora essa compreensão das diferenças seja idealizada, baseada na ideia mais radical de que o rural é pobre e o urbano é abastado, ela evidencia que esses espaços são, de alguma forma, diferenciados. A frase “jogue ela aqui que ela não sabe fazer nada” sintetiza a ideia de que as diferenças entre o “modo de vida rural” e o “modo de vida urbano” não se limitam à questão do natural e do artificial, ou seja, do nível de modificação antrópica no ambiente (VEIGA, 2003), embora esta seja importante.

As organizações contratadas para execução do Projeto também reconhecem as diferenças, como se observa, abaixo, na colocação da coordenadora da instituição D, que coloca em evidência uma importante problemática para a análise da vida no campo e na cidade: o acesso a serviços governamentais básicos.

Eu diferencio muito por duas coisas: pela forma de vida que elas levam e pela infraestrutura local que elas têm. Eu vejo que muitas coisas da área urbana estão chegando até as comunidades rurais, como educação, saúde... Algumas comunidades rurais já têm o comércio muito desenvolvido, mas a mulher rural ainda tem um modo de vida totalmente diferente da mulher urbana.

Além de terem consciência das diferenças e disparidades entre o mundo rural e o urbano, as seis coordenadoras dessas organizações concordam, embora não saibam explicar o motivo, que existe uma inadequação entre a forma como tais mulheres são tratadas e suas realidades. Elas concebem que a maioria dessas mulheres reside em áreas urbanas, como demonstra a resposta da coordenadora da organização A:

²² As trabalhadoras rurais serão identificadas por algarismos e as organizações civis cujas coordenadoras foram entrevistadas também terão seus nomes mantidos em sigilo, sendo diferenciadas por letras.

Eu acredito que a maioria é urbana. Mesmo elas sendo pessoas da fruticultura, elas não são de projetos de irrigação, são de bairros que, embora sejam periféricos, são urbanos. Eu acredito que deve ficar entre 60 e 70% de urbanas. Elas apenas trabalham na área rural.

Outras opiniões consideram esse percentual ainda maior, como a da coordenadora da organização B: “a maior parte é urbana, das periferias. Considerando todas as entidades, 90% são das zonas urbanas e das periferias mesmo: João de Deus, São Gonçalo...”.

Na “contramão” dessa concordância, a coordenadora local do Projeto Chapéu de Palha Mulher, ao ser questionada sobre esse “impasse”, defende que aproximadamente 60% das trabalhadoras são mulheres rurais e afirma:

A gente vem numa grande discussão de que os municípios com até 35 mil habitantes são extremamente rurais, porque dependem diretamente da agricultura, sobretudo da agricultura familiar. Isso se enquadra muito para os municípios de Lagoa Grande, Cabrobó, Orocó, Belém de São Francisco. Então a gente pode considerar que aquelas mulheres, mesmo morando na “rua” (como elas dizem), são rurais.

Como a coordenadora local menciona um critério administrativo de classificação dos municípios, interessa observar que o critério vigente no Brasil é o instituído pelo Decreto-Lei 311/1938, que, como exposto anteriormente, não se baseia em elementos qualitativos, mas em aspectos geográficos que não permitem supor que Petrolina, que concentrou 6.285 das 7.740 trabalhadoras participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher em 2012, é um município rural.

Ainda assim, mesmo supondo que a Secretaria da Mulher se utiliza de critérios que se alinham à perspectiva de Veiga (2003), como aqueles propostos pelo Projeto de Lei 1327/2011 (BRASIL, 2011) – população, densidade demográfica e participação da agropecuária na composição do Produto Interno Bruto (PIB) –, o não “enquadramento” de Petrolina nas características de um município rural poderia ser um aspecto relevante para definir que a política não se destina a mulheres rurais ou, no mínimo, para esclarecer que a maioria das mulheres “atendidas” não moram em territórios rurais.

Essa incoerência entre a compreensão da Secretaria da Mulher e a realidade do Projeto Chapéu de Palha Mulher está associada à falta de “sensibilidade

etnográfica” à qual se referiu Martins (2002) em sua reflexão sobre o comum desprezo que práticas políticas possuem em relação à necessidade de se conhecer as comunidades. Esse desprezo está sustentado em um pensamento ingênuo que questiona: se o objetivo é transformar, se o olhar é para diante, porque despender tempo no esforço de saber do que se trata e atrasar a caminhada para o futuro?

Essa contradição pode ser considerada uma fragilidade ainda mais básica do que a própria incapacidade de leitura da dinâmica territorial, sobretudo porque além de não superar o Sarti (2004, p.43) considera um “impasse estrutural do feminismo”, sua histórica dificuldade de reconhecer os “contextos políticos, sociais e culturais específicos” das mulheres, o Projeto Chapéu de Palha Mulher acaba por desconhecer o próprio contexto geográfico. Em outras palavras, não se trata apenas de homogeneizar as trabalhadoras afirmando que são “vítimas” do patriarcalismo ou da divisão sexual do trabalho no sistema capitalista, trata-se de fragilidade mais básica: o próprio ambiente no qual se dá as relações de poder é desconhecido.

Essa “insensibilidade etnográfica” (MARTINS, 2002) só pode ser considerada irrelevante no caso de se considerar que, embora residam em espaços diferentes, mulheres rurais possuem as mesmas demandas das mulheres urbanas, ou seja, no caso de se adotar a perspectiva do *continuum*²³ rural-urbano, a qual, ao defender a inexistência de traços distintivos entre os espaços, não consegue apreender as novas identidades construídas nas novas ruralidades (CARNEIRO, 1998). Especificamente em relação às condições sociais, o “novo rural” brasileiro continua sendo mais precário que o urbano. De modo geral as mulheres rurais enfrentam graves problemas relacionados à infraestrutura e acesso a serviços básicos, têm “péssimas condições de vida e de acesso às políticas públicas” (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 2).

O Projeto carece, então, de uma maior preocupação com o que Abramovay (2007b) considera o desafio central da atualidade: “desvendar” quem são e, sobretudo, quais são as demandas dos atores do “novo mundo rural”. Nesse sentido, compreender as trabalhadoras da fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica também como novos atores, mulheres urbanas atraídas por um “novo mundo rural” mecanizado e capitalizado parece ser uma tarefa instigante

²³ Expressão utilizada por Carneiro (1998, p.53) para designar o paradigma que, em oposição ao modelo dicotômico, reduz “a distinção entre o rural e urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana”.

para qualquer ação política que pretenda atuar no cerne dos problemas sociais, mas absolutamente dispensável se os objetivos são assistencialistas.

Mesmo compreendendo o assistencialismo como expressão das ações que priorizam a estabilidade política em detrimento da superação dos quadros de desigualdade (DELGADO et al., 2008; JARA, 1998), resta identificar a perspectiva política que dá sustentação social a essas ações. No caso do Projeto Chapéu de Palha, as evidências apontam para o paradigma tradicional de desenvolvimento de comunidade, que, segundo Jara (1998), ao mesmo tempo em que melhora as condições materiais de vida em comunidades rurais, conserva as dependências e subalternidades.

ANÁLISE DOS RESULTADOS ELENCADOS PELA SECRETARIA DA MULHER

Esses resultados estão identificados em um quadro elaborado e cedido pela Secretaria da Mulher²⁴ e estão agrupados em eixos de “indicadores sociais”: o primeiro, “satisfação das necessidades básicas das mulheres rurais”; e o segundo, “atendimento das necessidades estratégicas das mulheres rurais”. Os resultados elencados no primeiro eixo, por manterem relação mais estreita com os objetivos do Projeto, serão expostos tal como são apresentados no documento original.

A reflexão sobre as atividades do Projeto Chapéu de Palha Mulher, ou seja, sobre os cursos profissionalizantes e de formação em políticas públicas, oferece relevantes “desdobramentos” para que sejam apreendidas as reverberações práticas tanto do erro conceitual anteriormente abordado e da perspectiva assistencialista, quanto do potencial de intervir positivamente na dinâmica territorial.

A Secretaria da Mulher busca respaldar a realização de tais cursos a partir de um discurso contraditório, de tendência liberal, que enfatiza a livre iniciativa individual como meio para superação do quadro de desigualdade social e econômica (LEITE, 2007). É nesse sentido que a oferta de cursos, por si só, é apontada pelos atores responsáveis pela execução do Projeto como um instrumento eficaz para promover transformações sociais positivas, ou seja, as causas estruturais da desigualdade social são desconsideradas.

²⁴ Ver anexo A.

a. Sobre os cursos profissionalizantes

A despeito do discurso da Secretaria da Mulher de Pernambuco, que busca relacionar o Programa Chapéu de Palha à crescente preocupação com a sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento e se desvencilhar das críticas feitas à edição anterior, os atores diretamente envolvidos com o Projeto Chapéu de Palha Mulher ressaltam a garantia da “renda extra” como a contribuição fundamental do mesmo, como se observa na fala da coordenadora da organização A:

Este ano eu peguei relatórios de todas as educadoras e depoimentos das trabalhadoras [...]. Você via muita coisa assim: que esperava chegar o Chapéu de Palha pra comprar fogão, comprar televisão, comprar bicicleta para o menino [...], “n” coisas que eram bens de primeira necessidade. Então, eu acho que o resultado que se esperava do Chapéu de Palha quando estivesse no seu quinto ou quarto ano era que essas mulheres saíssem da fruticultura, pois participaram de uma profissionalização [...], mas é o que eu falo para você: elas pensam em aumentar aquilo ali e não em deixar uma coisa e partir pra outra. Elas pensam que vão receber seis parcelas de R\$ 900,00 ou R\$ 1.000,00 da fruticultura, mais quatro parcelas de R\$ 100,00 do Chapéu de Palha [...]. Quando [...] não sabem onde procurar renda, então elas já podem usar aquilo que aprenderam no Chapéu de Palha. Elas podem fazer empadinhas; podem ir pra porta de uma escola pra vender um lanche, etc. Os resultados são positivos com certeza, mas depende de cada um como eles são aplicados.

O acesso à “renda extra” se dá em dois sentidos: pela transferência direta, ou seja, por meio das “bolsas” que as participantes dos cursos recebem; e por meio da formação em cursos profissionalizantes, que, pelas razões adiante discutidas, não têm potencial – ou mesmo intencionalidade – de romper o ciclo de dependência do assalariamento sazonal, um modelo precário de inserção econômica. Sobre essa falta de intencionalidade, assim discorre a coordenadora da organização C:

A gente tem dois desafios: mostrar ao produtor que a gente não está querendo tirar a trabalhadora dele, a gente quer que ela volte até muito melhor do que estava, mas que ele trate-a com dignidade. Mas a gente pode dar alternativas para, na fase em que ele não esteja apoiando, ela também ter como sobreviver fazendo um pãozinho caseiro em casa, fazendo um tapete...

Essas percepções diferem do que a Secretaria da Mulher coloca como desafios do Projeto relacionados à profissionalização: reduzir desigualdades econômicas entre homens e mulheres, propiciando que estas ocupem novas frentes de trabalho e melhores postos nos agronegócios – geralmente ocupados por homens –, podendo, assim, “competir na dinâmica de crescimento socioeconômico instalado em Pernambuco” (PERNAMBUCO, 2012b, p. 2).

Como forma de corresponder a essas demandas, a Secretaria da Mulher identifica os seguintes resultados relacionados à profissionalização e inserção no mercado, inseridos no eixo 1 do documento acima mencionado (anexo A): “satisfação das necessidades básicas das mulheres rurais”:

Quadro 2: Benefícios gerados pelo Chapéu de Palha Mulher (2007 – 2011)

Resultado	Descrição
Inserção das mulheres em atividades produtivas	A partir dos cursos profissionalizantes realizados no âmbito do Chapéu de Palha, observa-se a formação de pequenos empreendimentos produtivos, tais como o grupo de mulheres produtoras de vassouras, que utilizam garrafas pet como matéria prima, no município de Tracunhaém.
Estabilidade financeira	A partir da concessão de auxílio financeiro, mediante participação nas atividades do Chapéu de Palha, foi possível garantir uma estabilidade financeira para as famílias participantes do Programa durante os meses de entressafra e, assim, contribuir para minimizar as desigualdades sociais na região.
Inserção das mulheres no mercado de trabalho	Após 05 anos de implementação do Chapéu de Palha na Zona Canavieira e de 03 anos na fruticultura irrigada, chama atenção um fenômeno: a redução do número de mulheres cadastradas em 2012 para participar das atividades do Programa. Esse fato indica que as trabalhadoras, após terem participado das capacitações profissionais ofertadas pelo Programa, foram absorvidas em atividades econômicas permanentes, decorrentes de intervenções governamentais estratégicas para o desenvolvimento dessas regiões. Por outro lado, observa-se a transversalização das ações de <i>gênero</i> , quando a Secretaria Estadual de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo passa a ofertar, nas regiões, cotas para mulheres em cursos profissionalizantes historicamente ocupados por homens, tais como: construção civil, motorista, mecânica, etc.

Fonte: Secretaria da Mulher de Pernambuco (2012).

A primeira discrepância que deve ser ressaltada diz respeito ao fato da Secretaria da Mulher propor – e colocar como resultados – a inclusão das mulheres em novas frentes de trabalho e em melhores postos nos agronegócios e, contra tal perspectiva, as coordenadoras das organizações executoras, como demonstrado anteriormente, perceberem a profissionalização como uma mera “alternativa de sobrevivência” nos períodos de entressafra. Incluir as mulheres em novas frentes de trabalho significa romper o ciclo de dependência do assalariamento sazonal, ao passo que propiciar alternativas de sobrevivência na entressafra é o oposto: conservar a dependência dessa forma precária de inserção econômica.

Assim se pronunciou o coordenador da Câmara da Fruticultura sobre como essa instituição e os agronegociantes concebem os cursos profissionalizantes ofertados pela Secretaria da Mulher:

O governo não treina na fruticultura. A proposta nossa, dos produtores, foi fazer com esse treinamento seja feito nas próprias fazendas. Ao invés do governo contratar essas empresas de treinamento, alocar salas, disponibilizar toda essa estrutura, nós propomos: faça esse treinamento nas fazendas, em cursos de fruticultura. [...] O governo está totalmente desalinhado das necessidades. Se ele tinha intenção de ajudar o produtor, porque vai treinar em corte e costura? A resposta da coordenação do Chapéu de Palha é de que tem que se pensar no social, pensar que quando essa pessoa não tiver mais emprego, vai estar preparada pra outro durante o período de entressafra. Eu acho que não é assim que funciona. Se uma pessoa vai executar uma atividade na entressafra para se sustentar, para que ela vai pra fazenda depois e larga essa atividade que o sustenta?

Essa fala revela a indignação dos agronegociantes com o governo de Pernambuco, que é motivada pela falta de investimentos na qualificação das mulheres para o trabalho na fruticultura. A pergunta feita no final dessa fala, por sua vez, embora tenha uma resposta óbvia, é uma interessante provocação para se pensar até que ponto os cursos são eficientes diante do desafio de propiciar que as trabalhadoras ocupem postos de trabalho “fora” da fruticultura.

No quadro 2, acima, a Secretaria argumenta que as mulheres estão sendo inseridas em outras frentes de trabalho e que a evidência desse “fenômeno” é o fato de que em 2012 houve uma considerável redução do número de mulheres

cadastradas²⁵ pelo Programa Chapéu de Palha para participar das atividades do Projeto Chapéu de Palha Mulher.

Realmente os números apresentados pela Secretaria da Mulher²⁶ mostram que, de 2011 para 2012, houve uma grande redução: menos 4.260 mulheres participantes. Entretanto, percebe-se que a ênfase nessa redução é uma opção política da Secretaria. Na verdade, a redução é resultado de uma manipulação no número de mulheres participantes em 2011. Nesse ano, segundo o que informou a Secretaria, participaram 12.000 mulheres. Em 2009 foram 5.400 participantes, 7.585 em 2010, 7.740 em 2012 e foram previstas 7.500 em 2013.

Nesses números, chama mais atenção não a redução em 2012, mas o significativo aumento em 2011, pois este é desproporcional ao total de participantes em cada um dos demais anos de execução. Analisando os “termos de referência” (PERNAMBUCO, 2011a) para realização dos cursos do Projeto em 2011, é possível “desvendar” o motivo desse aumento: pela primeira vez foi prevista uma atividade a ser coexecutada pelas secretarias do governo de Pernambuco, tratava-se do “Módulo Integrado”, no qual a Secretaria da Mulher havia assumido a realização de cursos introdutórios de políticas públicas, com duração de 08 horas, para as mulheres participantes das atividades de outras Secretarias (PERNAMBUCO, 2011a).

Segundo informou uma servidora da Secretaria da Mulher em uma conversa informal, o “Módulo Integrado” não foi realizado, pois as Secretarias não estavam habituadas ao trabalho em parceria no âmbito do Programa. Disse ainda que, embora a atividade não tenha ocorrido, o número total de mulheres “atendidas” divulgado pela Secretaria da Mulher também foi composto pelo número de mulheres que deveriam ter participado do Projeto Chapéu de Palha Mulher em 2011.

Mesmo que o “Módulo Integrado” tivesse ocorrido, o quantitativo das mulheres participantes do mesmo não poderia servir de base para que a “diminuição” do ano seguinte – no qual o “Módulo” não foi sequer proposto – fosse considerada evidência da “inclusão das mulheres em outras frentes de trabalho”. O significado real da “diminuição” foi, tão somente, a não contabilização de expressivo número de mulheres que continua não apenas nas atividades de capacitação e

²⁵ O cadastro no Programa/Projeto é condicionado à comprovação de ter se desvinculado do trabalho nas fazendas da fruticultura.

²⁶ Ver tabela “Participantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura (Evolução 2009 – 2013)”, apresentada no capítulo 2 deste trabalho.

formação de outras secretarias, mas também, obviamente, empregadas nas fazendas da fruticultura.

A manipulação desses dados parece ter a intenção de encobrir o que os números de fato mostram: o quantitativo de trabalhadoras rurais participantes é similar nos cinco anos de execução. É essa similaridade que estimula o questionamento da eficiência dos cursos, como fez o coordenador da Câmara da Fruticultura, na ocasião de sua entrevista, ao perguntar sobre o porquê das mulheres voltarem para as fazendas.

Durante essa entrevista, um agronegociante “interrompeu” o diálogo com uma declaração que também questiona a capacidade dos cursos promoverem os resultados informados pela Secretaria da Mulher:

O Chapéu de Palha deveria ter um objetivo claro de assistencialismo, entende? Para criar uma renda extra em um período de entressafra da mão de obra, pois essa vai passar necessidade. O Chapéu de Palha não é um grande recurso, mas é uma coisa que dá para o pessoal não passar fome e passar esse período de entressafra fazendo bico. Agora o que a gente propõe nesse contexto todo é o seguinte: porque não fazer um período de treinamento, como contrapartida do trabalhador, de duas semanas, oitenta horas, dentro da fazenda? Eu contrato, mas quinze dias antes eu qualifico. Deveria valer isso, mas o que acontece no Chapéu de Palha? Não consegue dar curso que preste, não muda a realidade e, na verdade, todo mundo finge que faz e o governo finge que tem resultado.

Essa leitura da prática do Projeto, e do Programa como um todo, por não “condenar” a ação em si, mas a incoerência entre essa e os seus objetivos, é uma importante contribuição para a reflexão sobre processos como o acima descrito, de manipulação, que têm o interesse último de instrumentalizar a ação política, limitando-a ao papel de “alimentar” a propaganda governamental.

As avaliações de dois ex-integrantes da coordenação local do Projeto, que, embora representem “olhares de outro lugar”, o lugar de quem conhece “as entranhas” da política, não destoam do que foi até aqui colocado, como se observa abaixo:

Nós estamos no quarto ano, daqui a dois anos as pessoas vão perceber que a coisa não mudou muito. [...] A agricultora que estava lá em 2009 ainda continua em 2013. O que está acontecendo? Essa agricultora avançou em quê? De que forma nós contribuimos com essa mulher? Por que todo ano essa mulher está conosco? Nós estamos viciando? Se o Programa estivesse acontecendo como eu

acho que é para acontecer, dando oportunidades e empoderando, essa mulher já estaria em outra profissão, pois nesta ela está o tempo todo desempregada, está o tempo todo necessitando de ajuda. Tenho certeza que os governos estadual e federal não querem isso (Ex-coordenadora local do Projeto).

Embora não estabeleça uma associação direta, a opinião da ex-coordenadora faz compreender que esse processo de “viciamento” tem relação com o fato do Projeto ter o objetivo oculto de beneficiar, também, os empregadores das trabalhadoras rurais. Nesse sentido, ela faz menção ao papel que o Projeto Chapéu de Palha Mulher possui de reservar mão de obra para a fruticultura irrigada:

O Projeto beneficia os empregadores, pois eles têm a certeza que vão ter a trabalhadora o tempo todo. [...] Era para o empregador ter esta preocupação: eu demiti minha trabalhadora rural, porque estou no período de entressafra, agora eu corro o risco de no próximo ano não conseguir contratá-la, pois ela está participando do Chapéu de Palha, ela está sendo profissionalizada, ela não vai mais querer um salário mínimo ou ser trabalhadora rural, ela vai sair empoderada.

Pode-se, assim, depreender que não é ocasionalmente que a prática das atividades de profissionalização não é adequada aos objetivos propostos, pois ela está politicamente comprometida com o atendimento de interesses díspares, ou seja, com a viabilização de governabilidade (BENTO, 2003). Objetivamente, o governo “atende” o interesse dos empregadores, assegurando a disponibilidade de um grande contingente de mão de obra; e “atende” o interesse das trabalhadoras rurais, garantido sempre alguma renda em um período de instabilidade financeira. Como bem observou Fischer (2006), o resultado de uma política com esse viés consensual favorece a classe hegemônica.

A partir do que foi discutido na *análise sócio-histórica*, nota-se que o atual Programa Chapéu de Palha repete a história do Programa na segunda gestão do governador Miguel Arraes (1987-1990). As críticas que o “Programa original” recebeu poderiam ser feitas, sem retoques, ao Projeto Chapéu de Palha Mulher atual, como, por exemplo, a de que estava envolvido em uma conjuntura política que buscava “mediar os conflitos de classe e manter, dentro de um princípio de paz social, a dinâmica socioeconômica fluindo sem grandes rupturas funcionais” (SANTOS, 2007, p.3).

É justamente por buscar conciliar interesses díspares que o Projeto Chapéu de Palha Mulher não atende nenhum integralmente. Os empregadores criticam o fato do governo não “atentar” para a necessidade de que uma parcela das profissionais seja mais qualificada na área de fruticultura. As trabalhadoras rurais não são contempladas em suas demandas, que não estão resumidas à questão da renda. São demandas que, embora possam não estar organizadas publicamente (HONNETH, 2003), podem ser apreendidas no esforço de *interpretação da doxa* (THOMPSON, 1998 apud VERONESE, GUARESCHI, 2006).

É ingênuo pensar que essa dinâmica de interação entre governo e empresários do agronegócio é conspiratória, ou seja, conceber que existe entre as partes um espaço organizado de discussão e deliberação. O que existe é a característica do Estado capitalista reproduzir as relações de poder em seu conjunto (OFFE, 1984). Assim, a *doxa*, ou o discurso que procede da percepção superficial dos empregadores, desprovida de uma leitura mais ampla do viés reprodutor do Estado, pode ressaltar mais os atritos do que a cooperação que evidentemente possui com este.

É nesse sentido que os agronegociantes criticam o Projeto Chapéu de Palha Mulher, condenando o fato de não possuírem um número satisfatório de trabalhadoras rurais mais especializadas em determinadas áreas da fruticultura, assim como a aparente intenção que o governo possui de inserir essas trabalhadoras em outras frentes de trabalho.

É a partir dessas críticas que o coordenador da Câmara da Fruticultura afirma que “pelos treinamentos oferecidos, parece que a intenção do governo é tirar esse povo da fruticultura”, e questiona: “o governo quer resolver o problema do desemprego temporário e criar outro, o da falta de mão de obra?”. Mesmo considerando que essa é a intenção do governo, esse coordenador assim explica o fato das trabalhadoras rurais voltarem ao trabalho nas fazendas mesmo após a participação nos cursos:

Ainda estão voltando para fazenda porque o governo, até onde a gente soube, não está tendo muito sucesso com esses treinamentos. A frequência é baixíssima, as pessoas não vão. Isso dito por eles [representantes do governo]. Quando vão não têm o devido preparo prévio... Enfim, aquilo é um mundo que não interessa às mulheres.

O que importa, então, é refletir se as atividades do Projeto Chapéu de Palha Mulher não estão obtendo “sucesso”, ou seja, se estão fracassando diante do desafio de promover o desenvolvimento sustentável por intermédio de uma inserção positiva na dinâmica territorial ou se simplesmente essas atividades de profissionalização não são formuladas para promover o desenvolvimento.

Os cursos profissionalizantes do Projeto Chapéu de Palha são executados por entidades do “Sistema S”, SENAT e SENAI, e pelas organizações civis contratadas. Eis, abaixo, um quadro geral sobre os cursos oferecidos em 2012.

Quadro 3: Cursos profissionalizantes no Projeto Chapéu de Palha Mulher
2012 – continua

Responsável pela execução	Cursos	Nº de participantes
SENAI	Assistente Administrativa; Informática; Mecânica de Motos; Pedreira; Eletricista Predial; Pintura Imobiliária; e Panificação.	675
SENAT	Confecção de sandálias em tecido e couro; Corte e costura de peças íntimas; Confecção de sacola ecológica; Camareira; Customização em Camisetas; e Frentista.	450
Organizações civis	Artesanato em geral; Artesanato subproduto do caprino/ovino; Culinária alternativa/trivial; Corte e costura; Pintura em tecido; Bolos, tortas e salgados; Artesanato de materiais recicláveis; Beneficiamento de frutas/produção de licores; Gerenciamento de resíduos sólidos; Jardinagem; Tapeçaria; Artesanato de colcha de retalhos; Bijuterias e bolsas; Artesanato de flores em EVA; Artesanato em palha de milho; Artesanato em palha de bananeira; Artesanato de boneca de pano; Artesanato de <i>puff</i> de palha de banana; Artesanato de urso de pano; Artesanato de fuxico; Produção orgânica; Produção de doces; Artesanato em telha; e Recepcionista.	1725

Fonte: Termos de referência (PERNAMBUCO, 2012b)

Esse quadro chama atenção, primeiro, porque demonstra que apesar do número de mulheres “capacitadas” nos cursos do SENAT e das organizações civis ser mais de três vezes maior que o número de participantes dos cursos do SENAI, a Secretaria da Mulher ressalta, como se observa no quadro 2, o potencial que os cursos como os oferecidos por esta entidade possuem de inserir as mulheres no

mercado de trabalho e contemplar o compromisso político vinculado à sua perspectiva de *gênero*: fazer com que as mulheres ocupem postos de trabalho historicamente “reservados” aos homens.

Os cursos do SENAT e das organizações civis são, conseqüentemente, pouco utilizados como “propaganda”, pois além de não estarem associados a essas áreas profissionais predominantemente masculinas, representam, em sua maioria, iniciativas para possibilitar “rendas extras” e “bicos” em períodos de entressafra. Esses elementos distanciam esses tipos de cursos dos objetivos presentes no discurso da Secretaria da Mulher, ou, em uma perspectiva mais ampla, esses elementos possibilitam caracterizar o Projeto não como uma política de *gênero*, mas tão somente como uma política para mulheres (FARAH, 2004).

Ao falar sobre a importância dos cursos profissionalizantes do Projeto Chapéu de Palha Mulher, a sua atual coordenadora local reproduz essa ênfase nos cursos oferecidos pelo SENAI e a “estranha” invisibilidade dos demais:

A Secretária [da Mulher de Pernambuco] é entusiasmada com todo o desenvolvimento que as mulheres estão tendo nessa questão dos profissionalizantes, sobretudo na construção civil, na área de informática e mecânica de motos e automóveis.

Não existe associação entre esse “desenvolvimento” que as mulheres estão conquistando e o processo de profissionalização, por exemplo, nas áreas de corte e costura ou confecção de ursos de pano. Esses são cursos sem o mesmo prestígio dos oferecidos pelo SENAI, portanto não correspondem aos “objetivos explícitos” do Projeto e não contribuem com a construção da imagem imponente do mesmo. Nesse sentido, a coordenadora da organização E afirma que: “a Secretária, por ser feminista, não gosta desse negócio de formar mulheres em corte e costura, produção de doces, etc. Acho que um dia esses cursos irão sair, mas talvez ainda estejam por serem mais baratos”.

Essa é uma percepção que corrobora a ideia de que, de modo geral, os cursos oferecidos pelo SENAT e pelas organizações civis não são ideológica e funcionalmente adequados aos objetivos do Projeto, sua funcionalidade não é qualitativa, mas quantitativa: avolumar os números relacionados à profissionalização, já que, segundo a atual coordenadora local, “a realização de

cursos profissionalizantes foi uma demanda muito forte das mulheres que participaram dos Cursos Políticas Públicas”.

Mesmo os cursos do SENAI, que, como dito anteriormente, estariam, *a priori*, mais adequados à proposta de inserir as mulheres em postos de trabalho tradicionalmente reservados aos homens, são organizados de forma que impossibilita uma maior eficiência.

O agente de mercado do SENAI informou que, em média, os cursos oferecidos no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher têm, “para respeitar o período de entressafra”, a carga horária reduzida pela metade em relação à duração considerada adequada para a plena formação profissional. Dito isso, o agente explica a diferença entre as duas modalidades de cursos oferecidos pela instituição:

Os cursos de aperfeiçoamento do SENAI são cursos com carga horária inferior a 160 horas e os cursos de qualificação são cursos com carga horária superior a 160 horas. O que diferencia um do outro? O curso de qualificação são cursos que a pessoa faz e sai com uma profissão estabelecida, conforme a classificação brasileira de ocupação do Ministério do Trabalho. [...] Os cursos realizados no Projeto Chapéu de Palha foram todos cursos de aperfeiçoamento.

Questionado sobre a incoerência de se falar em aperfeiçoamento quando se trata de trabalhadoras rurais sem qualquer experiência nas áreas de profissionalização do SENAI, o agente de mercado concorda que “se aperfeiçoa quem já tem algum conhecimento prévio, quem já tem alguma formação prática, quem já é profissional” e conclui: “realmente não posso dizer que é aperfeiçoamento, mas uma iniciação profissional”.

A “iniciação profissional” não é uma modalidade oferecida pelo SENAI, o que permite concluir que esta instituição não contempla um de seus importantes princípios metodológicos: adequar o tempo de formação às reais necessidades do seu público. O tempo de formação curto significa menos conteúdos e menos aplicação prática dos conhecimentos. A própria coordenadora local do Projeto, ao admitir que a carga horária dos cursos profissionalizantes não é suficiente, diz que “apenas aquelas [mulheres] que são mais ousadas conseguem aproveitar melhor”.

A expressão prática dessa forma de realização dos cursos está presente na resposta da trabalhadora 3 – que afirma aprovar os cursos profissionalizantes pelo fato de aumentarem as oportunidades no mercado de trabalho – ao ser perguntada

se, por ter feito cursos profissionalizantes de culinária e informática, concorreria a vagas que um restaurante ou uma empresa do seu município possa vir a oferecer: “não. O curso foi muito pouco e não vimos tudo que deveria ser visto. Faltou muita coisa. Não me sinto apta a trabalhar na área de culinária e o curso de informática também foi muito básico”.

Esse aspecto – da superficialidade dos cursos – se torna ainda mais importante quando se constata que, de acordo com o agente de mercado do SENAI, não existe nenhum tipo de controle que permita ter a perspectiva de que as atividades de formação passem a ser sequenciadas, ou seja, que possibilite que a mulher que participou de determinado curso em um ano, participe do aprofundamento do mesmo no ano seguinte.

Outro aspecto relevante é que o número de pessoas “profissionalizadas” anualmente pelo SENAI no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher é de oitocentas a mil mulheres e “fora” do Projeto, em todo o Vale do São Francisco de Pernambuco, em condições mais adequadas, são formadas cerca de quatro mil e quinhentas pessoas. Como essas mil mulheres teriam condições de concorrer em condições de igualdade com essas quatro mil e quinhentas pessoas profissionalizadas nos mesmos cursos?

A incapacidade dos cursos profissionalizantes promoverem o desenvolvimento sustentável pela inserção das mulheres no mercado de trabalho tem, ademais, três evidências mais claras: primeiro, a forma como os cursos são escolhidos; segundo, a falta de articulação para que a mão de obra seja absorvida pelo mercado; e, terceiro, a falta de qualquer iniciativa para observação sistemática dos impactos e resultados alcançados com a profissionalização.

Os cursos são escolhidos de forma desprendida da realidade, sem pesquisa sobre as demandas do mercado. Segundo as coordenadoras das organizações civis, a seleção dos cursos considera, exclusivamente, o conjunto de cursos que as organizações civis podem oferecer. Importa, aqui, salientar que estas organizações, nos anos 2009 e 2010, ofereciam apenas cursos de políticas públicas (PERNAMBUCO, 2012b), mas passaram a executar também os profissionalizantes. Esse “acúmulo” pode ser explicado mais pela predileção da Secretaria da Mulher de Pernambuco pelas instituições executoras, do que pelo “currículo” destas, seja no que diz respeito às questões de *gênero*, seja no campo da profissionalização.

Essa predileção, ou a ausência de um processo meritocrático de seleção das entidades, foi identificada pela Procuradoria Geral do Estado, que assim se pronunciou em uma das “cotas” elaboradas durante o processo de contratação de 12 organizações civis executoras no ano de 2011:

[...] o órgão de origem tentou – sem sucesso – justificar a não realização de procedimento licitatório no caso concreto.

A formalização simultânea de diversos contratos, todos eles tendo por objeto a execução de cursos versando sobre políticas públicas, reforça a pluralidade de entidades capazes de prestar os serviços contratados.

Além disso, todos os diversos contratos analisados por esta Procuradoria abrangem praticamente a mesma área (notadamente o município de Petrolina) e apresentam os mesmos preços unitários.

A impressão que se tem é que, *in casu*, a realização de um certame licitatório teria propiciado a escolha de entidades mais qualificadas e, ao mesmo tempo, a redução dos preços unitários [...]. Como admitir que a entidade exerça atividade que o seu estatuto não contempla entre as suas finalidades? (PERNAMBUCO, 2011b, pp.1-2).

Assim, depreende-se que não apenas a escolha dos cursos profissionalizantes, mas também a qualidade dos mesmos está atrelada à relação que a Secretaria da Mulher mantém com as organizações que contrata, pois a escolha não é direcionada pela necessidade de corresponder às demandas locais, mas ao interesse oculto de beneficiar determinadas organizações civis que não comprovam o devido respaldo qualitativo para serem contratadas. A “cota” acima referida afirma que muitas das organizações sequer possuem, em seus estatutos, a realização de cursos como uma finalidade institucional (PERNAMBUCO, 2011b).

Essa incoerência pode ser explicada pelo fato do Projeto Chapéu de Palha Mulher se configurar também como um “espaço” de troca de favores políticos. Nesse sentido, a coordenadora da organização civil A, ao ser questionada sobre os critérios que foram relevantes durante o processo de contratação de organizações sem experiência na área de *gênero*, identifica a “boa relação” e a costumeira cooperação – nas mais diversas oportunidades – entre a Secretaria da Mulher de Pernambuco e duas vereadoras do município de Petrolina. Assume, ainda, que a participação de sua organização é fruto da indicação de uma dessas vereadoras e afirma conhecer mais quatro casos de organizações que também foram beneficiadas por indicações políticas.

Sobre a segunda e terceira evidências objetivas de que os cursos não promovem o desenvolvimento sustentável pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, sobre a articulação para que a mão de obra seja absorvida e sobre a observação sistemática dos resultados alcançados com a profissionalização, todos os entrevistados afirmaram não existir nenhuma prática que contemple essas necessidades.

Poderia se argumentar que não se tem um instrumento sistemático de observação pelo fato das atividades ainda não terem o tempo suficiente para gerar impactos relevantes. Entretanto, costuma-se celebrar as transformações positivas na dinâmica territorial, como se observa na seguinte afirmação:

As mulheres que estão se formando nos profissionalizantes já estão conseguindo, no período da entressafra, ter outra atividade. Muitas já decidiram não voltar mais para empresa, pois já estão sendo empregadas em outras áreas e aquelas que voltam certamente voltam com outra consciência. Isso é inegável.

Abrindo um pequeno “parêntese”, importa frisar que a coordenadora local fez essa afirmação quando perguntada se a proposta do Projeto é favorecer uma vida mais digna durante a entressafra ou quebrar definitivamente a dependência dessas mulheres com o trabalho sazonal. Embora ela alegue que “no trabalho sazonal pesam mais os aspectos negativos”, ela afirma que “o Programa não propõe nada, apenas educa”. Essa pretensa falta de intencionalidade parece ter a função de encobrir o fato da política do Chapéu de Palha Mulher identificar um problema e não atuar contra o mesmo de forma consistente.

Retornando à problematização sobre a observação dos resultados, interessa refletir sobre a resposta que a coordenadora local do Projeto Chapéu de Palha Mulher dá à pergunta feita após ter se referido às transformações positivas possibilitadas pelo Projeto. Perguntou-se sobre os métodos e instrumentos que a Secretaria utiliza para tomar conhecimento dos resultados citados e daqueles que são veiculados na mídia, nos materiais informativos, etc. Eis a resposta: “ainda não temos nenhuma pesquisa, nenhum instrumento institucionalizado que nos dê um retorno, sabemos através das vivências, dos relatos...”.

Dessa forma, os resultados dão a impressão de serem construções, não são apreendidos por meio qualquer esforço investigativo e, assim, estão logicamente

atrelados à necessidade de legitimar uma política de interesses dissimulados. Pode-se dizer que as respostas sobre os resultados alcançados com as atividades de profissionalização são padronizadas e que se dão nestes termos:

Encontrei manicures; mulheres com um salãozinho; cabeleireiras; mulheres fazendo lanches; tem uma que tem uma barraquinha de lanches [...]; tem uma que é costureira e montou uma lojinha [...]. São vários resultados como esses. É muita coisa boa. Eu não sei falar sobre todas as mulheres, pois às vezes a gente não as encontra... (Coord. da organização A).

Ainda que fosse possível compreender os impactos do Projeto tão somente através de casos assistematicamente levantados, deveria ser inquestionável a relação de tais casos com os cursos realizados. Em outras palavras, necessitaria aceitar a impossibilidade de, em um universo de aproximadamente três mil mulheres (referência no total de participantes dos cursos profissionalizantes em 2012)²⁷, qualquer trabalhadora conseguir abandonar a precariedade do trabalho sazonal e atuar em outras atividades profissionais, como venda de lanches ou manicure, sem a passagem por um curso profissionalizante.

O ex-coordenador local do Projeto Chapéu de Palha Mulher, ao ser perguntado sobre os resultados que estariam relacionados aos cursos profissionalizantes, utiliza essa perspectiva de “construção de resultados”, mas acaba por fazer uma leitura mais crítica que, embora pareça óbvia, é oportuna e tem sido evitada:

Agora, na campanha política, apareceu uma moça que se formou como pedreira e abandonou a fazenda, pois estava ganhando mais dinheiro com o novo salário dela. O único exemplo que eu tive foi dessa moça. Concreto, eu vi. Já me disseram que tem mulheres trabalhando com tratores, com confeitaria... Eu acho que é assim: o Projeto tem um mundo de mulheres, mas são pouquíssimas que conseguem algo. Não dá para generalizar só por conta desses casos isolados.

Se os casos isolados elucidassem os impactos do Projeto, relatos de mulheres “profissionalizadas” pelo Projeto que ainda trabalham nas fazendas da fruticultura seriam suficientes para revelar a ineficiência dessa ação política e excluir qualquer necessidade de uma problematização mais ampla sobre os seus

²⁷ Ver quadro 3.

elementos estruturantes. A propósito, das nove trabalhadoras entrevistadas, seis fizeram cursos profissionalizantes, mas nenhuma destas utilizou ou tem a perspectiva de utilizar, na prática, os conhecimentos adquiridos. Os motivos alegados para isso são, em suma, dois: o entendimento de que as novas ocupações não garantirão uma renda superior à recebida na fruticultura e o sentimento de que os cursos não foram adequados para propiciar que novos trabalhos sejam desempenhados com propriedade.

Diante disso, parece lógico que os cursos profissionalizantes não estejam atrelados ao encaminhamento para o mercado ou mesmo que a mão de obra formada não seja absorvida pelas próprias obras governamentais, como afirma o ex-coordenador local do Projeto:

Não existe, no Projeto Chapéu de Palha e no governo como um todo, qualquer articulação para que essas mulheres sejam inseridas no mercado. São os cursos por si só. Não deveria ser assim. Além de realizar os cursos, o Estado, enquanto importante ator desse processo, deveria também abrir espaços para essas mulheres, muitas vezes nas próprias obras do governo. Seria mais coerente assim.

Certamente seria mais coerente assim, como é igualmente coerente que o Estado não encaminhe se os seus “cursos profissionalizantes não profissionalizam”.

O encaminhamento para o mercado de trabalho deveria ser um aspecto central do Projeto Chapéu de Palha Mulher, sobretudo porque a Secretaria da Mulher diz pretender que as mulheres ocupem postos de trabalho tradicionalmente ocupados pelos homens (PERNAMBUCO, 2012b) e todos sabem que “as empresas têm muita dificuldade de aceitar que essas mulheres são capazes” (Coord. local do Projeto Chapéu de Palha Mulher). Assim, seriam necessários programas de encaminhamento ao mercado que superassem o preconceito de *gênero*, “gargalo” da inserção econômica das mulheres.

A mais fundamental inferência a ser feita é de que o Projeto Chapéu de Palha Mulher do Vale de São Francisco e de Itaparica, a exemplo da versão do Programa Chapéu de Palha de 1988, não é, de acordo com a perspectiva territorial do desenvolvimento, uma política comprometida com transformações sociais ou com a melhoria das condições de vida e trabalho das mulheres assalariadas rurais. Essa afirmação está baseada, sobretudo, na concepção de que processos de

desenvolvimento devem considerar que a dimensão territorial envolve necessariamente questões como domínio e coerção, apropriação desigual de riqueza material e a reprodução das classes sociais como um todo (ABRAMOVAY, 2007a; BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2001).

Nesse sentido, Brandão (2007, p.217) afirma:

Como o subdesenvolvimento, sob o aspecto de malformação estrutural, já ensinavam os grandes mestres, é altamente persistente, cumulativo e dificilmente reversível, suas forças vivas e poderosas precisam ser contrapostas por forças políticas, táticas e estratégicas potentes. Lembrei, ao final deste livro, como construir o desenvolvimento requer ações em dupla frente: aquela que constrói alguns processos e aquela que desmonta processos. Muito há que se desconstruir: as coalizões predatórias da nação e as hegemonias do atraso estrutural. Muito há que se construir: mobilização, participação, politização etc. Cidadania, enfim. Em suma, construir nova hegemonia, a partir do desmonte contínuo do pacto conservador de dominação interna, presente em qualquer escala espacial, inclusive nas menores...

No que diz respeito à necessidade de “construir processos”, viu-se que as atividades do Projeto, por estarem vinculadas a interesses assistencialistas e utilitaristas, favorecem a inserção sustentável no mercado de trabalho apenas no discurso institucional da Secretaria da Mulher. Assim, o Projeto acaba por perpetuar as condições de trabalho e vida social das trabalhadoras rurais ao invés de atuar na outra frente apontada por Brandão (2007): o “desmonte de processos”.

Pode-se dizer que, no território de atuação do Projeto Chapéu de Palha Mulher, são amplamente conhecidos dois processos que deveriam ser “desmontados” para que os objetivos do Projeto e do Programa Chapéu de Palha como um todo fossem efetivamente alcançados: a concentração da posse de terras (GRANJA, 2006) e a precarização da mão de obra feminina, que, de modo geral, ocupa os cargos inferiores, tem as condições de trabalho mais degradantes e recebe os piores salários (PERNAMBUCO, 2012a). O que acontece é justamente o oposto: o Estado se torna um colaborador desses processos, tanto reservando mão de obra barata e abundante para o agronegócio, quanto estimulando a dependência. Esse é o caráter da inserção territorial do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica.

Assim, a perspectiva do conflito, ou seja, a ênfase nos interesses opostos e nas relações de poder entre os atores sociais, enquanto elemento constitutivo do

território (CARNEIRO, 1998), não pode ser considerada um fundamento do Projeto. Pelo contrário, percebe-se o esforço de implantar um consenso que se utiliza de técnicas de controle social para dar a sensação de harmonia social (DALMONTE, 2002; TEBCHERANI, 2001), mascarando a inviabilidade de um programa político que se afirma comprometido com o desenvolvimento e tenta conciliar interesses conflitantes: de um lado, os do agronegócio – “monoculturas, as grandes extensões de terra, o uso intensivo da tecnologia e do agrotóxico, os transgênicos, as culturas para exportação, a concentração de terra, o trabalho assalariado e o desemprego e o desrespeito ao meio ambiente” (MENEZES NETO, 2009, p. 25) –, do outro, o das trabalhadoras rurais assalariadas, que sofrem as consequências desse projeto econômico, político e social do agronegócio.

Como dito anteriormente, o desprezo pela dimensão do conflito pode ser considerado uma incoerência ainda maior pelo fato do Projeto Chapéu de Palha Mulher propor um desenvolvimento na perspectiva de *gênero*, pois este é um conceito e uma categoria analítica relacional (SCOTT, 1995).

b. Sobre os cursos de políticas públicas

São cursos que estão relacionados ao desafio do “empoderamento social e político das mulheres” (PERNAMBUCO, 2012a), versando, segundo a Secretaria da Mulher, “sobre cidadania e políticas públicas, com ênfase na identidade da mulher rural, o papel do Estado, da sociedade civil e das políticas públicas setoriais” (PERNAMBUCO, 2012a).

A coordenadora local do Projeto informou que são cursos considerados fundamentais, de modo que mesmo as mulheres participantes dos cursos profissionalizantes passam por uma formação introdutória em políticas públicas. Afirmou, ainda, que “de nada adianta as mulheres ingressarem no mercado de trabalho sem uma consciência cidadã e de *gênero*. O objetivo dos cursos de políticas públicas é qualificar essa entrada no mercado de trabalho”.

Diante dos desafios colocados por esse objetivo, a Secretaria da Mulher defende que já podem ser observados alguns resultados que comprovam a efetividade do processo de desenvolvimento que o Projeto Chapéu de Palha teria inaugurado no Vale do São Francisco e de Itaparica, como se observa abaixo:

Quadro 4: Benefícios gerados pelo Chapéu de Palha Mulher (2007 – 2011)

Resultado	Descrição
Protagonismo sociopolítico das mulheres	Mudança na postura, no engajamento, no empoderamento e na consciência política das mulheres, comprovada pela participação em eventos de abrangência municipal, estadual e nacional. Comparando a participação das mulheres nos Seminários Todos por Pernambuco – escuta pública realizada pelo governo do estado em 2007 e em 2011 para definir suas diretrizes de atuação – verificou-se, no evento de 2011, um significativo aumento no número de mulheres participantes. Enquanto em 2007, do total de participantes apenas 24% eram mulheres, em 2011, do total dos 14.000 participantes, 40% eram mulheres, das quais cerca de 1.000 participaram das formações políticas do Chapéu de Palha. Destaca-se, ainda, no evento de 2011, o nível de informação das mulheres sobre os seus direitos, demonstrado pela qualidade das reivindicações.
Inclusão social	A importância da posse de documentos civis, discutida pelas mulheres no âmbito do Chapéu de Palha, resultou na emissão de 14.561 documentos para mulheres da zona canavieira e 4.382 para mulheres da fruticultura irrigada, facilitando, assim, o acesso dessas mulheres a outros programas sociais. Também, 400 mulheres da zona canavieira e 900 da fruticultura tiveram acesso à carteira de motorista.

Fonte: Secretaria da Mulher de Pernambuco (2012).

Observa-se que, a exemplo dos resultados relacionados aos cursos profissionalizantes, os dados associados ao “protagonismo sociopolítico” são intangíveis e estão baseados, exclusivamente, na constatação de que as mulheres estão participando mais de eventos.

As coordenadoras das organizações civis falaram do esforço que a Secretaria da Mulher tem feito para realizar eventos e garantir as condições para que as trabalhadoras rurais e os demais atores envolvidos com o Projeto participem dos mesmos. É importante, nesse caso, atentar para a ressalva de Pereira (1998b): métodos de participação podem ficar apenas no nível das estratégias de governança, sem resultar, entretanto, em autonomia.

Considerar exclusivamente a participação em eventos é uma “opção” limitada, tendo em vista que o protagonismo sociopolítico poderia ser compreendido como motivador de dinâmicas mais relevantes, tais como a formação de associações e

cooperativas; a sindicalização; a militância política; etc. Mesmo que fossem identificadas tais dinâmicas, seria necessário, ainda, identificar nexos causais consistentes entre a existência das mesmas e a realização dos cursos.

Esses nexos têm sido desprezados, substituídos por formas “ingênuas” de relacionar causas e consequências. Abaixo, menciona-se um exemplo recorrente nas conversas com as coordenadoras das instituições civis e que também foi citado pela coordenadora local do Projeto:

Resultados concretos, no quarto ano, a gente já consegue ver. [...] A mudança social que a Secretaria já pode apontar é o número de mulheres candidatas ao cargo de vereadora do município de Petrolina. Isso é o efeito do Projeto. Isso é a mulher trabalhadora que diz para outra: “vai mulher, eu voto em você. Crie coragem! Vá embora!”. São muitas mulheres querendo ocupar cargos políticos, mulheres querendo estar no governo [...]. É um movimento social de mulheres que é fruto do Chapéu de Palha (Coord. da organização D).

Após essa afirmação, perguntou-se sobre como avaliava o fato desse “movimento social” ter conseguido o feito de aumentar o número de mulheres postulantes a cargos eletivos em Petrolina, mas não ter conseguido impactar os resultados das eleições municipais 2012, uma vez que o número de vereadoras passou de cinco para apenas duas. A coordenadora da organização A respondeu que

as relações de gênero não foram desconstruídas, pois os homens vêm com os tratores do conhecimento e conseguem manipular. Eu concordo que é contraditória essa diminuição, mas também acho que é porque a gente precisa avançar para um nível de conhecimento que não é o da trabalhadora rural. [...] Só por ter ido, ter tentado, nós já estamos de parabéns.

Essa resposta contradiz o que havia sido dito anteriormente, ou seja, falou-se da existência de um “movimento social” que resultou da politização, do acesso ao conhecimento e da organização das trabalhadoras rurais e, logo em seguida, apontou-se a manipulação e a falta de conhecimento como as explicações para o fato desse “movimento” não ter êxito em seu objetivo de fazer com que mais mulheres ocupassem cargos eletivos.

A identificação de toda essa construção fictícia de resultados não é, aqui, um interesse em si, pelo contrário, ela é um meio para se conhecer o quão efetivas são

as atividades do Projeto Chapéu de Palha Mulher. Supõe-se que se os resultados apontados pelos atores não têm um consistente encadeamento lógico com as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto, eles pretendem mascarar objetivos ocultos. Mas quais são esses objetivos? Responder essa questão, sim, é o interesse principal dessa problematização. Respondê-la significa clarificar os contornos da atuação/inserção do Projeto no território.

A reflexão sobre o material didático fornece importantes aportes para uma aproximação desses objetivos. Atualmente são utilizados dois livros: *Mulheres construindo a igualdade: caderno étnico racial* (PERNAMBUCO, 2011c) e *Mulheres Semeando a Cidadania: caderno de políticas públicas* (PERNAMBUCO, 2009b), ambos produzidos pela Secretaria da Mulher. São livros que apresentam, com uma linguagem simples, informações relevantes para compreensão da história e da organização da vida social brasileira, para o acesso às políticas e para o controle social, para compreensão das relações de gênero, raça e etnia e para o exercício da cidadania. Além desses livros, utilizou-se, a partir de 2011, segundo informação da coordenadora local do Projeto Chapéu de Palha Mulher e das coordenadoras das organizações civis executoras do mesmo, os anuários da Secretaria da Mulher.

Embora os livros tenham esses conteúdos indiscutivelmente importantes, eles não têm, como era de se esperar, ênfase na realidade rural. Percebe-se, assim, uma confusão: entre as trabalhadoras participantes, existem mulheres rurais e mulheres urbanas; a Secretaria da Mulher as trata como mulheres rurais; e os conteúdos do material didático não estão voltados para esse público que a Secretaria da Mulher diz atender. Isso representa o desprezo por um processo etnográfico mais consistente, pela adequação da ação à realidade das trabalhadoras.

Tal desprezo, pelo que vem sendo discutido aqui, não surpreende. De um lado, há a Secretaria da Mulher e o governo de Pernambuco, preocupados em sustentar uma política assistencialista por meio da apresentação de números forjados. De outro lado, há as trabalhadoras rurais, que não demandam – ao menos conscientemente – que as ações sejam adequadas e que contribuam para transformação da realidade, como se observa nesta afirmação:

No fundo eu acho que o Projeto não atinge o seu objetivo. É uma confluência de coisas: a Secretaria da Mulher, o governo, as próprias mulheres. Essas trabalhadoras beneficiárias do Chapéu de Palha não têm vontade de ir para frente. Para elas, o Projeto não é uma

oportunidade de construção do futuro, é uma coisa pontual que vem todo ano e só. Elas não estão na sala de aula para aprender, elas estão ali porque irão ganhar dinheiro no fim do mês. Eu desafio qualquer pessoa a provar o contrário. A grande maioria vai para receber dinheiro. Aprender não é do interesse delas. Não há o mínimo interesse, não existe a chama da busca pelo conhecimento e não existe a vontade de mudar de vida (Ex-coordenador local do Projeto).

Questionado se, a partir dessa visão, estaria concordando que as mulheres têm uma “parcela de culpa” sobre o fato do Projeto não atingir o seu objetivo, o ex-coordenador local faz uma interessante ponderação: “não é culpa. Elas têm uma longa história de falta de tudo, materialmente falando. É compreensível que agora elas queiram ter as coisas”. Essa é uma ressalva importante para compreensão da dimensão socioeconômica envolvida na forma como as mulheres concebem os cursos, na importância que atribuem ao Projeto.

O ex-coordenador acrescenta que a “culpa” era exclusiva do governo, que “se aproveita dessa situação para se perpetuar no poder sem transformar a sociedade”. Afirma, ainda, que, objetivamente, essa “culpa” se manifesta na “falta de capacidade das organizações contratadas, no despreparo das educadoras que essas organizações contratam” e, principalmente, na seguinte prática da Secretaria da Mulher: “jogar aqueles livros sobre direitos nas mãos das mulheres, sem se preocupar com o sentido prático que aquilo pode ter na vida delas. São cartilhas que são dadas, mas que não têm valor para as trabalhadoras”.

Essa é uma crítica sobre o excesso de preocupação performática do Projeto, que enfatiza mais a ação do que sua capacidade de gerar resultados positivos. É verdade que, em parte, essa falta de repercussão prática está associada à falta de interesse: a maior parte das trabalhadoras entrevistadas declarou achar os conteúdos “chatos”, enfadonhos. Entretanto, isso não explica tudo e, sobretudo, não exime o poder público de encontrar as alternativas para superação desse quadro.

Assim, a questão central não é a falta de interesse, mas a falta de problematização do desinteresse por parte do governo. Em outras palavras, o problema está no fato do desinteresse não ser percebido como um estorvo ao desenvolvimento e acabar sendo “simbioticamente” aproveitado por interesses ocultamente conservadores e utilitaristas.

O uso dos anuários da Secretaria da Mulher nos cursos de políticas públicas é algo questionável. Como dito anteriormente, os anuários são identificados como

parte do material didático trabalhado, embora sejam apenas documentos técnicos e informativos, uma espécie de prestação de contas que, embora possa e deva ser divulgada, não cabe figurar como material formativo.

A partir dessa compreensão, questionou-se a coordenadora local sobre quais seriam os benefícios que as trabalhadoras rurais alcançariam ao conhecer os feitos da Secretaria da Mulher, tais como realização de eventos por seu cerimonial, inserção em determinado número de municípios, aumento do número de convênios ou mesmo aquisição de bens móveis, enfim, as inúmeras informações institucionais presentes nos anuários. Eis a resposta:

Para enriquecer o conhecimento delas, nós já temos os livros. Os anuários servem para que a Secretaria da Mulher fortaleça seu trabalho junto às mulheres, ao seu público. Isso é importante, afinal é tudo muito trabalhoso e qualquer instituição política precisa divulgar e ter o seu trabalho reconhecido. No final das contas, todas ganham: a Secretaria sai fortalecida e as mulheres se beneficiam disso (Coord. local do Projeto Chapéu de Palha Mulher).

É utilitarista essa justificativa para o uso dos anuários nos cursos. Soa como propagandismo político, uma forma de ganhar respaldo e a confiança das trabalhadoras rurais para, inclusive, fazer do Projeto um grande “palanque eleitoral”, como revela a trabalhadora 4: “além do Projeto Chapéu de Palha ajudar na nossa renda, nós ainda somos visitadas pelas candidatas na época das eleições. Isso é bom para gente conhecer de perto [...]. Assim a gente pode decidir melhor em quem votar [...]”. Perguntada se muitos candidatos já foram nas salas de aula e se acha que qualquer um poderia ir, essa trabalhadora responde: “não, geralmente, que eu saiba, são duas vereadoras que as mulheres gostam e que apoiam a Secretaria da Mulher”.

A coordenadora da organização F, ao falar sobre as conquistas que as trabalhadoras rurais ainda deveriam alcançar, também faz referência a esse “envolvimento” de políticos com o Projeto. Disse ela:

As mulheres ainda precisam avançar em relação à consciência política. Por exemplo: em 2010, a Secretaria [da Mulher] tentou eleger uma deputada estadual. Essa deputada visitou os cursos, teve reuniões com as trabalhadoras, até formação para as educadoras ela deu. As trabalhadoras disseram que votariam, mas a deputada acabou tendo pouquíssimos votos... O que isso significa? Muita coisa tem sido construída, mas as trabalhadoras rurais ainda não

entenderam o quanto é importante que mais mulheres ocupem cargos políticos.

Esse discurso clarifica mais a compreensão da perspectiva assistencialista do Projeto, pois aponta um objetivo prático: a “reserva de eleitorado”. Em outras palavras, é um discurso que confirma as teses de Bento (2003) e Jara (1998): o assistencialismo resulta do atendimento de interesses díspares, estando diretamente associado à manutenção de governabilidade e suas consequências territoriais é a manutenção dos quadros de desigualdade social e o fortalecimento das dependências e subalternidades.

Assim, segundo sua “hermenêutica da vida cotidiana”, as trabalhadoras rurais afirmam que a participação nos cursos é a “contrapartida” das beneficiárias do Projeto Chapéu de Palha Mulher, entretanto, em uma análise hermenêutica profunda, pode-se afirmar que a principal contrapartida é o apoio ao governo, inclusive por meio dos votos.

Sob a perspectiva da teoria do *reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007), percebe-se que os cursos de políticas públicas não podem ser identificados como uma iniciativa para o desenvolvimento, pois estão dissociados de qualquer ação política que “desmonte” – para usar o termo de Brandão (2007) – a correlação de forças que existe entre as trabalhadoras rurais e seus empregadores no âmbito do assalariamento sazonal.

Frequentemente se afirma que “os cursos de políticas públicas fazem com que as mulheres voltem empoderadas para as fazendas e isso muda as relações de trabalho” (Coord. da organização F). Essa é uma percepção que, a exemplo da análise “psicologizante” do trabalho assalariado feita por Fischer (2006), ressalta aspectos subjetivos, como o empoderamento e o aumento da autoestima. Nesse sentido, é emblemática a forma como a coordenadora da organização D define o significado do Projeto na vida das trabalhadoras: “o Projeto Chapéu de Palha Mulher é uma festa para elas”. A ênfase na função psicológica do Projeto está baseada na crença de que a experiência subjetiva de visibilidade e de valorização implica, necessariamente, melhorias nas condições de vida social.

Nessa concepção, há de se criticar o fato do Estado se esquivar do seu papel de mediador das relações sociais, pois, como propõe Fraser (2007), as condições paritárias de existência e participação na vida social deve ser uma questão de justiça

e não de ética. Em outras palavras, ela discorda da perspectiva do *reconhecimento* recíproco e intersubjetivo (HONNETH, 2003), pois desconsidera a possibilidade do respeito mútuo entre atores com perspectivas antagônicas em uma sociedade de classes, de forma que o Estado, enquanto garantidor da justiça social, deveria se empenhar em institucionalizar padrões de *reconhecimento* para que atores interajam de forma justa.

O governo de Pernambuco deveria, então, regular as relações e as condições de trabalho ao invés de se limitar a “politizar” as mulheres para que elas próprias negociem com seus empregadores as transformações necessárias. Compreende-se, contudo, que essa incoerência está vinculada ao viés assistencialista e utilitarista que envolve a realização dos cursos, os quais, por consequência, atuam no sentido de consolidar um falso *reconhecimento* (FRASER, 2007): embora as trabalhadoras avaliem positivamente a ação da Secretaria da Mulher, elas são reconhecidas, conforme se apreendeu na entrevista com o coordenador da Câmara da Fruticultura, como um grupo de mão de obra não qualificada, acomodado e dependente das “benesses” do governo.

Pode-se dizer que a razão das trabalhadoras rurais aprovarem o Projeto – mesmo que tal visão sobre as mesmas seja resultado da institucionalização de padrões de desrespeito no interior do próprio Projeto – é a mesma de festejarem a inclusão econômica precária (GRANJA, 2006), ou seja, está estritamente relacionada à questão financeira. Tal fato está relacionado ao *fundamentalismo mercantil* (SACHS, 2008): com o desmantelamento do Estado de bem-estar, restou às populações buscarem a inclusão por meio do acesso à renda, de modo que políticas de transferência de renda gozam de ampla aceitação.

Assim, concorda-se, aqui, com a perspectiva de que nem todas as demandas de *reconhecimento* estão expressas publicamente (HONNETH, 2003), de que é necessário interpretar a *doxa* (THOMPSON, 1998 apud VERONESE, GUARESCHI, 2006). A redistribuição ou a transferência de renda não é a única ou a mais importante demanda das trabalhadoras rurais, mas uma face de uma luta maior por *reconhecimento*, pela valoração positiva de sua existência social (HONNETH, 2003).

O Projeto Chapéu de Palha Mulher parece desconhecer a dimensão relacional da experiência da cidadania enquanto justiça social, pois pressupõe que cidadania se compreende e, de forma automática, se pratica. A perspectiva do *reconhecimento* até aqui trabalhada considera que cidadania só é possível em uma

realidade em que os conflitos sejam regulados pelas políticas, ou seja, deve-se considerar que a cidadania só é possível quando os padrões de interação social de determinado território assim permitem.

7 CONCLUSÕES

No intuito de corresponder ao objetivo de analisar a prática política do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica, verificando sua possível coerência com o desafio de favorecer o desenvolvimento sustentável da região e o empoderamento social e político das mulheres, buscou-se refletir sobre sua prática, tendo em vista os fundamentos da Hermenêutica de Profundidade (THOMPSON, 1998), que coloca em relevo três dimensões analíticas: a *análise sócio-histórica*, a *análise formal* e a *reinterpretação*.

No âmbito da *análise sócio-histórica*, verifica-se que o Projeto Chapéu de Palha Mulher possui elementos históricos relacionados ao assistencialismo e ao populismo, sobretudo no que diz respeito à articulação entre transferência de renda e a ausência de uma efetiva proposta de reforma agrária. A identificação dessas características foi importante para que esta análise tivesse a compreensão de como as mesmas seriam superadas ou reproduzidas no atual contexto de atuação do Projeto, no qual se sobressai a dinâmica territorial do assalariamento sazonal, que abriga interesses conflitantes entre o projeto político, econômico e social do agronegócio e as demandas das trabalhadoras rurais (MENEZES NETO, 2009).

Ainda nessa dimensão analítica, no esforço de situar o Projeto no atual momento político, refletiu-se sobre o *fundamentalismo mercantil* (SACHS, 2008), que diz respeito à atual orientação hegemônica das políticas públicas, que negam a estrutura de classes e reduzem a inclusão social e a cidadania ao incremento na renda e ao consumismo (SACHS, 2008; POCHMANN, 2012).

As implicações práticas desses elementos sócio-históricos foram apreendidas na *análise formal*, dimensão na qual as perspectivas dos atores, quando confrontadas entre si e com os objetivos do Projeto, revelam incoerências que apontam para a necessidade da realidade ser *reinterpretada*. A principal incoerência está no fato do Projeto se afirmar como motivador do desenvolvimento sustentável da região, mas sua prática estar comprometida justamente com a manutenção do quadro de desigualdade, pois atua no sentido de reservar mão de obra barata para o agronegócio e garantir a governabilidade por meio de mecanismos de manipulação, que estão baseados, sobretudo, no fascínio que o acesso à renda exerce sobre as trabalhadoras rurais (GRANJA, 2006).

A prática do Projeto mantém intocada a dinâmica do assalariamento sazonal das trabalhadoras rurais, embora este seja compreendido como uma forma de inserção econômica precária e socialmente negativa: a Secretaria da Mulher o compara à escravidão (PERNAMBUCO, 2011c). Assim, a forma como o Projeto Chapéu de Palha Mulher concebe as suas “beneficiárias”, tratadas como “mulheres rurais” ao invés de “trabalhadoras rurais”, é reflexo tanto da ocultação dos aspectos negativos vivenciados pelas trabalhadoras no assalariamento sazonal e da incapacidade de “desmontar” essa realidade; quanto da ênfase feminista na importância do atendimento dos “interesses das mulheres”, os quais são “generalizados”, como se as mulheres fossem as mesmas em todos os lugares e tempos (SARTI, 2004).

Nesse sentido, mesmo que o trabalho rural assalariado na fruticultura irrigada do Vale do São Francisco e de Itaparica seja considerado socialmente insustentável, a dependência do mesmo não é combatida, como se a saída do espaço privado e a “conquista” do espaço público pelas mulheres – uma demanda histórica – acabasse se sobrepondo às críticas sobre as especificidades da dinâmica territorial de inserção no mercado. Essa particularidade do Projeto Chapéu de Palha Mulher está funcionalmente comprometida com a reprodução das relações capitalistas (OFFE, 1984).

Esse “distanciamento” de uma prática com uma maior “sensibilidade etnográfica”, ou seja, mais comprometida com a realidade territorial, se manifesta no fato do governo de Pernambuco, por meio do Projeto Chapéu de Palha Mulher, se limitar a oferecer cursos, reproduzindo a compreensão mágica de que processos de transformação e novas dinâmicas sociais resultam, automaticamente, do investimento em capital humano.

O Projeto tem, portanto, uma prática que se alinha com uma visão liberal da sociedade, que defende a existência de oportunidades e acredita que a exclusão e a subalternidade derivam exclusivamente da falta de competência individual. Trata-se de um erro epistemológico, sobretudo em uma política que envolve gênero e desenvolvimento, categorias que têm o conflito e a interação de forças antagônicas como objetos históricos de suas reflexões. Por não atuar nessa perspectiva relacional, o Projeto pode ser considerado uma política para mulheres, não de gênero (FARAH, 2004).

A *reinterpretação* dessa ação contraditória foi feita com base nas reflexões sobre *desenvolvimento territorial* (ABRAMOVAY, 2007a; BRANDÃO, 2007; OLIVEIRA, 2001) e *reconhecimento* (HONNETH, 2003; FRASER, 2007). De acordo com essas perspectivas teóricas, pode-se concluir que o Projeto não se constitui como uma proposta de desenvolvimento para o território, pois, como uma política socialmente reprodutora, ignora os conflitos de classe e, consequentemente, o “papel ideal” do Estado: regular as interações sociais e propiciar que grupos minoritários participem da vida social em condições paritárias.

Importa ressaltar que a perspectiva do *reconhecimento* possibilitou – por compreender que as demandas populares nem sempre estão expressas e organizadas publicamente (HONNETH, 2003) – encontrar a “medida” adequada para analisar, sem incidir no erro de simplesmente reproduzir concepções, uma política que tem ampla aceitação pública. Isso foi ainda mais importante por não limitar esta reflexão ao binômio ausência/presença do Estado, o qual dá um papel central à “visibilidade” nas análises das relações estabelecidas entre as políticas públicas e os grupos minoritários. Essa centralidade tende a considerar suficiente que existam políticas públicas voltadas para populações historicamente “invisíveis”, desprezando a necessidade de reflexões profundas sobre os “conteúdos” dessas políticas.

Por fim, esta análise demonstrou que a “visibilidade” que o Projeto Chapéu de Palha Mulher proporciona às trabalhadoras rurais carece de uma prática transformadora, que atenda não apenas demandas explícitas, enunciadas nos discursos dos atores sociais, mas, sobretudo, que atue no cerne, na estrutura das problemáticas enfrentadas por essas mulheres. Sem isso, o Projeto é apenas apaziguador das tensões sociais e reprodutor da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (2000). O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, abr./jun., pp. 379-397.

_____ et al. (2004). Dilemas e estratégias dos Jovens rurais: ficar ou partir?. In: CPDA. (org.). **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, v. 12, pp. 237-271.

_____ (2007a). Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C; FILHO, N. A. (orgs.). **Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, pp. 19-38.

_____ (2007b). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp.

ARAUJO, P. R. M. (2004). **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Loyola.

ARRAES, Miguel (2006). **O Brasil, o povo e o poder**. Recife: Editora Universitária/UFPE.

BANDEIRA, Lourdes (2005). **Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/Secretaria Especial de Políticas para mulheres.

BENTO, Leonardo Valles (2003). **Governança e governabilidade na reforma do Estado**: entre eficiência e democratização. Barueri: Manole.

BOURDIEU, P. (2001). El capital social. Apuntes provisionales. **Zona Abierta**, 94/95, pp. 83-87.

_____ (1996). **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus.

_____ (2009). **O Poder Simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRANCO, Adélia de Melo; VAINSENER, Semira Adler (2001). As Trabalhadoras Migrantes no Semi-Árido Irrigado. **Trabalhos para discussão**, nº 115, set. 2001. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/115.html#fn1>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____ (2002). Gênero e Globalização no Vale do São Francisco. **Ciência & Trópico**, v. 30, n. 1, jan./jun., pp. 29-50.

BRANDÃO, Carlos (2007). **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp.

BRASIL (2011). Câmara. **Projeto de Lei nº 1327/2011**. Cria nova classificação para municípios rurais e urbanos.

BURKE, Peter (2005). **O que é História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes (2007). **Extensão rural**: polissemia e resistência. In: _____. Extensão rural: polissemia e memória. Recife: Bagaço, pp. 81-113.

CARNEIRO, M. J. T. (1998). Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n.11, p.53-75, out.

CARVALHO, Ricardo Ismael de (2005). **Nordeste**: a força da diferença – os impasses e desafios da cooperação regional. Recife: Massangana.

CAVALCANTI, Clóvis et al. (2002). Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA. **Trabalhos para discussão**, Recife, n. 135, fev. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/135.html>>. Acesso em: 07 ago. 2011

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (1997). Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados**, vol.11, n.29, pp. 79-93.

COLEMAN, James S. (2001). Capital Social y Creación de Capital Humano. **Zona Abierta**, 94/95, pp. 47-81.

CORDEIRO, Rosineide (2004). **Além das secas e das chuvas**: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo.

CORREIA, Rebert Coelho et al. (2001). **A fruticultura como vetor de desenvolvimento**: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Recife.

COSTA, Lucia Cortes da (org.) (2008). **Estado e Democracia**: pluralidade de questões. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG.

DALMONTE, Edson (2002). Estudos culturais em comunicação: da tradição britânica à contribuição latino-americana. **Idade média**, ano I, n.2.

DELGADO, N. G. et al. (2008). Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. In: MIRANDA, Carlos; BRENO, Tibúrcio (orgs.). **Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais** (Série Desenvolvimento Rural Sustentável). Brasília: IICA, v. 8, pp. 69-169.

DEMO, Pedro (1994). **Política Social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus.

_____ (2006) **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 3.ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

DINIZ, Eli (2001). Globalização, Reforma do Estado e Teoria Democrática Contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, nº 4, out./dez., pp. 13-22.

ELIAS, Denise (2006). Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (Unesp/Presidente Prudente), v. 1, n. 8, p. 29-51.

FARAH, Marta Ferreira Santos (2004). Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n. 1, jan./abr., pp. 47-51.

FISCHER, Izaura Rufino (2006). **A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

_____; MELO, Lígia Albuquerque de (1996). **O trabalho feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife: Ed. Massangana.

FONSECA, Henrique Veras de Paiva et al. [ca.2012]. **Determinantes da inadimplência na fruticultura irrigada do pólo Petrolina-Juazeiro**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2012/docs/sim2_mesa5_determ_inadimplencia%20na%20fruticultura_irrigada_petrolina_juazeiro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

FRASER, Nancy (2007). Reconhecimento sem Ética?. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138.

FRAXE, Therezinha J. P. (2000). **Etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará.

FREIRE, Paulo (1980). **Extensão ou comunicação?** 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUANZIROLI, Carlos et al. (2001). **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond.

GRANJA, Maria Sueli (2006). **Inclusão social pelo trabalho sazonal: é possível?** Um estudo sobre trabalhadoras na cultura da uva em Petrolina-PE. 142f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. (2006). Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 9, n.8, pp.1-28.

HOLMES, Pablo (2009a). Briga de família ou ruptura metodológica na teoria crítica (Habermas X Honneth). **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 21, n. 1, jun., pp.133-155.

_____. (2009b). Reconhecimento e normatividade: a transformação hermenêutica da teoria crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2009,

vol.24, n.69, pp. 129-145. Disponível em: <
<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/107/10713664009.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2012.

HONNETH, Axel (2003). **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34.

_____. (2007). **Reconhecimento ou redistribuição?** A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (orgs.). **Teoria Crítica do século XXI**. São Paulo: Annablume.

JARA, Carlos Júlio (2001). **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: IICA.

_____. (1998). **A sustentabilidade do Desenvolvimento Local**: Desafios de um processo em construção. Recife: PRORURAL/IICA.

JOLLIVET, Marcel (1998). A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, out., pp. 5-25.

KAGEYAMA, A (2004). Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez.

LEITE, Kelen Christina (2007). **Economia de comunhão**: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e Estado. São Paulo: Annablume; Fapesp.

LISBOA, Teresa Kleba; GARIBOTTI LUSA, Mailiz (2010). Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 18, núm. 3, sep./dic., pp. 871-887.

LYRA, Flávio Tavares (2007). **Eu e meus tempos**: recortes de memória. Brasília: Thesaurus.

MARCIO, Pochmann (2012). **Nova classe média?**: o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.

MARSDEN, T. (1992). Exploring a Rural Sociology for the Fordist Transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, V.32, nº 2/3, p.209-230.

_____; LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds.) (1990). **Rural Reestructuring**: global process and their responses. London: David Fulton Publishers.

_____. et al. (1993). **Constructing the Countryside**. Oxford: Westview Press.

MARTINELLI, Marcos (2006). **Antonio Callado, um sermonário à brasileira**. São Paulo: FAI ; Annablume.

MARTINS, José de Souza (2002). **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes.

MATTOS, Patrícia (2006). **Sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo, AnnaBlume.

MAZOYER, Marcel (2010) ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas no Mundo**: do Neolítico à Crise Contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD.

MENEZES NETO, A. J. de (2009). Formação de Professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. A. (orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica.

MENDONÇA, Ricardo F. (2007), "Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano". **Revista de Sociologia e Política**, 29: 169-185, Curitiba.

MIRANDA, Carlos; COSTA, C. (orgs.) (2005). **Desenvolvimento sustentável e perspectivas de gênero**. Brasília: IICA.

NEDEL, José (2000). **A teoria ético-política de John Rawls**: uma tentativa de integração de liberdade e igualdade. Porto Alegre: EDIPUCRS.

OFFE, Claus (1984). **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA, Francisco de (2001). **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo (1996). **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo, SP: Loyola.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (1998a). **Reforma do Estado para a Cidadania**: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. São Paulo: Editora 34.

_____. (1998b). A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Revista Lua Nova**. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 45, pp. 49-95.

PERNAMBUCO (2007). Comissão Executiva do Programa Chapéu de Palha. **Programa Chapéu de Palha – Emergencial 2007**: Orientações Gerais. Recife.

_____. [ca. 2007a]. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. **Secretaria/Missão**. Disponível em: <<http://www.agricultura.pe.gov.br/interna.php?p=secretaria&s=missao>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____ [ca. 2007b]. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. **Missão/Visão/Valores – Desafio Social**. Disponível em: <<http://www2.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh/secretaria/missao-visao-valores>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____ (2009a). Lei nº. 13.766, de 07 de maio de 2009. Institui o Programa Chapéu de Palha – FRUTICULTURA IRRIGADA. **Leis Ordinárias**. Disponível em: < http://strpetrolina.com.br/documentos/Lei_N_13_766.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

_____ (2009b). Secretaria da Mulher. **Mulheres semeando cidadania**: caderno de políticas públicas. Organização e texto: Cristina Maria Buarque; Maria de Oliveira e Celma Tavares. Recife: Secretaria da Mulher.

_____ [ca.2010]. Coordenação do Programa Chapéu de Palha. **Chapéu de Palha**. Disponível em: <<http://portal.saude.pe.gov.br/programas-e-acoes/dasdasd/chapeu-de-palha/>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____ (2011a). Secretaria da Mulher. Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero. **Termos de referência**: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada 2011 / Realização de cursos de políticas públicas para mulheres trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. Recife.

_____ (2011b). Procuradoria Geral do Estado. Procuradoria Consultiva. **Cota nº 0385/2011**. Recife.

_____ (2011c). Secretaria da Mulher. **Mulheres construindo a igualdade**: caderno etnicorracial. Organização e texto: Celma Tavares, Cristina Maria Buarque et al. Recife: Secretaria da Mulher.

_____ (2012a). Secretaria da Mulher. Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero. **Termos de referência**: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada 2012 / Realização de cursos de políticas públicas para trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada. Recife.

_____ (2012b). Secretaria da Mulher. Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero. **Termos de referência**: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada 2012 / Realização de cursos profissionalizantes. Recife.

_____ (2012c). Secretaria da Mulher. Gerência de Articulação e Interiorização das Ações de Gênero. **Plano de Trabalho**: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais no âmbito do Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada 2012. Recife.

PINSKY, Carla Bassanezi (2009). Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17, núm. 1, jan./abr., pp. 159-189.

PUTNAM, R. (2001). La comunidad próspera. El capital social y la vida pública. **Zona Abierta**, 94/95, pp. 94-95.

ROCHA, Abelardo Baltar da (1991). **A esquerda em Pernambuco**: acertos e equívocos do Governo Arraes. Recife: Inojosa.

ROZOWYKWIAT, Tereza (2006). **Arraes**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SAAVEDRA, Giovani Agostini (2007). A Teoria crítica de Axel Honneth. In SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia, (orgs.). **Teoria Crítica do século XXI**. São Paulo: Annablume.

SACHS, Ignacy (2008). **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond.

_____ (2004). Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, mai./ago.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) (2005) **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Milton (2008). **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Pedro da Silva (2007). **Miguel Arraes de Alencar e as diferentes perspectivas de Reforma Agrária nas últimas quatro décadas do século XX na Zona da Mata pernambucana**. (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. [Orientador: Prof. Dr. Marcelo Carvalho Rosa]. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51679138/Pedro-Santos-Monografia>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SARTI, Cynthia Andersen (2004). O Feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, vol. 12, n. 2, mai./ago., pp. 35-50.

SCHNEIDER, Sérgio (2003). **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.

SCHNEIDER, Sergio (2004). A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan./jun., pp. 88-125.

SCHRÖDER, Mônica. (2004). As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae.

SCOTT, Joan Wallach (1995). **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez, pp. 71-99.

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. S. Paulo: Cia. Das Letras.

SETTON, M. G. J. (2008). A noção de socialização na sociologia contemporânea. **Boletim SOCED**, v. 06, p. 01-20.

SILVA, Josué Pereira (2008). **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento**. São Paulo: Annablume.

SILVA, Silvio César (2006). Um olhar sobre a centralidade do emprego na proteção social: do welfare ao workfare. In: BLASS, Leila Maria da Silva (org.). **Ato de trabalhar**: imagens e representações. São Paulo: Annablume, pp. 91-108.

TEBCHERANI, Marisete Mazurek (2001). Paradigmas do consenso e do conflito. In: OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (org.). **Sociologia**: consensos e conflitos. Ponta Grossa: UEPG, pp. 49-76.

TENÓRIO, Fernando G. (org.) (2007). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: UNIJUÍ.

THOMPSON, J.B. (1998). **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes.

VEIGA, José Eli da (2003). **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados.

VELOSO, Maísa (1995). Perfil e especificidade da favelização em cidades médias do Nordeste: um estudo de caso em Picos-Piauí. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 26, n.1, pp.119-147, jan./mar.

VERONESE, M.; GUARESCHI, P. (2006). Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v.42, n.2, mai./ago.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, out., pp. 87-145.

_____. (2007). Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X.

_____. (2009). **O mundo rural como espaço de vida** – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a Senhor/a,

Esta pesquisa é sobre o Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada de Pernambuco e está sendo desenvolvida por Bruno de Assis Monteiro, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, sob a orientação da Professora Dr.^a Hulda Helena Coraciara Stadtler.

O objetivo do estudo é analisar o Projeto Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco e Itaparica, tendo como foco a forma como reconhece as trabalhadoras rurais na dinâmica territorial e os impactos desse reconhecimento na consecução dos resultados almejados pelo Projeto.

Solicitamos que o/a senhor/a nos conceda entrevista, assim como autorize a publicação do conteúdo da mesma nos meios de produção e circulação científica que o pesquisador julgar convenientes. Na publicação de qualquer informação, seu nome será mantido em absoluto sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador.

O pesquisador se coloca à disposição para efetuar esclarecimentos e solucionar eventuais problemas. Caso haja necessidade, estes são os contatos: brunoamont@gmail.com e (81) 99767489.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em conceder entrevista e autorizar a publicação dos seus conteúdos. Declaro, ainda, ter recebido uma cópia deste documento.

Petrolina, de outubro de 2012.

Assinatura do/a participante

Bruno de Assis Monteiro
Pesquisador

APÊNDICE B – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista
Organizações civis

1. Histórico da organização e experiência em gênero e formação
2. A justificativa de contratação remete a experiência na área de gênero. Acredita que a organização foi contratada por conta dessa experiência ou foi utilizado outro critério?
3. Cursos realizados e funcionamento dos mesmos
4. Critérios que a organização utiliza para contratar educadoras?
5. Quais os principais benefícios que o Projeto proporciona às trabalhadoras?
6. Quais as fragilidades do Projeto? Ou seja, em que ele precisa melhorar?
7. Os conteúdos dos livros indicados pela Secretaria são compreendidos pelas mulheres? Têm relação com a realidade delas?
8. Em sua opinião, quais os problemas cotidianos enfrentados pelas mulheres beneficiárias?
9. Acha que os benefícios de Projeto, anteriormente citados, repercutem sobre esses problemas? Como?
10. Se fosse pra generalizar, diria que as mulheres participantes dos cursos são rurais ou urbanas?
11. O que você acha que significa dizer que alguém é rural? E urbano?
12. Em relação ao trabalho rural das mulheres, quais são os aspectos positivos? E os negativos?
13. Qual a sua opinião sobre o assalariamento temporário?
14. O Projeto se propõe a transformar a realidade das mulheres que estão submetidas ao desemprego temporário ou oferecer condições de vida mais digna durante as entressafas?
15. Como interpreta o fato do número de mulheres participantes ser similar em todas as edições?
16. Quais os instrumentos que as entidades e a Secretaria utilizam para se informarem sobre os impactos do Projeto?
17. Em que o Programa atual diferente do Programa no governo Arraes?

Roteiro de entrevista
Coordenadores locais

1. Experiências na coordenação de projetos e na área de gênero
2. A maioria das organizações não possuía experiência na área de gênero, mas, segundo a Secretaria, esse era um pré-requisito. Acha que algum outro critério foi utilizado?
3. Os cursos profissionalizantes têm potencial de oferecer uma alternativa de complemento de renda ou de trabalho para as mulheres?
4. Existem organizações com experiência nessa área que não são contratadas para executar o Projeto? Quais os motivos?
5. Tem conhecimento dos critérios utilizados pelas organizações para contratar educadoras? Havia indicação política?
6. Quais os principais benefícios que o Projeto proporciona às trabalhadoras?
7. Quais as fragilidades do Projeto? Ou seja, em que ele precisa melhorar?
8. As organizações envolvidas tinham oportunidade de opinar e construir coletivamente a forma de execução, os conteúdos, etc? Como?
9. Os conteúdos dos livros indicados pela Secretaria eram compreendidos pelas mulheres? Têm relação com a realidade delas?
10. Em sua opinião, quais os problemas cotidianos enfrentados pelas mulheres beneficiárias?
11. Acha que os benefícios de Projeto, anteriormente citados, repercutem sobre esses problemas? Como?
12. Se fosse pra generalizar, diria que as mulheres participantes dos cursos são rurais ou urbanas? O que significa dizer que alguém é rural? E urbano?
13. O Projeto se propõe a transformar a realidade das mulheres que estão submetidas ao desemprego temporário ou oferecer condições de vida mais digna durante as entressafas?
14. Como interpreta o fato do número de mulheres participantes ser similar em todas as edições?
15. Quais os instrumentos que as entidades e a Secretaria utilizam para se informarem sobre os impactos do Projeto?
16. Considera que o Programa atual é diferente do Programa no governo Arraes?

Roteiro de entrevista
SENAI

1. Quais os benefícios que o Projeto proporciona às trabalhadoras?
2. Quais os cursos profissionalizantes oferecidos por essa entidade?
3. Como eles são escolhidos? A partir da demanda ou da disponibilidade de profissionais?
4. Qual a carga horária? As mulheres ficam aptas?
5. Existe uma articulação para que as mulheres sejam “absorvidas” pelo Mercado?
6. Quais as diferenças entre os cursos comumente oferecidos pelo SENAI e os cursos oferecidos no âmbito do Projeto?
7. Existem orientações didático-metodológicas que não podem ser devidamente seguidas no Projeto?
8. Considera que essas mulheres competem em condições de igualdade com outros profissionais formados nos mesmos cursos fora do âmbito do Projeto Chapéu de Palha?
9. Quais as fragilidades do Projeto? Em que ele poderia melhorar?

Roteiro de entrevista
Trabalhadoras rurais

1. Moradia (rural ou urbana)
2. Empresa na qual trabalha
3. Função/cargo
4. Tempo de trabalho e carga horária
5. Outros trabalhos (na entressafra)
6. Condições de trabalho (assédio moral/sindicalização/contato com agrotóxicos/salário dos homens, etc.)
7. Trabalhos anteriores/trajetória
8. Como se identifica (mulher rural, mulher urbana, trabalhadora rural)
9. Expectativas para o futuro (trabalho, família, sociedade)
10. Tempo de participação no Projeto
11. O que você busca no Projeto?
12. Cursos e atividades
13. Fez profissionalizante? (ver encaminhamento ao mercado)
14. Carga horária. Considerou suficiente?
15. Já utilizou esses conhecimentos na prática?
16. O que achou dos livros? E das aulas?
17. Benefícios do Projeto e aspectos a melhorar
18. Como o Projeto interfere no cotidiano?
19. Você é beneficiada por outra política que interfere nos problemas cotidianos?
20. Você tem ou já teve a oportunidade de sugerir mudanças no Projeto?
21. Pontos positivos e negativos do assalariamento temporário
22. Pretende um dia sair desse trabalho? Por quê?

ANEXO A – PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER: BENEFÍCIOS GERADOS



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

**Chapéu de Palha Mulher: benefícios gerados
2007 - 2011**

A implementação de ações no âmbito do Chapéu de Palha destinadas a atender mulheres, em especial aquelas que compõem os segmentos mais vulneráveis da sociedade, sem vínculos empregatícios permanentes, contribui para uma mudança cultural, cujos impactos não são mensuráveis em curto espaço de tempo. Contudo, existem indicadores sociais, que apontam para uma melhoria significativa no padrão de vida das pessoas que participaram do programa.

Para demonstrar tais melhorias, às quais as 38.625 mulheres e 12.905 crianças tiveram acesso ao participarem das atividades desenvolvidas pelo programa, foram selecionados dois tipos de indicadores: (i) Satisfação das necessidades básicas das mulheres rurais, e (ii) Atendimento das necessidades estratégicas das mulheres rurais.

Quanto à satisfação das necessidades básicas das mulheres rurais:

Resultado	Descrição
Protagonismo sociopolítico das mulheres	Mudança na postura, no engajamento, no empoderamento e na consciência política das mulheres, comprovada pela participação em eventos de abrangência municipal, estadual e nacional. Comparando a participação das mulheres nos Seminários Todos por Pernambuco - escuta pública realizada pelo governo do Estado em 2007 e em 2011 para definir suas diretrizes de atuação – verificou-se, no evento de 2011, um significativo aumento no número de mulheres participantes. Enquanto em 2007, do total de participantes apenas 24% eram mulheres, em 2011, do total dos 14.000 participantes, 40% eram mulheres, das quais cerca de 1.000 participaram das formações políticas do Chapéu de Palha. Destaca-se, ainda, no evento de 2011, o nível de informação das mulheres sobre os seus direitos, demonstrado pela qualidade das reivindicações.
Inserção das mulheres em atividades produtivas	A partir dos cursos profissionalizantes realizados no âmbito do Chapéu de Palha observa-se a formação de pequenos empreendimentos produtivos, tais como, o grupo de mulheres produtoras de vassouras reutilizando garrafas pet como matéria prima, no município de Tracunhaém.
Inclusão social	A importância da posse de documentos civis, discutida pelas mulheres no âmbito do Chapéu de Palha, resultou na emissão de 14.561 documentos



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

Resultado	Descrição
	para mulheres da zona canavieira e 4.382 para mulheres da fruticultura irrigada, facilitando, assim, o acesso dessas mulheres a outros programas sociais. Também, 400 mulheres da zona canavieira e 900 da fruticultura tiveram acesso à carteira de motorista.
Estabilidade financeira	A partir da concessão de auxílio financeiro, mediante participação nas atividades do Chapéu de Palha, foi possível garantir uma estabilidade financeira para as famílias participantes do programa durante os meses de entressafra e assim contribuir para minimizar as desigualdades sociais na região.
Inserção das mulheres no mercado de trabalho	Após 05 anos de implementação do Chapéu de Palha na Zona Canavieira e de 03 anos na fruticultura irrigada chama atenção um fenômeno: a redução do número de mulheres cadastradas em 2012, para participar das atividades do programa. Esse fato indica, que as trabalhadoras, após terem participado das capacitações profissionais ofertadas pelo programa, foram absorvidas em atividades econômicas permanentes, decorrentes de intervenções governamentais estratégicas para o desenvolvimento dessas regiões. Por outro lado, observa-se a transversalização das ações de gênero, quando a Secretaria Estadual de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo passa a ofertar nas regiões, quotas para mulheres em cursos profissionalizantes, historicamente ocupados por homens, tais como: construção civil, motorista, mecânica, etc.
Busca de elevação da escolaridade pelas mulheres	Informações da Secretaria de Educação indicam o aumento do número de mulheres do Chapéu de Palha matriculadas em programas especiais de alfabetização e de elevação da escolaridade.
Busca por serviços saúde da família	Observa-se uma melhora no nível de saúde das famílias das mulheres que participaram de capacitações do Chapéu de Palha. O conhecimento sobre os direitos à saúde básica, divulgados em cursos do Chapéu de Palha, teve como resultado uma maior busca das mulheres pelos serviços públicos de saúde, especialmente nas áreas de ginecologia, dermatologia, oftalmologia, pediatria e odontologia.
Proteção à Mulher	O maior número de denúncias sobre casos de violência contra a mulher registrado a partir de 2007



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

Resultado	Descrição
	indica o conhecimento que as mulheres adquiriram durante os cursos do Chapéu de Palha sobre como acessar os serviços da Rede de Proteção à Mulher, tais como, serviço de atendimento à mulher em situação de violência, ouvidoria da mulher, delegacias especializadas, centros de referência, casas-abrigo, entre outros. Ressalta-se, que em acordo com o Instituto Sangari, em comparação com os demais estados brasileiros, Pernambuco caiu da 2ª posição no ano de 2006 para a 10ª posição no ano de 2010 em número de assassinatos de mulheres.

Quanto ao Atendimento das Necessidades Estratégicas das Mulheres Rurais:

Resultado	Descrição
Criação da Comissão de Mulheres Rurais de Pernambuco	A partir da implementação das atividades do Chapéu de Palha, as mulheres passaram a conhecer e participar de movimentos sociais rurais. De forma a permitir a integração dos movimentos e estabelecer uma sistemática de inter-relacionamentos para a definição de estratégias políticas para as mulheres rurais foi criada a Comissão de Mulheres Rurais, que atualmente reúne 21 entidades, sendo 16 movimentos sociais e 05 Secretarias Estaduais, que atuam nas áreas rurais.
Elaboração do Plano de Políticas Públicas para Mulheres Rurais	A partir do conhecimento das especificidades de cada região, a Comissão de Mulheres Rurais, apoiada pela SecMulher, elaborou o Plano de Políticas Públicas para Mulheres Rurais e atualmente coordena a implementação das atividades propostas no Plano.
Mudanças na Legislação do Chapéu de Palha	Em atendimento às mulheres do Chapéu de Palha, em dezembro de 2009, através da Lei nº 13.975/2009, o governo altera a Lei nº 13.244/2007, definindo que o pagamento do benefício financeiro deverá ser realizado, preferencialmente, à mulher.
Expansão do Chapéu de Palha	A visibilidade adquirida pelo sucesso da primeira etapa do programa junto às mulheres da zona de plantio da cana de açúcar incentivou outros segmentos, tais como, trabalhadoras da fruticultura e mais recentemente pescadoras, a exercerem pressão para a inclusão no programa, desses segmentos que também sofrem com a entressafra.
Criação de novos	Da mesma maneira que o programa expandiu suas



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

Resultado	Descrição
programas	atividades para segmentos de mulheres atingidos pela entressafra, outras categorias vulneráveis de mulheres foram beneficiadas com programas similares, a exemplo do Convergir Mulher: fortalecimento sociopolítico das mulheres que atuam na agricultura familiar de municípios de baixo IDH e no cultivo da mandioca.
Criação do Centro de Aceleração do Desenvolvimento das Mulheres Rurais	A demanda das mulheres por formação, resultante da sua participação em atividades do Chapéu de Palha, incentivou a SecMulher a formatar um projeto para a implantação do Centro de Aceleração do Desenvolvimento das Mulheres Rurais, com atividades permanentes de formação política, produtiva e profissionalizante.

Por fim, é importante enfatizar o investimento na sustentabilidade das transformações vivenciadas pelas mulheres rurais, quando a SecMulher envolve na execução das atividades do Chapéu de Palha mais de 40 ONGs feministas e de mulheres, que acumulam, desde a década de 1980, experiências no desenvolvimento da autonomia das mulheres.

A formação de uma rede institucional de entidades especializadas em gênero, além de permitir uma atuação de qualidade por parte do estado, garante a continuidade do trabalho dessas organizações, em um momento em que a cooperação internacional reduz sua atuação e disponibilização de recursos no Brasil. Ressalta-se ainda, que à rede foram integradas entidades, que antes do Chapéu de Palha atuavam apenas na área social, passando, agora, a priorizar a temática de gênero nas suas metas/objetivos.

Recife, 26 de abril de 2012
Secretaria da Mulher de Pernambuco

ANEXO B – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO CHAPÉU DE PALHA MULHER



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

**Projeto de Formação da Rede de Agentes de políticas Públicas para Mulheres
Rurais**

**Chapéu de Palha Mulher da Fruticultura Irrigada - 2012
PLANO DE TRABALHO para 7.740 trabalhadoras**

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente: Secretaria da Mulher de Pernambuco

CNPJ: 09.601.781/0001-44

Endereço comercial: Cais do Apolo, 222, Edif. Porto Digital, 4º e 5º andar, Bairro do Recife – Recife/PE.

Cidade: Recife

UF: PE

CEP: 50.030-905

E-mail: secmulher@secmulher.pe.gov.br

(DDD) Telefone: (81) 3183 2951

(DDD) Fax: (81) 3183 2953

E. A.: Estadual

Nome da responsável: Cristina Maria Buarque

CPF: 389.225.684-53

Endereço Residencial: Rua Dois Irmãos, 1136, Largo de Apipucos, Recife/PE

CEP: 52.071-440

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

2.1 - Título do Projeto: Projeto de Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais – Fruticultura Irrigada 2012

2.2 - Período de Execução: Início: março/2012 – Término: dezembro/2012

2.3 - Identificação do Objeto: Formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais da Fruticultura Irrigada

2.4 - Justificativa da Proposição:

Após três anos de execução do **Programa Chapéu de Palha Fruticultura Irrigada** evidencia-se a consolidação de ações de promoção da igualdade de gênero, raça e etnia através da formação da **Rede de Agentes de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais**.

Mesmo sensível às ações de caráter emergencial para atender problemas socioeconômicos crônicos – como os acarretados pela sazonalidade da fruticultura irrigada – a Secretaria da Mulher vem desenvolvendo estratégias e priorizando ações que, estruturalmente, visam enfrentar a reprodução dos problemas existentes. As atividades implementadas no âmbito do Programa Chapéu de Palha no período de 2009 a 2011 tiveram foco no desenvolvimento sociopolítico e profissional de mulheres que foram historicamente marginalizadas do acesso a ações que contribuam para a transformação de suas condições de vida.

Nesse período, o Projeto capacitou **20.951** trabalhadoras rurais, de **07** municípios do Sertão do São Francisco e Sertão de Itaparica e oportunizou a formação e a contratação de **640** educadoras e **610** recriadoras sociopolíticas rurais dessas regiões.



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER**

A Secretaria da Mulher atua, primordialmente, para a inserção das Mulheres Rurais, em condições de competitividade, na dinâmica de crescimento socioeconômico instalado em Pernambuco. Mais do que um compromisso de Governo, a estratégia adotada pela Secretaria tornou-se indispensável e inadiável, para a construção de um novo caminho de desenvolvimento, deixando para trás as máculas da exclusão, da violência e do atraso patriarcal.

Nesse contexto, o Vale do São Francisco encontra-se como grande potencial competitivo da economia do estado, mas que, contraditoriamente, sofre grande predomínio das relações patriarcalistas de poder. Seu potencial econômico advém de sua aptidão para a pecuária de caprinos nas áreas de sequeiros e, principalmente, em razão da produção da fruticultura irrigada nos perímetros irrigados. Porém as desigualdades sociais, a pobreza e a insegurança alimentar se faz presente na referida região, configurando desta forma a região como território onde elevados problemas sociais vem afetando a maioria das famílias e consequentemente as mulheres. Dessa forma, as mulheres passam a ser as mais atingidas, intensificando a violência doméstica e sexista que se perpetua na região.

A fruticultura irrigada, consolidada e em expansão, ocupa extensas áreas com culturas da manga, uva, banana, goiaba, coco e acerola, entre outras, o que possibilitou que o Vale do São Francisco represente um dos maiores pólos exportadores de frutas do Brasil, tornando-se responsável pela manutenção de aproximadamente 150.000 empregos diretos no período da safra. Ressalva-se, que Petrolina concentra o maior número de empresas do setor, empregando em torno de 93.000 trabalhadores, a maioria dos quais residindo no município de Petrolina. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Secretaria de Agricultura de Petrolina, no referido município há em média, 70.000 pessoas empregadas na época da colheita de frutas, onde cerca de 45.000 são mulheres.

Mesmo sendo reconhecidas pelos empresários como profissionais que desempenham com precisão as atividades de raleamento, colheita e embalagem, seja de qual for a produção do fruto, as mulheres estão muito distantes de alcançar postos de trabalho mais elevados existentes nas empresas. Dentre as razões para esse fenômeno a histórica desigualdade de gênero se faz presente, impedindo que as mulheres tenham acesso a melhores oportunidades de trabalho. A essa questão soma-se a ausência de capacitação, seja no aprimoramento da atividade que exercem nas fazendas da fruticultura, seja em atividades alternativas, que podem desempenhar durante a entressafra.

Nesse sentido, ratifica-se a proposta da Secretaria da Mulher em promover a cidadania feminina e a igualdade de gênero no mundo do trabalho para as mulheres dessa região, por meio da incorporação progressiva de conhecimentos, habilidades e oferta de cursos de qualificação profissional, assim como o estímulo a formação de novos grupos de mulheres produtoras.

Tomando como base os aspectos positivos alcançados na implementação do Projeto no período de 2009 a 2011, serão considerados os seguintes pontos para a execução em 2012:

- A qualidade do material de consumo e didático utilizado se configura como de extrema relevância para o bom andamento das atividades com as trabalhadoras



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

rurais, educadoras, recreadoras e representantes das ONGs contratadas;

- A realização de oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia e planejamento, monitoramento e avaliação, reunindo educadoras, recreadoras e representantes de ONGs, se revela como indispensável para a qualidade das aulas, tornando-se um marco para o Projeto, devendo, portanto, a prática ser mantida;
- A Aula Inaugural e o Seminário de Encerramento do Projeto são eventos importantes para o repasse de informações, troca de experiências e integração entre a equipe e as trabalhadoras rurais da fruticultura irrigada;
- O trabalho em parceria com ONGs que desenvolvem atividades na região e possuem conhecimento e experiência comprovada na execução de trabalhos com foco nas temáticas de gênero, raça e etnia e sua reconstrução, confirmando-se como uma importante decisão da Secretaria da Mulher, que, ao longo desses três anos, observou seus desempenhos na execução do projeto, bem como o amadurecimento e ampliação de suas ações e estruturas organizativas, como exemplo, a oferta de cursos profissionalizantes pelas ONGs no ano de 2011;
- A realização de cursos profissionalizantes por entidades do Sistema S, a partir da demanda das mulheres, apresentou-se como uma decisão necessária. Além da melhoria da auto-estima, houve aprendizado profissional e inserção no mercado de trabalho;
- A consolidação da atividade de recreação para atendimento aos filhos e filhas, de 0 a 7 anos, com a participação de uma recreadora, para que as mulheres participem integralmente das atividades. Ao longo dos três anos, houve um processo de aperfeiçoamento da recreação, com a introdução de conceitos relativos a gênero, raça e etnia, saúde, e direitos das crianças e dos adolescentes;
- O investimento de recursos financeiros para a garantia do transporte às mulheres rurais, educadoras, recreadoras e representantes das ONGs firma-se como de grande importância, dada a dificuldade de locomoção das mulheres rurais em seus municípios, bem como de verbas próprias que o subsidie;
- Outro investimento indispensável diz respeito à alimentação servida às mulheres e crianças participantes do Projeto. Tal necessidade se dá pela precariedade na alimentação dessas pessoas, tornando-se essa refeição um complemento importante para a participação e atenção às atividades desenvolvidas. Para o ano de 2012, serão oferecidas duas opções: a primeira: sanduíche e suco de fruta e a segunda: bolo, fruta e suco;
- O registro das atividades em vídeo também se apresenta como uma estratégia importante por guardar a memória das atividades desenvolvidas e ainda servir de material didático dos cursos;
- Como inovação para o ano de 2012 e atendendo a demanda das trabalhadoras rurais de construir redes de produção e comercialização dos produtos confeccionados durante os cursos, tem-se como proposta a realização da Feira das Mulheres da Fruticultura Irrigada do Vale do São Francisco;
- Outra inovação do Projeto é a ação de Fortalecimento das Estratégias de Implementação do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco. No ano de 2011, essa publicação foi utilizada como material didático dos Cursos de Agentes de Políticas Públicas. Para o ano de 2012, a proposta é elaborar estratégias participativas de implementação das ações e atividades nele contidas.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

2.5 - Objetivo Geral: Apoiar a superação das desigualdades históricas de gênero, gerando oportunidades de participação ativa, contínua e democrática da mulher rural nos processos decisórios, com base na construção de ações integradas de promoção de igualdade **através da ampliação e do fortalecimento da Rede de Agente de Políticas Públicas para Mulheres Rurais**, bem como, apoiar o desenvolvimento sustentável da região mediante oferta de cursos profissionalizantes.

2.6 - Objetivos Específicos:

- Dar continuidade à formação da Rede de Agentes de Políticas Públicas para **4.890** mulheres que trabalham nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco;
- Ofertar cursos profissionalizantes para **2.850** trabalhadoras, que tenham concluído o curso fundamental, de forma a melhorar seu desempenho na fruticultura e/ou propiciar alternativas de renda durante a entressafra;
- Garantir apoio recreativo para **1.825** crianças menores de sete anos, filhas e filhos das participantes;
- Dar continuidade a processo de fortalecimento da Rede de Educadoras e Recriadoras Sociopolíticas Rurais mediante realização de seminário e oficinas de políticas públicas com ênfase em gênero, raça, etnia;
- Assegurar o processo de formação, de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelas ONGs mediante consolidação do sistema de gestão e orientação metodológica;
- Oportunizar espaços de integração e comercialização de produtos;
- Oportunizar a socialização e a implementação das estratégias do I Plano de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais de Pernambuco.

2.7 - Estratégia Geral do Projeto:

- Consciente de que a sociedade brasileira é baseada nas desigualdades entre homens e mulheres e entre mulheres urbanas e rurais, a SecMulher atua, portanto, em duas frentes: (i) repassando para as mulheres rurais informações sobre seus direitos e deveres, e, (ii) fomentando a capacitação profissional das mulheres, inclusive em atividades reservadas historicamente aos homens, como por exemplo a construção civil.
- Para a consecução de sua meta, atua, também, na formação da Rede de educadoras e recriadoras sociopolíticas rurais, aprofundando, nesse grupo, as temáticas de gênero, raça e etnia em toda a sua diversidade;
- A metodologia adotada para a implementação do Projeto terá por base a articulação dos grupos de mulheres (trabalhadoras rurais, educadoras, recriadoras e coordenadoras de ONGs), associações comunitárias, ONGs e organismos municipais da mulher, objetivando a construção coletiva do conhecimento;
- O Curso de Políticas Públicas para Mulheres Rurais atenderá 4.890 mulheres em 163 turmas de até 30 alunas. As turmas terão carga horária de 60 horas/aulas, sendo 6 horas por semana a serem ministradas durante 03 (três) meses;
- As trabalhadoras rurais que tiverem concluído o ensino fundamental poderão participar de cursos profissionalizantes. Contudo, partindo do pressuposto de que,



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER**

para que a trabalhadora rural tenha condições de enfrentar as desigualdades de gênero no acesso ao mercado de trabalho em termos de igualdade com relação aos homens, é necessário conscientizá-la de seus direitos, fortalecendo sua auto-estima e coragem para batalhar pelo seu espaço na sociedade. Assim, as mulheres que participarão dos cursos profissionalizantes, com carga horária média de 82 horas aulas, participarão, também, de uma aula introdutória de Políticas Públicas, com duração de 6 horas;

- Cada turma terá uma educadora, que repassará o conteúdo do curso para as mulheres, enquanto uma recreadora ficará responsável pelas crianças até sete anos, para que as mulheres possam dedicar sua atenção ao curso. O trabalho das educadoras será baseado em publicações da SecMulher. Serão utilizadas dinâmicas participativas, de forma a permitir que cada mulher vivencie as questões colocadas, propiciando, assim, uma melhor compreensão e facilitando a incorporação do apreendido ao dia-a-dia;
- De forma a permitir a discussão e adequação do conteúdo dos cursos serão realizadas, antes do início das aulas, oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia e planejamento das ações, com duração de 16 horas com grupos de até 30 educadoras e 30 instrutores de cursos profissionalizantes e de 8 horas com grupos de até 30 recreadoras;
- Haverá 1 coordenadora geral, 1 coordenadora pedagógica e 16 monitoras de campo, sob a supervisão da equipe da Secretaria da Mulher. Serão realizadas oficinas de monitoramento, visando discutir as atividades em andamento e corrigir possíveis distorções;
- A avaliação é considerada como um artifício de verificação/acompanhamento sistemático da realização das ações previstas no projeto, a fim de informar e subsidiar os processos decisórios, identificando possíveis falhas e contribuindo para a melhoria do aperfeiçoamento da proposta. Assim, prevê-se a realização de oficinas com as educadoras e recreadoras, após o encerramento dos cursos;
- A aula inaugural e o seminário de encerramento são considerados momentos de integração, de repasse de informações sobre as ações a serem realizadas, de socialização dos resultados alcançados e de fortalecimento de parcerias por contar com um significativo número de representantes de organizações públicas e da sociedade civil organizada;
- A feira de produtos, iniciada no ano de 2011, foi considerada um importante momento de aprendizado sobre estratégias de comercialização, além da geração de renda para as mulheres produtoras;
- As ações de Fortalecimento das Estratégias de Implementação do I Plano de Políticas Públicas para Mulheres Rurais contribuirão significativamente para a utilização desse documento como instrumento norteador das demandas das mulheres rurais no processo de articulação de parcerias, especialmente na região da fruticultura irrigada.

2.8 - Locais de Execução dos Cursos: Os locais de execução dos cursos serão indicados pela Coordenação Geral do Programa Chapéu de Palha, considerando que as turmas não terão mais do que 30 (trinta) alunas.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Atividades	Unid	Nº	Data início	Data término
1	Reproduzir e distribuir 9.000 livros	Unid	9.000	01/03/12	09/03/12
2	Produzir 9.000 bolsas em tecido	Unid	9.000	01/03/12	09/03/12
3	Realizar 10 oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia e planejamento das ações, com duração de 16 horas-aulas, para 277 educadoras	Unid	10	01/03/12	09/03/12
	Realizar 4 oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia e planejamento das ações, com duração de 16 horas-aulas, para 114 instrutores de cursos profissionalizantes	Unid	4	01/03/12	09/03/12
	Realizar 10 oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça e etnia e planejamento das ações, com duração de 8 horas-aulas, para 277 recreadoras.	Unid	10	01/03/12	09/03/12
4	Realizar Aula Inaugural do Projeto Chapéu de Palha Mulher – Fruticultura Irrigada 2012.	Unid	01	10/03/12	10/03/12
5	Realizar Cursos de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais: 163 turmas de 30 mulheres com 60 horas/aulas.	Unid	163	14/03/12	30/05/12
6	Realizar Cursos de Introdução de Agentes de Políticas Públicas para mulheres rurais: 114 turmas de 25 mulheres, com 06 horas/aulas.	Unid	114	14/03/12	17/03/12
7	Realizar Cursos Profissionalizantes: 114 turmas de 25 mulheres com média de 82 horas/aulas.	Unid	114	21/03/12	06/06/12



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

8	Atender 1.825 crianças, em 277 turmas de recreação a fim de facilitar a participação das trabalhadoras (mães) nas atividades de formação.	Unid	277	14/03/12	06/06/12
9	Acompanhar e supervisionar as atividades dos 163 cursos e facilitar a interlocução entre as participantes dos cursos, a coordenação geral e a coordenação pedagógica, por meio de 16 monitoras de campo.	Unid	16	01/03/12	30/06/12
	Coordenar as atividades do Projeto e estabelecer a interlocução com a equipe das entidades, da Coordenação local do Chapéu de Palha e equipe da SecMulher, por meio de 01 coordenadora geral e 01 coordenadora pedagógica.	Unid	02	01/03/12	30/11/12
10	Realizar oficinas de monitoramento, com 4 horas-aulas, para 163 educadoras dos Cursos de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, distribuídas em 3 turmas.	Unid	03	23/04/12	28/04/12
	Realizar oficinas de monitoramento, com 4 horas-aulas, para 277 recreadoras, distribuídas em 6 turmas.	Unid	06	23/04/12	28/04/12
11	Realizar oficinas de avaliação, com 8 horas-aulas, para 163 educadoras, distribuídas em 3 turmas.	Unid	03	21/05/12	26/05/12
	Realizar oficinas de avaliação, com 8 horas-aulas, para 277 recreadoras, distribuídas em 6 turmas.	Unid	06	21/05/12	26/05/12
12	Realizar Seminário de Encerramento do Projeto Chapéu de Palha Mulher – Fruticultura Irrigada 2012.	Unid	01	09/06/12	09/06/12
	Realizar 1 Feira de Exposição de Produtos Confeccionados pelas Mulheres Rurais.	Unid	01	09/06/12	09/06/12
13	Ação de Fortalecimento das Estratégias de Implementação do I Plano de Políticas Públicas para Mulheres Rurais para 1.000 mulheres.	Unid	01	04/06/12	31/08/12



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

14	Produzir e editar 1 vídeo visando registrar as ações desenvolvidas no Projeto Chapéu de Palha Mulher – Fruticultura Irrigada.	Unid	01	01/03/12	30/11/12
----	--	------	----	----------	----------

4. RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIAS POR META

A numeração das metas está em conformidade com o item 3 deste TR: Cronograma de Execução.

Meta	Especificação das beneficiárias	Beneficiárias		
		Diretos	Indiretos	Total
1	9.000 mulheres beneficiadas com 01 livro.	9.000	45.000	54.000
5	4.890 mulheres da fruticultura irrigada inseridas na Rede de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais.	4.890	24.450	29.340
6	2.850 mulheres da fruticultura irrigada com noções de Políticas Públicas para mulheres rurais.	2.850	14.250	17.100
7	2.850 mulheres da fruticultura irrigada profissionalizadas.	2.850	14.250	17.100
8	1.825 crianças inseridas em atividades de recreação.	1.825	9.125	10.950
12	2.850 mulheres participando da Feira de Exposição de Produtos dos cursos profissionalizantes.	2.850	14.250	17.100
13	1.000 mulheres capacitadas sobre as estratégias de Fortalecimento das Estratégias de Implementação do I Plano de Políticas Públicas para Mulheres Rurais	1.000	5.000	6.000
Total		25.265	126.325	151.590



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS (R\$)

Nº	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	INDICADORES				CUSTO POR AÇÃO	
		TURMAS	UNID	QUANT	PUBLICO	VALOR UNITÁRIO	VALOR DA AÇÃO
Formação de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais							
1	Curso de Agentes de Políticas Públicas para Mulheres Rurais para 163 turmas com 60 horas/aulas	163	h/a	60	4.890	41,40	404.892,00
2	Curso Introdutório de Políticas Públicas para as participantes dos 114 cursos profissionalizantes, com 06 horas/aulas	114	h/a	6	2.850	41,40	28.317,60
3	Cursos profissionalizantes para 114 turmas com carga horária média de 82 horas/aulas	114	h/a	82	2.850	110,00	1.028.280,00
Subtotal R\$						1.461.489,60	
Custos Complementares da Formação							
4	Material de apoio às aulas e recreativo	277	v/turma	-	-	550,00	152.350,00
5	Atividades recreativas para 1.141 crianças (Políticas Públicas)	163	h/a	60	1.141	37,64	368.119,20
6	Lanche para as atividades recreativas Cursos de Políticas Públicas	-	Dia	20	1.141	3,00	68.460,00
7	Atividades recreativas para 684 crianças (Cursos Introdutórios/Profis sionalizantes)	114	h/a	66	684	37,64	283.203,36



8	Lanche para as atividades recreativas dos Cursos Introdutórios/Profissionalizantes	-	Dia	22	684	3,00	45.144,00
9	Lanche para as mulheres dos Cursos de Políticas Públicas	-	Dia	20	4.890	3,00	293.400,00
10	Lanche para as mulheres dos Cursos dos Cursos Introdutórios/Profissionalizantes	-	Dia	22	2.850	3,00	188.100,00
11	Transporte p/2.445 trabalhadoras rurais Cursos de Políticas Públicas	-	Dia	20	2.445	6,00	293.400,00
12	Transporte p/1.425 trabalhadoras rurais dos Cursos Introdutórios/Profissionalizantes		Dia	22	1.425	6,00	188.100,00
13	Remuneração de 1 coordenadora geral	-	mês	10	1	4.000,00	40.000,00
14	Remuneração de 1 coordenadora pedagógica	-	mês	5	1	3.000,00	15.000,00
15	Remuneração de 16 monitoras de campo	-	mês	4	16	1.500,00	96.000,00
16	Transporte para a coordenação geral	-	mês	10	1	2.000,00	20.000,00
17	Transporte para a coordenação pedagógica	-	mês	5	1	2.000,00	10.000,00
18	Transporte para as monitoras de campo	-	mês	4	16	500,00	32.000,00
Subtotal R\$							2.093.276,56
Oficinas de capacitação, monitoramento e avaliação para educadoras e recreadoras e custos complementares							



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

19	Oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça, etnia e planejamento com 16 horas/aulas para 277 educadoras	10	h/a	16	277	115,00	18.400,00
20	Lanche - oficinas de formação das educadoras	10	unid	4	277	3,00	3.324,00
21	Almoço - oficinas de formação das educadoras	10	unid	2	277	10,00	5.540,00
22	Oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça, etnia e planejamento com 16 horas/aulas para 114 instrutores	4	h/a	16	114	115,00	7.360,00
23	Lanche - oficinas de formação dos instrutores	4	unid	4	114	3,00	1.368,00
24	Almoço - oficinas de formação dos instrutores	4	unid	2	114	10,00	2.280,00
25	Oficinas de formação em políticas públicas com ênfase em gênero, raça, etnia e planejamento com 8 horas/aulas para 277 recreadoras	10	h/a	8	277	115,00	9.200,00
26	Lanche - oficinas de formação das recreadoras	10	unid	2	277	3,00	1.662,00
27	Almoço - oficinas de formação das recreadoras	10	unid	1	277	10,00	2.770,00



28	Oficinas de monitoramento com 4 horas/aulas para as educadoras dos cursos de PP	3	h/a	4	163	115,00	1.380,00
29	Lanche - oficinas de monitoramento com as educadoras dos cursos de PP	3	unid	1	163	3,00	489,00
30	Oficinas de monitoramento com 4 horas/aulas para as recreadoras dos cursos de PP e Prof.	6	h/a	4	277	115,00	2.760,00
31	Lanche - oficinas de monitoramento com 4 horas/aulas para as recreadoras de PP e Prof.	6	unid	1	277	3,00	831,00
32	Oficinas de avaliação com 8 horas/aulas para as educadoras dos cursos de PP	3	h/a	8	163	115,00	2.760,00
33	Lanche - oficinas de avaliação com as educadoras dos cursos de PP	3	unid	2	163	3,00	978,00
34	Oficinas de avaliação com 8 horas/aulas para as recreadoras dos cursos de PP e Prof.	6	h/a	8	277	115,00	5.520,00
35	Lanche - oficinas de avaliação com recreadoras de PP e Prof.	6	unid	2	277	3,00	1.662,00
Subtotal R\$							68.284,00
Infraestrutura e equipamentos							



**GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER**

36	Aula Inaugural (transporte, alimentação, aluguel do espaço com equipamentos, apresentação cultural, material gráfico)	1	unid	1	4.000	70.000,00	70.000,00
37	Feira de Exposição de Produtos	1	unid	1	2.850	20.000,00	20.000,00
38	Seminário de encerramento (transporte, alimentação, aluguel do espaço com equipamentos, apresentação cultural, material gráfico)	1	unid	1	5.000	100.000,00	100.000,00
39	Impressão e distribuição de livros de gênero, raça e etnia	-	unid	-	9.000	8,00	72.000,00
40	Certificados, convites e arte		unid	-	9.000	2,00	18.000,00
41	Produção e edição de vídeo		unid	-	1	30.000,00	30.000,00
42	Fortalecimento das Estratégias de implementação do I PPPMR-PE		consu ltora	20	50	14.000,00	280.000,00
43	Confecção de bolsas em tecido		unid	1	9.000	5,00	45.000,00
Subtotal							626.000,00
Total R\$							4.258.050,16

6. CRONOGRAMAS DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Concedente:

Meta	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
01 a 14	4.258.050,16					

7. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

Natureza da Despesa		Total Geral	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33.90.39	Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica	4.105.700,16	4.105.700,16	



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA MULHER

33.90.30	Material de Consumo	152.350,00	152.350,00	
TOTAL		4.258.050,16	4.258.050,16	

8. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto a Secretaria de Planejamento e Gestão, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma desse Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Recife, 03 de janeiro de 2012

Cristina Maria Buarque
Secretária da Mulher de Pernambuco

9. APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Local e Data

Concedente